



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**  
**Secretaria-Executiva**

**RELATÓRIO DE GESTÃO**  
**EXERCÍCIO DE 2016**

**Brasília-DF - Março de 2017**



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**  
**Secretaria-Executiva**

**RELATÓRIO DE GESTÃO**  
**EXERCÍCIO DE 2016**

Relatório de Gestão do exercício de 2016, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada, nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, da Decisão Normativa TCU nº 154, de 19 de outubro de 2016, e da Portaria TCU nº 59, de 17 de janeiro de 2017.

**Diretoria de Planejamento e Gestão (Dipla/SE/MP)**  
**Brasília-DF - Março de 2017**

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

SIGLA	SIGNIFICADO
ABGF	Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AFD	Assentamento Funcional Digital
Anea	Associação Nacional das Empresas de Aerolevamentos
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APO	Autoridade Pública Olímpica
APF	Administração Pública Federal
Assec	Assessoria Econômica
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
Basa	Banco da Amazônia S.A.
BB	Banco do Brasil S.A.
BBTS	BB Tecnologia e Serviços
BDC	Banco de Desenvolvimento do Caribe
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil S.A.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF	Corporação Andina de Fomento
Caixa	Caixa Econômica Federal
Camex	Câmara de Comércio Exterior
Ceagesp	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo.
Cesic	Comitê de Segurança de Informação e Comunicações
Ceti	Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
Cgcon	Coordenação-Geral de Gestão de Contratos
Cgeaq	Coordenação-Geral de Aquisições
Cgeof	Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira
Cgeor	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
Cgpar	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União
CGU	Controladoria Geral da União
CGU-PAD	Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
CII	Corporação Interamericana de Investimentos
Cipoi	Comissão Interministerial de Participação em Organismos Internacionais
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNPC	Conselho Nacional de Previdência Complementar
CNPD	Comissão Nacional de População e Desenvolvimento
Cofix	Comissão de Financiamentos Externos
Cofig	Comitê de Financiamento e Garantia às Exportações
Concar	Comissão Nacional de Cartografia
Concla	Comissão nacional de Classificação
Confoco	Conselho Nacional de Fomento e Colaboração
Conjur	Consultoria Jurídica
Conlegis	Sistema de Consulta de Atos Normativos da Administração Pública Federal
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
Cosiplan	Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento
CPRM	Serviço Geológico do Brasil
DAS	Direção e Assessoramento Superior
Depex	Departamento de Órgãos Extintos
Dest	Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
Dipla	Diretoria de Planejamento e Gestão
Dirad	Diretoria de Administração
DOU	Diário Oficial da União
DTI	Diretoria de Tecnologia da Informação

<b>SIGLA</b>	<b>SIGNIFICADO</b>
Ebserh	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
ECT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Eipps	Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação de Usuários dos Serviços Públicos
e-MAG	Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Enap	Fundação Escola Nacional de Administração Pública
ePING	Arquitetura de Interoperabilidade de Governo Eletrônico
FAD	Fundo Africano de Desenvolvimento
FCPE	Função Comissionada do Poder Executivo Federal
FDRH	Fundação para Desenvolvimento de Recursos Humanos do Rio Grande Sul
Fida	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
FND	Fundo Nacional de Desenvolvimento
Fonplata	Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata
FP-Gema	Frente Parlamentar Mista da Geografia, Estatística e Meio Agroambiental
Fumin	Fundo Multilateral de Investimentos
Funpresp-Exe	Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal
GDF	Governo do Distrito Federal
GECC	Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
Gepac	Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento
GTCOP	Grupo Técnico de Contratações Públicas
HVM	Programa de Honorário Variável Mensal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IIWG	Grupo de Investimento e em Infraestrutura do Grupo dos 20-G20
Inde	Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais
Inmetro	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
InovaGov	Rede de Inovação no Setor Público
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LAI	Lei de Acesso à Informação
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MP	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MPU	Ministério Público da União
MTO	Manual Técnico de Orçamento
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
Nirc	Núcleo de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão
NO	Norma Operacional
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OFID	Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento
OI	Orçamento de Investimento
OMC	Organização Mundial do Comércio
Onid	Observatório Nacional de Inclusão Digital
ONU	Organização das Nações Unidas
PAR	Processo Administrativo de Responsabilização
PCPR	Prestação de Contas da Presidência da República
PDG	Programa de Dispêndios Globais
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PDV	Programa de Desligamento Voluntário
PEG	Programa de Eficiência do Gasto
PE	Planejamento Estratégico
PEN	Processo Eletrônico Nacional
Peti	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação
PFN	Procuradoria da Fazenda Nacional
PIB	Produto Interno Bruto
Pirc	Política de Gestão de Integridade, Riscos e Controles da Gestão do MP
PLDO	Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias
Ploa	Projeto de Lei Orçamentária Anual

<b>SIGLA</b>	<b>SIGNIFICADO</b>
PLR	Programa de Participação nos Lucros ou Resultados
PPA	Plano Plurianual
PPE	Perfil de Pessoal das Estatais
PPC	Plano Plurianual de Capacitação
PPP	Parceria Público-Privada
Previc	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
RAP	Restos a Pagar
RDC	Regime Diferenciado de Contratações
RDF	Resource Description Framework (fontes de dados em formato aberto)
RFFSA	Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
RIP	Registro Imobiliário Patrimonial
RVA	Programa de Remuneração Variável Anual
SAE	Secretaria de Assuntos Estratégicos
Samp	Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SCDP	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SDI	Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura
SE	Secretaria-Executiva
Seain	Secretaria de Assuntos Internacionais
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
Segep	Secretaria de Gestão Pública
Seges	Secretaria de Gestão
Segov	Secretaria de Governo da Presidência da República
Segrt	Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público
Sepac	Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento
Seplan	Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos
Serpro	Serviço Federal de Processamento de Dados
Sest	Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
Siafi	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
Siapa	Sistema Integrado de Administração Patrimonial
Siape	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
Siapre	Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Revisão da Despesa
Siasg	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
Siconv	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal
Siest	Sistema de Informações das Estatais
Sigac	Sistema Gestão de Acesso
Sigepe	Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal
Sigs	Sistema de Gerenciamento Integrado da Seain
Siop	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
Siorg	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
Sipac	Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal
Sirc	Subcomitê de Integridade, Riscos e Controles
Sisg	Sistema de Serviços Gerais
Sisouvidor	Sistema de Ouvidoria
Sisp	Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
Sispac	Sistema do Programa de Aceleração do Crescimento
Sispes	Sistema Esplanada Sustentável
Sisrt	Subsistema de Relações de Trabalho no Serviço Público Federal
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SPB	Portal do Software Público Brasileiro
SPI	Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos
Spoa	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SPUnet	Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais
STI	Secretaria de Tecnologia da Informação
Sudam	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Sudene	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

<b>SIGLA</b>	<b>SIGNIFICADO</b>
TED	Termo de Execução Descentralizada
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicações
UG	Unidade Gestora
UGE	Unidade Gestora Executora
Uirc	Unidade de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão
Unasul	União das Nações Sul-Americanas
UnB	Universidade de Brasília
UPC	Unidade Prestadora de Contas

## LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

QUADRO 1.4 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS-----	18
QUADRO 1.5 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS-----	24
QUADRO 2.2.1 – PROGRAMA TEMÁTICO 2038 - DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA -----	40
QUADRO 2.2.2.1 – AÇÕES RELACIONADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UPC – OFSS-----	47
QUADRO 2.2.2.2 – AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA DO EXERCÍCIO - RESTOS A PAGAR – OFSS-----	52
QUADRO 2.2.4.1 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS-----	54
QUADRO 2.2.4.2 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UPC NAS MODALIDADES DE CONVÊNIO, CONTRATOS DE REPASSE E INSTRUMENTOS CONGÊNERES	54
QUADRO 2.2.4.3 – SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO -----	55
QUADRO 2.2.4.4 – PERFIL DOS ATRASOS NA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS POR RECEBEDORES DE RECURSOS-----	55
QUADRO 2.2.5.1 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO-----	58
QUADRO 2.2.5.2 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA-----	59
QUADRO 4.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UPC -----	76
QUADRO 4.1.1.2 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA -----	77
QUADRO 4.1.1.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UPC-----	78
QUADRO 4.1.2 – DESPESAS DO PESSOAL-----	79
QUADRO 4.1.4.1 CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE -----	83
QUADRO 4.1.4.2 QUANTIDADE DE CONTRATOS DE ESTAGIÁRIOS VIGENTES POR TRIMESTRE -----	84
QUADRO 4.1.4.3 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE (MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA)-----	84
QUADRO 7.1 - DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE CUMPRIMENTO-----	97
QUADRO 7.2 – RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO-----	115
QUADRO 7.5 - DESPESAS COM PUBLICIDADE-----	121

## **LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES**

ANEXO I - 6.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS 123



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1. VISÃO GERAL DA UNIDADE	12
1.1 Finalidade e Competências	12
1.2 Normas e Regulamento de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade	15
1.3 Ambiente de Atuação	16
1.4 Organograma	17
1.5 Macroprocessos finalísticos	24
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	38
2.1 Planejamento Organizacional	38
2.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício	38
2.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico	38
2.1.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e outros Planos	38
2.1.4 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos	39
2.2 Desempenho Orçamentário	39
2.2.1 Objetivos Estabelecidos no PPA de Responsabilidade da Unidade e Resultados Alcançados	39
2.2.2 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade	47
2.2.3 Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário	53
2.2.4 Execução Descentralizada com Transferência de Recursos	54
2.2.5 Informações sobre a Execução das Despesas	56
2.2.6 Desempenho Operacional	60
2.2.7 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho	68
3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	70
3.1 Descrição das Estruturas de Governança	70
3.2 Atividade de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos	71
3.3 Gestão de Riscos e Controles Internos	73
4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	76
4.1 Gestão de Pessoas	76
4.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade	76
4.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal	79
4.1.3 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal	80
4.1.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários	83
4.2 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura	85
4.2.1 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	85
4.3 Gestão da Tecnologia da Informação	88
4.3.1 Principais Sistemas de Informações	88
4.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)	88
4.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade	89
4.4.1 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras	89
5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	90
5.1 Canais de Acesso do Cidadão	90
5.2 Carta de Serviços ao Cidadão	91
5.3 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários	92
5.4 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes Sobre a Atuação da Unidade	92
5.5 Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações	94
6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	95
6.1 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos	95
6.1.1 Informação dos saldos constantes no Balancete das Unidades Gestoras Executoras de Projetos Externos e Outras	95
6.2 Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade	96
6.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas ANEXO I	96

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE -----	97
7.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU-----	97
7.2 Tratamento de Recomendação do Órgão de Controle Interno-----	115
7.3 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993 -----	121
7.4 Informações sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento-----	121
7.5 Informações sobre Ações de Publicidade e Propaganda-----	121
8. ANEXOS E APÊNDICES-----	123

## APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão do Exercício de 2016 está estruturado conforme o disposto nas Decisões Normativas TCU n°s 63/2010 e 154/2016 e na Portaria TCU n° 59/2017, e apresenta informações sobre a gestão das Unidades que integram a estrutura da Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SE/MP), assim como da Secretaria de Orçamento Federal (SOF); Secretaria de Assuntos Internacionais (Seain); Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público (Segrt); Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest); e Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos (Seplan). Ainda compõem o Relatório, informações a respeito da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), entidade vinculada ao Ministério.

Os dados relativos às Unidades que integram este Relatório estão em consonância com o Decreto n° 8.818, de 21/7/2016, que aprova a estrutura regimental do Ministério.

Os itens e subitens do Relatório estão dispostos de acordo com a sequência apresentada no Sistema E-contas e ajustados após a supressão de partes que não ocorreram no exercício, conforme relacionadas abaixo:

- Ações do Orçamento de Investimento (OI): a Unidade Prestadora de Contas (UPC) não possui ações integrantes do OI;
- Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário: não ocorreram danos financeiros no exercício.

O Relatório aborda os objetivos sob responsabilidade desta UPC, vinculados ao Programa Temático 2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública, integrante do Plano Plurianual (PPA 2016-2019). Os programas de operações especiais e de gestão e manutenção do Ministério não estão destacados no Relatório.

Ainda que o Ministério tenha passado por alterações significativas na estrutura regimental e restrições orçamentárias, no exercício de 2016, as Unidades dispensaram esforços no sentido de se cumprir o compromisso institucional do MP, priorizando o desenvolvimento de ações previstas no PPA e no Planejamento Estratégico. Expõe-se, a seguir, síntese das principais realizações das Unidades que constituem este Relatório, no contexto do Programa 2038. No item Desempenho Operacional, estão destacados outros resultados alcançados pelas Unidades, inclusive por aquelas que não desenvolvem atividades no âmbito do Programa.

Entre as principais ações executadas, ressalta-se a evolução do Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal (Sigepe), com o desenvolvimento de módulos que proporcionaram maior praticidade aos servidores nas consultas de informações financeiras, cadastrais e funcionais. Destaca-se, também, o aperfeiçoamento dos serviços de monitoramento, gestão e atendimento aos usuários do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop), sistema estruturante que sustenta a elaboração do PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

O acompanhamento de projetos financiados com recursos externos também obteve destaque, com a participação em missões de preparação e monitoramento dos pleitos, reuniões de revisão de carteira e realização de fóruns de diálogo internacional e de política de comércio exterior, fortalecendo, dessa forma, o relacionamento do Governo brasileiro com os organismos financeiros internacionais de desenvolvimento.

## **1. VISÃO GERAL**

### **1.1 Finalidade e Competências**

O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) tem por competência formular o planejamento estratégico nacional e elaborar subsídios para formulação de políticas públicas de longo prazo voltadas ao desenvolvimento nacional; elaborar, acompanhar e avaliar o plano plurianual de investimentos e dos orçamentos anuais; viabilizar novas fontes de recursos para os planos de governo; coordenar e gerir os sistemas de planejamento e orçamento federal, de pessoal civil, de organização e modernização administrativa, de administração de recursos da informação e informática e de serviços gerais; formular diretrizes, coordenar e definir critérios de governança corporativa das empresas estatais federais, bem como gerir o patrimônio imobiliário da União.

A Secretaria-Executiva (SE) tem como finalidade assistir o Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão na definição de diretrizes e na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas; orientar, no âmbito do Ministério, a execução das atividades de administração patrimonial e as relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos, de organização e inovação institucional e de serviços gerais.

Conforme o Decreto 8.818, de 21/7/2016, a SE tem como competências assessorar o Ministro de Estado na discussão das opções estratégicas do País, considerando a situação presente e as possibilidades do futuro; fornecer subsídios ao planejamento nacional de longo prazo; articular-se com o Governo e a sociedade para formular a estratégia nacional de desenvolvimento de longo prazo, bem como elaborar subsídios para a preparação de ações de governo.

Compete à SE, ainda, exercer a função de órgão setorial dos Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Organização e Inovação Institucional, de Gestão de Documentos de Arquivo, de Pessoal Civil da Administração Federal, de Serviços Gerais, de Contabilidade Federal e de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação, por intermédio das Diretorias de Planejamento e Gestão (Dipla), de Administração (Dirad) e de Tecnologia da Informação (DTI).

Também compete à SE exercer, por intermédio do Departamento de Órgãos Extintos (Depex), a gestão de processos de extinção de órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, bem como supervisionar, coordenar e orientar as Superintendências de Administração do MP nos Estados do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima.

Os demais órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado que integram a estrutura organizacional do MP são a Consultoria Jurídica (Conjur), que tem por função primordial exercer a advocacia preventiva e consultiva nas matérias de competência institucional, mediante orientação acerca da interpretação e aplicação da lei, e a Assessoria Econômica (Assec), que atua na proposição, acompanhamento e condução da política econômica.

Ainda compõem a estrutura ministerial, os seguintes órgãos específicos singulares responsáveis pelo cumprimento das competências institucionais:

- Secretaria de Orçamento Federal (SOF): coordena, consolida e supervisiona a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual da União (LOA), compreendendo os orçamentos fiscal e da seguridade social; estabelece as normas necessárias à elaboração e à implementação dos orçamentos federais sob sua responsabilidade; e procede, sem prejuízo da competência atribuída a outros órgãos, ao acompanhamento da execução orçamentária.
- Secretaria de Assuntos Internacionais (Seain): coordena as políticas e ações para a negociação de programas e projetos do setor público, vinculadas a fontes externas; realiza o planejamento orçamentário e coordena o processo de pagamento das integralizações de cotas nos organismos financeiros internacionais de desenvolvimento nos quais a participação do País é atribuição do MP; atua na relação com investidores internacionais para atração de investimentos estrangeiros, em especial, para projetos de infraestrutura, além de assessorar o Ministro de Estado em atividades internacionais.
- Secretaria de Gestão (Seges): promove a inovação, modernização e aperfeiçoamento da gestão pública, com foco na agilidade dos serviços públicos, maior transparência e participação social, racionalização de processos e otimização de recursos; desenvolve e implementa modelos, processos e procedimentos para a aquisição e contratação de bens e serviços de uso em comum pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal (APF); propõe políticas, planeja, coordena, supervisiona e orienta normativamente as atividades de gestão de recursos de logística sustentável, bem como propõe e implementa políticas e diretrizes relativas à melhoria da gestão no âmbito das transferências voluntárias da União.
- Secretaria de Tecnologia da Informação (STI): propõe políticas, planeja, coordena, supervisiona e orienta normativamente as atividades de gestão dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (Sisp), como órgão central do sistema, de governo digital, relacionadas à padronização e à disponibilização de serviços digitais interoperáveis, acessibilidade digital e abertura de dados e de segurança da informação no âmbito do Sisp.
- Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público (Segrt): formula políticas e diretrizes para a gestão de pessoas, compreendendo as áreas de recursos humanos e carreiras, formulação de normativos e procedimentos judiciais em gestão de pessoas, desenvolvimento de políticas de saúde, previdência e benefícios do servidor, gestão de sistemas e informações e gestão de cadastros e pessoas, além do tratamento de conflitos decorrentes das relações de trabalho, bem como a negociação de termos e condições de trabalho entre a APF direta, autárquica e fundacional e as entidades representativas dos servidores públicos federais.
- Secretaria do Patrimônio da União (SPU): administra o patrimônio imobiliário da União e zela por sua conservação; promove o controle, a fiscalização e a manutenção dos imóveis da União utilizados em serviço público; formula, propõe, acompanha e avalia a política nacional de gestão do patrimônio da União, integrando-a com as demais políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável. A SPU conta com uma Unidade Central localizada em Brasília, 27 unidades descentralizadas (Superintendências do Patrimônio da União), localizadas nas capitais e no Distrito Federal, além de dois escritórios regionais, um em Santos (SP) e um em Parnaíba (PI).

- Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura (SDI): coordena a definição de metas de investimentos em infraestrutura; apoia a formulação, monitora e avalia políticas, planos e programas de investimentos em infraestrutura; desenvolve estudos e propõe melhorias para a implementação de programas e políticas públicas na área de infraestrutura, bem como avalia e propõe medidas institucionais e regulatórias para a promoção de projetos de infraestrutura.
- Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest): coordena a elaboração do programa de dispêndios globais, do orçamento de investimento das empresas estatais e do demonstrativo da política de aplicação das instituições financeiras oficiais de fomento; promove a articulação e a integração das políticas das empresas estatais, propondo diretrizes e parâmetros de atuação sobre políticas de pessoal, de governança e de orçamento; contribui para o aumento da eficiência e transparência das empresas estatais e para o aperfeiçoamento e integração dos sistemas de monitoramento econômico-financeiro e o aperfeiçoamento da gestão dessas empresas.
- Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos (Seplan): elabora e aprecia propostas de política econômica que tenham impacto sobre o desenvolvimento econômico e social e a política fiscal; assessora o Ministro de Estado no planejamento nacional e na elaboração de subsídios para formulação de políticas públicas de longo prazo voltadas ao desenvolvimento econômico e social; coordena as ações de planejamento de governo, em articulação com os órgãos setoriais integrantes do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal; estabelece diretrizes e normas, coordena, orienta e supervisiona a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do Plano Plurianual e do planejamento territorial, bem como coordena as ações estratégicas de investimento governamental.

Integram, ademais, a estrutura organizacional do MP, os seguintes órgãos colegiados:

- Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), que exerce as competências no Decreto nº 3.502, de 12/6/2000;
- Comissão Nacional de Cartografia (Concar), que exerce as competências estabelecidas no Decreto de 1º/8/2008;
- Comissão Nacional de Classificação (Concla), que exerce as competências estabelecidas no Decreto nº 3.500, de 9/6/2000;
- Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPDP), que exerce as competências estabelecidas no Decreto nº 8.009, de 15/5/2013.
- Conselho Nacional de Fomento e Colaboração (Confoco), que exerce as competências estabelecidas no Decreto nº 8.726, de 27/4/2016.

Por fim, são vinculadas ao MP as seguintes entidades:

- Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap).
- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).
- Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe).
- Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF).
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

## 1.2 Normas e Regulamento de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade

Normas de criação e alteração da UPC:

- Lei nº 10.683, de 28/5/2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, entre outras providências.
- Decreto nº 8.818, de 21/7/2016, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do MP, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas, substitui cargos em comissão do Grupo de Direção e Assessoramento Superior (DAS) por Funções Comissionadas do Poder Executivo Federal (FCPE) e altera o Decreto nº 8.365, de 24/11/2014, entre outras providências.
- Medida Provisória nº 717, de 16/3/2016, que altera a Lei nº 10.683/2003, entre outras providências.
- Lei nº 13.341, de 29/9/2016, que altera a Lei nº 10.683/2003 e revoga a Medida Provisória nº 717/2016, entre outras providências.
- Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, que altera o Decreto nº 8.818/2016, entre outras providências.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da UPC:

- Portaria GM/MP nº 220, de 25/6/2014, que aprova os Regimentos Internos das Unidades integrantes da estrutura do MP.
- Anexo II à Portaria nº 220/2014, que trata do Regimento Interno da Secretaria-Executiva do MP.

Manuais operacionais de macroprocessos relevantes da UPC:

- Norma Operacional (NO) Spoa nº 6, de 21/12/2010, que disciplina os procedimentos para concessão de diárias e passagens, no âmbito do MP.
- NO Spoa nº 1, de 1º/9/2011, que estabelece critérios e procedimentos para a reprografia de documentos e serviços gráficos, no âmbito do MP.
- Portaria MP nº 718, de 14/10/2013, que define os valores a serem cobrados por página copiada, no âmbito do MP.
- NO Dirad nº 1, de 10/2/2014, que regulamenta os procedimentos para os serviços de comunicação de voz por meio de telefonia fixa e móvel e de dados por meio dos dispositivos móveis do tipo tablet e modem com acesso à internet, no âmbito do MP.
- NO Dirad nº 2, de 29/4/2014, que define os critérios para a prorrogação de contratos administrativos no MP.
- NO Dirad/DTI nº 1, de 23/5/2014, que estabelece os procedimentos para o acompanhamento dos serviços de impressão, digitalização e cópia e da execução dos contratos de prestação de serviços, com o fornecimento de equipamentos e insumos, firmados com o MP.
- NO Dirad nº 4, de 7/8/2014, que define os procedimentos relativos à concessão de auxílio-moradia aos servidores integrantes do Quadro de Pessoal do MP.
- NO Dirad nº 1, de 16/1/2015, que disciplina os procedimentos para aquisição de bens e contratação de serviços, no âmbito do MP.
- NO DTI nº 2, de 22/1/2015, que disciplina os procedimentos para elaboração do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (Peti) e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) no MP.
- NO Dirad nº 1, de 22/1/2016, que dispõe sobre procedimentos relativos à gestão, acompanhamento e à fiscalização de contratos e instrumentos congêneres celebrados pelo MP.

- NO Dirad nº 2, de 20/5/2016, que dispõe sobre os procedimentos relativos à autorização de afastamento do País de servidores do MP e dos servidores das entidades vinculadas.
- NO Dirad nº 3, de 25/8/2016, que dispõe sobre o serviço de transporte oficial e terceirizado, no âmbito do MP.

### **1.3 Ambiente de Atuação**

O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, órgão integrante do Poder Executivo Federal, tem como missão promover o desenvolvimento, a gestão eficiente, a melhoria do gasto público e a ampliação dos investimentos, objetivando a oferta de bens e serviços de qualidade ao cidadão. Neste sentido, sua visão de futuro é ser reconhecido pela excelência e competência na gestão pública.

Trata-se do órgão responsável pela formulação do planejamento estratégico nacional e pela elaboração de subsídios para formulação de políticas públicas de longo prazo voltadas ao desenvolvimento econômico e social. Elabora, acompanha e avalia o Plano Plurianual de Investimentos e os orçamentos anuais, proporcionando análises do comportamento da despesa pública e de suas fontes de financiamento, bem como realiza estudos sobre políticas públicas e a estrutura do gasto público; atua, ainda, na gestão do patrimônio da União e na definição da política e das diretrizes para modernização do Estado.

Exerce as atribuições de órgão central de coordenação e gestão dos sistemas estruturadores da Administração Pública Federal, tais como: de planejamento e orçamento federal; de pessoal civil; de administração de recursos da informação e informática; de organização e modernização administrativa; de serviços gerais; de administração patrimonial; de gestão de convênios e contratos; e o de informações das Estatais.

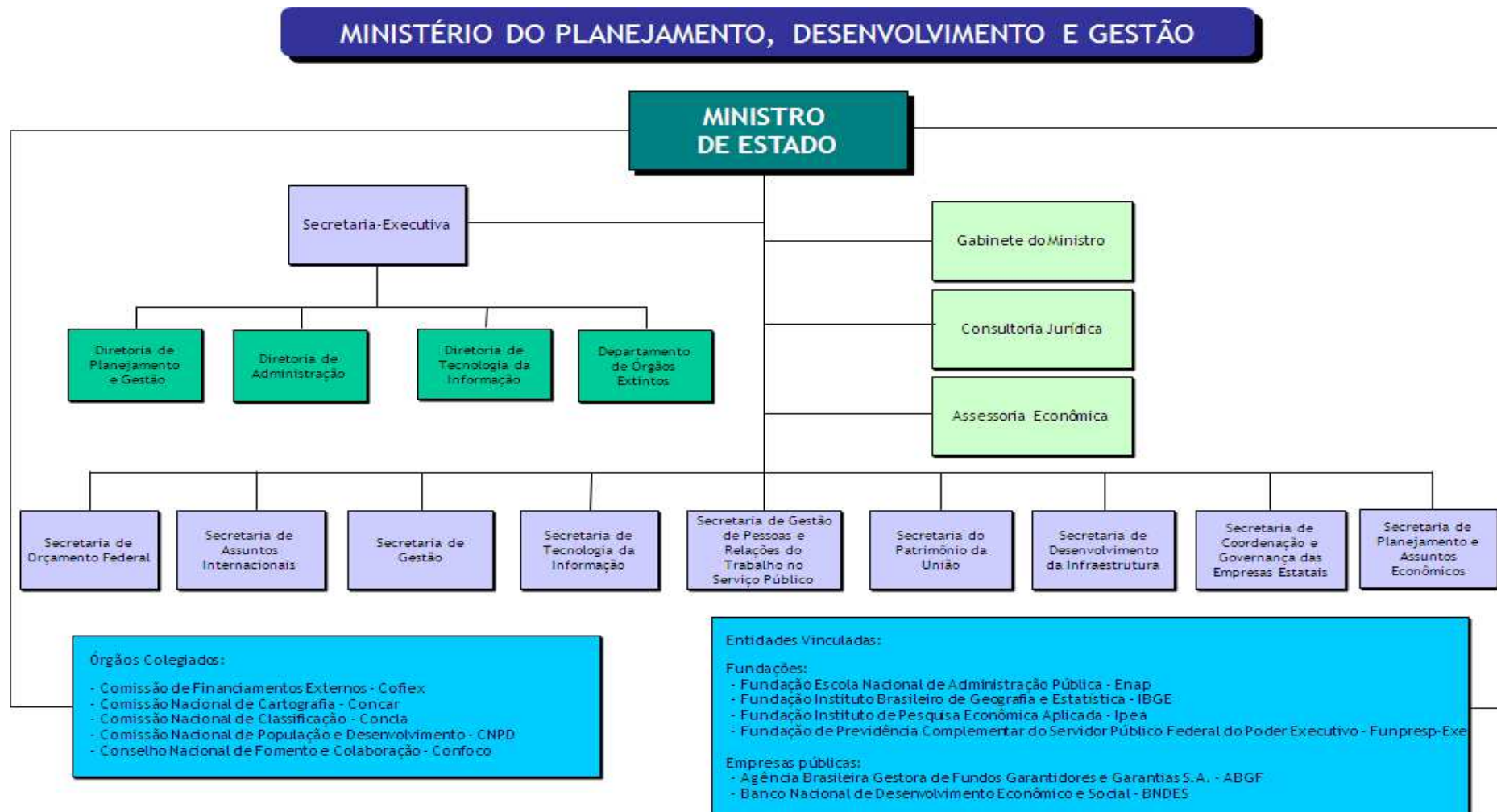
Realiza, também, estudos e pesquisas para acompanhamento da conjuntura socioeconômica e gestão dos sistemas cartográficos e estatísticos nacionais, assim como formula diretrizes e define critérios de governança corporativa das empresas estatais federais. Ademais, planeja e coordena políticas e ações para a negociação de programas e projetos do setor público, vinculadas a fontes externas, e atua na relação com investidores internacionais para atração de investimentos estrangeiros, em especial, para projetos de infraestrutura.

Para desempenhar seu papel, o Ministério prioriza o debate sobre atributos do planejamento governamental e da gestão pública com a perspectiva de criar condições objetivas e institucionais para a execução das políticas públicas, associando o conceito de resultado à abertura de canais que permitam ampliar as entregas do governo, visando recuperar a capacidade do Estado para a implementação das políticas.

Outro compromisso relevante é o fortalecimento da relação federativa por meio da criação e valorização de mecanismos de cooperação entre os entes, de forma a ampliar a capacidade técnica, gerencial e financeira do Estado, reforçando os canais que possibilitem atender o cidadão.



## 1.4 Organograma



Organograma estruturado conforme Decreto nº 8818/2016.

### Quadro 1.4 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências <sup>1</sup>	Titular	Cargo	Período de atuação
Diretoria de Planejamento e Gestão (Dipla)	Coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de organização e inovação institucional e de gestão de documentos de arquivo, no âmbito do Ministério; elaborar, coordenar e monitorar a execução das atividades e dos projetos relacionados ao Planejamento Estratégico Institucional, integrando-os aos objetivos do Ministério expressos no Plano Plurianual; elaborar a programação orçamentária do Ministério e das entidades vinculadas, de forma alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional, e monitorar as atividades de execução orçamentária e financeira.	André Nunes	Diretor	09/07/2015 a 18/08/2016
		Maria Fernanda Nogueira Bittencourt	Diretora	19/08/2016 a 31/12/2016
Diretoria de Administração (Dirad)	Coordenar, supervisionar e executar, no âmbito do Ministério, as atividades relacionadas com o Sistema de Serviços Gerais (Sisg) e o Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal (Sipec); promover a articulação com o órgão central do Sisg e do Sipec, informar e orientar os órgãos do Ministério quanto ao cumprimento das normas administrativas.	Ana Clécia Silva Gonçalves de França	Diretora	14/05/2012 a 12/05/2016
		Janet de Melo Costa	Diretora	13/05/2016 a 07/08/2016
		Walmir Gomes de Sousa	Diretor	04/08/2016 a 31/12/2016
Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI)	Coordenar e controlar as atividades relacionadas ao Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação no Ministério, efetuadas diretamente ou por meio da contratação de serviços de terceiros; coordenar a elaboração do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (Peti) e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), e suas respectivas revisões, em conjunto com as demais unidades do Ministério; coordenar o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação do Ministério; estabelecer normas de segurança da informação e dos recursos computacionais no Ministério; propor a escolha e implementação de metodologias, sistemas, plataformas e bases tecnológicas a serem adotadas pelo Ministério.	Eduardo César Soares Gomes	Diretor	25/04/2014 a 31/12/2016
Departamento de Coordenação e Governança das Empresas	Coordenar a elaboração do programa de dispêndios globais e da proposta do orçamento de investimento das empresas estatais, e acompanhar a respectiva execução orçamentária; promover a articulação e a integração das políticas das empresas estatais, propondo diretrizes e parâmetros de atuação, inclusive sobre a política salarial e de benefícios e vantagens e negociação de acordos ou de convenções coletivas de trabalho; coordenar o Grupo	Murilo Francisco Barella	Diretor	30/03/2011 a 19/05/2016

<sup>1</sup> Competências descritas, em regra, conforme Estrutura Regimental vigente, aprovada pelo Decreto nº 8.818, de 21/07/2016. O anexo I do Decreto nº 8.818/2016 foi alterado pelo Decreto nº 8.945, de 27/12/2016.

Estatais (Dest) <sup>2</sup>	Executivo da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (Cgpar), e exercer as atribuições de Secretária Executiva da Comissão; contribuir para o aumento da eficiência e transparência das empresas estatais e para o aperfeiçoamento e integração dos sistemas de monitoramento econômico-financeiro e para o aperfeiçoamento da gestão dessas empresas. <sup>3</sup>	Fernando Antonio Ribeiro Soares	Diretor	19/05/2016 a 17/08/2016
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest)	Coordenar a elaboração do programa de dispêndios globais, do orçamento de investimento das empresas estatais e do demonstrativo da política de aplicação das instituições financeiras oficiais de fomento; acompanhar as execuções orçamentárias e da meta de resultado primário das empresas estatais; promover a articulação e a integração das políticas das empresas estatais, propondo diretrizes e parâmetros de atuação sobre políticas de pessoal, de governança e de orçamento; participar das atividades relativas a processos de modelagem e desenvolvimento de operações que tenham como objetivo a desestatização, reestruturação, fusão, incorporação, cisão e liquidação de empresas estatais federais; coordenar o Grupo Executivo da Cgpar, e exercer as atribuições de Secretária Executiva da Comissão; contribuir para o aumento da eficiência e transparência das empresas estatais e para o aperfeiçoamento e integração dos sistemas de monitoramento econômico-financeiro e para o aperfeiçoamento da gestão dessas empresas; solicitar a elaboração e acompanhar a execução de planos de ação para melhoria da gestão e da eficiência das empresas estatais.	Fernando Antonio Ribeiro Soares	Secretário	18/08/2016 a 31/12/2016
Departamento de Órgãos Extintos (Depex)	Exercer as funções de planejamento, coordenação e supervisão relativas aos processos de extinção de órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; acompanhar e orientar as atividades relacionadas com a preparação e com a organização de acervo documental de órgãos e de entidades da administração pública federal submetidos a processos de extinção, até sua entrega aos órgãos responsáveis pela guarda e manutenção; supervisionar, coordenar e orientar as Superintendências de Administração do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão nos Estados do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima.	Augusto Akira Chiba	Diretor	10/02/2015 a 26/06/2016
		Erasmio Verissimo de Castro Sampaio	Diretor (Interino)	27/06/2016 a 18/08/2016
		Erasmio Verissimo de Castro Sampaio	Diretor	19/08/2016 a 31/12/2016
Consultoria Jurídica (Conjur)	Prestar assessoria e consultoria jurídica no âmbito do Ministério; fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos, a ser uniformemente seguida na área de atuação do Ministério; atuar, em conjunto com os órgãos técnicos do Ministério, na elaboração de propostas de atos normativos que serão submetidas ao Ministro de Estado.	Walter Baere de Araujo Filho	Consultor Jurídico	07/11/2012 a 31/12/2016
Assessoria Econômica (Assec)	Assessorar o Ministro de Estado e os representantes do Ministério na proposição, acompanhamento e condução da política econômica; apreciar e emitir pareceres técnicos, nos seus aspectos econômicos, sobre projetos de legislação ou regulamentação, de iniciativa do Ministério ou submetidos a sua análise; elaborar ou apreciar propostas de política econômica que tenham impacto sobre o desenvolvimento econômico e a política fiscal, de	Fabio Mitsuo Fukujima Goto	Chefe da Assessoria	24/12/2015 a 23/02/2016

<sup>2</sup> Área/subunidade estratégica nominada conforme Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 8.578, de 26/11/2015. O Decreto nº 8.578/2015 foi parcialmente revogado pelo Decreto nº 8.760, de 10/05/2016, e pelo Decreto nº 8.818/2016, que também revogou parcialmente o Decreto nº 8.760/2016.

<sup>3</sup> Competências descritas conforme Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 8.578/2015, parcialmente revogado pelo Decreto nº 8.760/2016 e pelo Decreto nº 8.818/2016.

	iniciativa do Ministério ou a este submetidos; participar, no âmbito do Ministério, da elaboração de estudos ou de propostas relacionados com a modernização do Estado e o planejamento e orçamento governamental; assessorar o Comitê Gestor de Parceria Público-Privada Federal (CGP), nos aspectos de competência do Ministério estabelecidos na legislação pertinente; assessorar o Ministro de Estado no planejamento nacional e na elaboração de subsídios para formulação de políticas públicas de longo prazo voltadas ao desenvolvimento nacional. <sup>4</sup>	Jorge Saba Arbache Filho	Chefe da Assessoria	24/02/2016 a 20/05/2016
		Marcos Adolfo Ribeiro Ferrari	Chefe da Assessoria	20/05/2016 a 18/08/2016
		Marcos Adolfo Ribeiro Ferrari	Secretário (Interino)	19/08/2016 a 31/12/2016
	Assessorar o Ministro de Estado e os representantes do Ministério na proposição, acompanhamento e condução da política econômica.			
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) <sup>5</sup>	Coordenar o planejamento das ações de governo, em articulação com os órgãos setoriais integrantes do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal; estabelecer diretrizes e normas, coordenar, orientar e supervisionar a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do Plano Plurianual e do planejamento territorial; realizar estudos e análises para a formulação, a revisão e a avaliação de políticas públicas setoriais, transversais e multissetoriais; identificar, analisar e avaliar os investimentos estratégicos governamentais, inclusive quanto ao seu impacto territorial, suas fontes de financiamento e sua articulação com os investimentos dos demais entes federativos e com os investimentos privados; assessorar o Ministro de Estado no planejamento nacional e na elaboração de subsídios para formulação de políticas públicas de longo prazo voltadas ao desenvolvimento nacional. <sup>6</sup>	Gilson Alceu Bittencourt	Secretário	27/01/2015 a 19/05/2016
		Francisco de Assis Leme Franco	Secretário	20/05/2016 a 27/06/2016
		Rodolfo Osório de Oliveira	Secretário	28/06/2016 a 30/06/2016
		Débora Nogueira Beserra	Secretária	01/07/2016 a 10/07/2016
		Marcos Adolfo Ribeiro Ferrari	Secretário (Interino)	11/07/2016 a 18/08/2016
Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos (Seplan)	Apreciar e emitir pareceres técnicos, nos seus aspectos econômicos, sobre projetos de legislação ou regulamentação, de iniciativa do Ministério ou submetidos a sua análise; elaborar e apreciar propostas de política econômica que tenham impacto sobre o desenvolvimento econômico e social e a política fiscal, de iniciativa do Ministério ou a este submetidos; participar, no âmbito do Ministério, da elaboração de estudos ou de propostas relacionados com a modernização do Estado e o planejamento e orçamento governamental; assessorar o Ministro de Estado no planejamento nacional e na elaboração de subsídios para formulação de políticas públicas de longo prazo voltadas ao desenvolvimento econômico e social; coordenar as ações de planejamento de governo, em articulação com os órgãos setoriais integrantes do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal; estabelecer diretrizes e normas, coordenar, orientar e supervisionar a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação	Marcos Adolfo Ribeiro Ferrari	Secretário	19/08/2016 a 31/12/2016

<sup>4</sup> Competências descritas conforme Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 8.578/2015, parcialmente revogado pelo Decreto nº 8.760/2016 e pelo Decreto nº 8.818/2016.

<sup>5</sup> Área/subunidade estratégica nominada conforme Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 8.578/2015, parcialmente revogado pelo Decreto nº 8.760/2016 e pelo Decreto nº 8.818/2016.

<sup>6</sup> Competências descritas conforme Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 8.578/2015, parcialmente revogado pelo Decreto nº 8.760/2016 e pelo Decreto nº 8.818/2016.

	do PPA e do planejamento territorial; realizar estudos e análises para a formulação, a revisão e a avaliação de políticas públicas; coordenar as ações estratégicas de investimento governamental, quanto às dimensões econômica, social e territorial; assessorar o Comitê Gestor de Parceria Público-Privada Federal (CGP), nos aspectos de competência do Ministério estabelecidos na legislação pertinente.			
Secretaria de Orçamento Federal (SOF)	Coordenar, consolidar e supervisionar a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da proposta orçamentária da União, compreendendo os orçamentos fiscal e da seguridade social; estabelecer as normas necessárias à elaboração e à implementação dos orçamentos federais sob sua responsabilidade; proceder, sem prejuízo da competência atribuída a outros órgãos, ao acompanhamento da execução orçamentária; acompanhar e avaliar o comportamento da despesa pública e de suas fontes de financiamento e desenvolver e participar de estudos econômico-fiscais voltados ao aperfeiçoamento do processo de alocação de recursos; acompanhar, avaliar e realizar estudos sobre políticas públicas, bem como sobre a estrutura do gasto público.	Esther Dweck	Secretária	16/01/2015 a 01/03/2016
		Francisco de Assis Leme Franco	Secretário	03/03/2016 a 19/05/2016
		George Alberto de Aguiar Soares	Secretário	19/05/2016 a 31/12/2016
Secretaria de Assuntos Internacionais (Seain)	Coordenar as políticas e ações para a negociação de programas e projetos do setor público, vinculadas a fontes externas; atuar como Secretaria Executiva da Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) e da Comissão Interministerial de Participação em Organismos Internacionais (Cipoi); realizar o planejamento orçamentário e coordenar o processo de pagamento das integralizações de cotas nos organismos financeiros internacionais de desenvolvimento nos quais a participação do País é atribuição do MP; atuar na relação com investidores internacionais para atração de investimentos estrangeiros, em especial, para projetos de infraestrutura; coordenar as negociações relativas aos acordos internacionais para o desenvolvimento do investimento e da capacidade produtiva, no âmbito de competência do MP; participar da elaboração da política nacional de comércio exterior, em conjunto com os demais órgãos encarregados desse tema; assessorar o Ministro de Estado em atividades internacionais.	Rodrigo Estrela de Carvalho	Secretário	11/12/2015 a 17/06/2016
		Jorge Saba Arbache Filho	Secretário	17/06/2016 a 31/12/2016
Secretaria de Gestão (Seges)	Formular políticas e diretrizes para a gestão pública, no âmbito da administração pública federal, compreendendo a organização e funcionamento da administração pública, a pactuação de resultados e sistemas de incentivos e de gestão de desempenho e o aperfeiçoamento e inovação da gestão dos órgãos e entidades; atuar como órgão central do Siorg e do Sisg e como Secretaria Executiva da Comissão Gestora do Siconv e do Conselho Nacional de Fomento e Colaboração (Confoco); gerir os sistemas informatizados, Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg), Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) e Siconv; propor políticas, planejar e orientar normativamente as atividades de gestão dos recursos de logística sustentável e de gestão de convênios, contratos de repasse, colaboração e fomento, termos de execução descentralizada e termos de parceria; expedir normas sobre aquisições e contratações centralizadas de bens e serviços de uso em comum; propor e implementar políticas e diretrizes relativas à melhoria da gestão, no âmbito das transferências voluntárias da União.	Patrícia Souto Audi	Secretária	31/12/2015 a 19/05/2016
		Gleisson Cardoso Rubin	Secretário	20/05/2016 a 31/12/2016

Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)	Propor políticas, planejar, coordenar, supervisionar e orientar normativamente as atividades de gestão dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (Sisp), como órgão central do sistema, de governo digital, relacionadas à padronização e à disponibilização de serviços digitais interoperáveis, acessibilidade digital e abertura de dados e de segurança da informação no âmbito do Sisp; presidir a Comissão de Coordenação do Sisp.	Cristiano Rocha Heckert	Secretário	17/12/2015 a 30/05/2016
		Marcelo Daniel Pagotti	Secretário	31/05/2016 a 31/12/2016
Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público (Segrt)	Formular políticas e diretrizes para o aperfeiçoamento contínuo dos processos de gestão na administração pública federal, compreendendo gestão de pessoas; promover o acompanhamento da evolução quantitativa e qualitativa da força de trabalho nos órgãos e entidades integrantes da administração pública federal e da remuneração e das despesas de pessoal; exercer, como órgão central do Subsistema de Relações de Trabalho do Serviço Público Federal (SISRT), a competência normativa em matéria de negociação de termos e condições de trabalho e solução de conflitos no serviço público federal; exercer a interlocução com os servidores públicos, por meio de procedimentos de negociação de termos e condições de trabalho, da Ouvidoria-Geral do Servidor Público e de outros instrumentos; propor a formulação de políticas e diretrizes que garantam a democratização das relações de trabalho na APF.	Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça	Secretário	01/12/2015 a 05/04/2016
		Edina Maria Rocha Lima	Secretária	06/04/2016 a 13/04/2016
		Edina Maria Rocha Lima	Secretária (Interina)	14/04/2016 a 26/06/2016
		Augusto Akira Chiba	Secretário	27/06/2016 a 31/12/2016
Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	Administrar o patrimônio imobiliário da União e zelar por sua conservação; promover o controle, a fiscalização e a manutenção dos imóveis da União utilizados em serviço público; formular, propor, acompanhar e avaliar a política nacional de gestão do patrimônio da União e os instrumentos necessários à sua implementação; integrar a política nacional de gestão do patrimônio da União com as demais políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável.	Guilherme Estrada Rodrigues	Secretário	01/12/2015 a 21/11/2016
		Sidrack de Oliveira Correia Neto	Secretário	22/11/2016 a 31/12/2016

Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento (Sepac) <sup>7</sup>	Subsidiar a definição das metas relativas aos projetos integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento; monitorar, avaliar os resultados e produzir informações gerenciais relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento; exercer as atividades de Secretaria Executiva do Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento (Gepac); acompanhar e monitorar os resultados do Programa de Investimentos em Logística. <sup>8</sup>	Maurício Muniz Barretto de Carvalho	Secretário	05/05/2011 a 21/04/2016 <sup>9</sup>
		Fernanda Cardoso Amado	Secretária	22/04/2016 a 25/04/2016
		Márcio Luiz Vale	Secretário	26/04/2016 a 01/06/2016 <sup>10</sup>
		Hailton Madureira de Almeida	Secretário	02/06/2016 a 18/08/2016
Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura (SDI)	Coordenar a definição de metas de investimentos em infraestrutura; apoiar a formulação e monitorar e avaliar políticas, planos e programas de investimentos em infraestrutura; apoiar a elaboração do plano plurianual nos temas relacionados à infraestrutura; desenvolver estudos e propor melhorias para a implementação de programas e políticas públicas na área de infraestrutura, em articulação com os órgãos setoriais; avaliar e propor medidas institucionais e regulatórias para a promoção de projetos de infraestrutura; exercer as atividades de Secretaria Executiva do Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento (Gepac).	Hailton Madureira de Almeida	Secretário	19/08/2016 a 31/12/2016

<sup>7</sup> Área/subunidade estratégica nominada conforme Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 8.578/2015, parcialmente revogado pelo Decreto nº 8.760/2016 e pelo Decreto nº 8.818/2016.

<sup>8</sup> Competências descritas conforme Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 8.578/2015, parcialmente revogado pelo Decreto nº 8.760/2016 e pelo Decreto nº 8.818/2016.

<sup>9</sup> Com a entrada em vigor do Decreto nº 8.693, de 16/05/2016, a Sepac foi transferida do MP para a Casa Civil da Presidência da República. O Decreto nº 8.693/2016 foi parcialmente revogado pelo Decreto nº 8.760/2016 e integralmente revogado pelo Decreto nº 8.889, de 26/10/2016.

<sup>10</sup> Com a entrada em vigor do Decreto nº 8.760/2016, a Sepac foi transferida da Casa Civil da Presidência da República para o MP.

## 1.5 Macroprocessos finalísticos

**Quadro 1.5 – Macroprocessos Finalísticos**

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
<b>Dipla</b>				
Gestão Orçamentária	Processo orçamentário: planejamento, elaboração, previsão de despesas e descentralização financeira.  Acompanhamento contábil (preventiva e proativa): orientações referentes aos registros contábeis.	Programação Orçamentária; Declaração do Contador.	Todas as unidades do MP	Dipla
Gestão de Planejamento	Acompanhamento e aprendizado contínuo sobre as ações do Ministério para subsidiar processos de planejamento, monitoramento e comunicação.	-Monitoramento do PPA; -Monitoramento do Planejamento Estratégico Institucional; -Mensagem Presidencial.	Todas as unidades do MP	Dipla
Gestão da Informação	Gestão documental e do acesso à informação: atendimento às demandas de informação formuladas pelas pessoas.	Informações disponibilizadas para as pessoas Suporte ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI).	Pessoas	Dipla
Prestação de Contas	Elaboração de relatórios afetos à área de controle.	Prestação de Contas da Presidência da República; Relatório de Gestão.	Órgãos de controle	Dipla
Gestão da Avaliação de Desempenho Institucional	Sistematização e monitoramento de metas e indicadores de desempenho institucional.	Publicação de metas e indicadores de desempenho institucional.	Servidores	Dipla
Organização Administrativa e Estruturação organizacional:	Manutenção e atualização de estruturas organizacionais, normas, manuais e demais instrumentos; mapeamento de processos.	Regimento Interno das unidades administrativas do Ministério	Todas as unidades do MP	Dipla



**Dirad**

Gestão de Pessoas	Administração de Pessoal: cadastro, pagamento, aposentadoria e pensão civil, movimentação interna, legislação de pessoal e serviço médico.  Desenvolvimento e capacitação de pessoas: avaliação de desempenho, capacitação e aprimoramento de servidores.	-Folha de pagamento -Aposentadoria -Avaliação individual -Capacitações -Situação funcional -Serviços médicos	Todas as unidades do MP	Dirad
Gestão de Aquisições e Contratações	Gestão de aquisições de bens e serviços: licitações e compras diretas.	Aquisições Licitações	Todas as unidades do MP	Dirad
Administração Predial	Administração, segurança e manutenção predial.  Monitoramento e fiscalização de reformas e serviços de engenharia, transporte, telefonia, serviços de secretariado e restaurante.  Administração de bens: controle e suprimento de bens patrimoniais e de consumo.	-Administração predial -Controle de bens patrimoniais -Suprimento	Todas as unidades do MP	Dirad
Gestão de Contratos	Gestão, acompanhamento e supervisão de contratos administrativos.	Gestão contratual	Todas as unidades do MP	Dirad
Execução Orçamentária e Financeira	Execução orçamentária e financeira: prática de atos e fatos decorrentes da gestão orçamentária e financeira.	Gestão da execução orçamentária e financeira	Todas as unidades do MP	Dirad

**Depex**

Gestão de Pessoas	Administrar recursos humanos: acompanhar concessão de diárias e passagens; realizar a avaliação de desempenho; averbar tempo de serviço; controlar frequência, licenças, afastamento e abonos de servidores ativos; cumprir ações judiciais; gerar pagamento de benefícios e/ou auxílios; revisar concessão de aposentadoria e pensão; movimentar pessoal oriundo de órgãos extintos; reconhecer direitos a complementação de aposentadorias e pensões; revisar concessão de aposentadoria e pensão; tratar acumulação de cargos; selecionar estagiários.	Folha de Pagamento e complementação de aposentadorias e pensões	Servidores ativos, aposentados e pensionistas de órgãos extintos, ferroviários e beneficiários da extinta Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA)	Depex  Samps: AC, AP, RO RR
-------------------	---	---	--	--------------------------------------

Gestão Estratégica	Planejar estrategicamente: propor projetos e ações; definir indicadores do processo; consolidar relatórios legais; regularizar convênios e instrumentos similares celebrados por órgãos extintos; acompanhar e orientar a extinção de órgãos.	Projetos, Relatórios, Convênios regularizados	Depex TCU Órgãos extintos	Depex
Gestão da Informação e Documentação	Gerenciar documentos arquivísticos: receptionar, tramitar, arquivar e desarquivar a documentação	Documentação organizada	Depex	Depex
Gestão de Logística	Gerenciar contratações: Planejar, licitar e contratar bens e serviços necessários às atividades da Unidade.	Planejamento realizado; licitação realizada; contratação concluída; gestão realizada.	Depex (Samps); CGU, PFN, SPU nos Estados do AC, AP, RO e RR	Depex e Samps

#### DTI

Planejamento de TI	Elaboração dos planos estratégicos e diretor de TI	Planejamento Estratégico de TI (Peti) e Plano Diretor de TI (PDTI)	Secretaria Executiva e demais unidades finalísticas	Coordenação Geral de Governança de TI/DTI
Contratação de Soluções de TI	Elaboração dos instrumentos da contratação de soluções de TI na legislação vigente	Planejamento da Contratação e Termo de Referência/ Projeto Básico	Todas as unidades do MP	Coordenação Geral de Governança de TI/DTI
Desenvolvimento de soluções de software	Construção e/ou manutenção de soluções de software	Sistemas e soluções para apoio aos processos de negócio	Todas as unidades do MP	Coordenação Geral de Sistemas/DTI
Sustentação da infraestrutura tecnológica do MP	Manutenção do ambiente computacional (centro de dados e rede) do MP	Disponibilidade de sistemas, soluções de TI e rede do MP	Todas as unidades do MP	Coordenação Geral de Serviços de TI/DTI
Arquitetura, Processos e Dados	Realizar a prospecção e propor a escolha, a implementação e as melhorias de arquiteturas, metodologias, processos, aplicações, plataformas e bases tecnológicas.	Arquiteturas e processos estabelecidos	Todas as unidades do MP	Coordenação Geral de Arquitetura, Processos e Dados/DTI

#### Seplan

Gestão do Ciclo do Plano Plurianual (PPA): Elaboração, Monitoramento, Avaliação e Revisão.	Envolve: (i) a construção do (PPA) que deve ser encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional até final de agosto do primeiro ano de cada mandato presidencial; (ii) a coordenação do processo de revisão/ atualização do PPA; e (iii) a coordenação do Processo de Avaliação e Monitoramento do PPA	-Projeto de Lei do PPA; -Projeto de Lei de Revisão do PPA ou Comunicado à Comissão Mista de Orçamento; -Relatórios de Monitoramento; -Relatório de Avaliação do PPA encaminhado ao Congresso Nacional.	Órgãos integrantes do PPA	Seplan
--	---	---	---------------------------	--------

Participação Social	Atividade promovida em parceria com a Secretaria de Governo da Presidência da República, por meio do Fórum Interconselhos, no qual é feito o diálogo com a sociedade no que se refere à elaboração e monitoramento do Plano Plurianual.	Relatórios de Monitoramento e Avaliação das Agendas Transversais e Temáticas	Conselhos de Políticas Públicas	Seplan
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Participação na construção do modelo de monitoramento dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)	Identificação da relação entre PPA e ODS, estruturação da Agenda ODS no Siop e relatórios de monitoramento dos ODS no Brasil.	Secretaria de Governo da Presidência da República	Seplan
Participação em Fóruns de Governo	Participação em diversos Colegiados, Conselhos, Fóruns e eventos relacionados aos temas de políticas públicas acompanhados pela Seplan	Apresentações de proposições, bem como análises e manifestações acerca de propostas e políticas relacionadas aos temas acompanhados pela Seplan	Órgãos Setoriais e Conselhos Nacionais	Seplan
Acompanhamento Temático	Acompanhamento de políticas/planos/programas em todas as áreas de governo; análises de estudos setoriais.	Elaboração de Notas Técnicas, Estudos, pareceres, análises de projetos, dentre outros	Órgãos Setoriais	Seplan
Atuação em assuntos territoriais	Atividades de coordenador nacional do Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan), da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), com vistas a promover a integração da infraestrutura física dos países da América do Sul.	Coordenação de estudos e de grupos de trabalho, elaboração de metodologias de planejamento para América do Sul	Cosiplan/ Unasul	Seplan
Participação em comissão	Participação, como gestora da Comissão Nacional de Cartografia (Concar)	Gestão da Concar, em atividades de fomento e divulgação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (Inde)	Concar	Seplan
Normatização dos processos de planejamento	Periodicamente são elaborados normas, guias, manuais e textos de orientação e apoio ao planejamento e gestão governamental.	Normas, manuais, orientações, relatórios.	Administração pública em geral	Seplan
Planejamento de Médio e Longo Prazo	Realização de estudos para elaboração de metodologia para o Planejamento de Longo Prazo e Realização de estudos sobre a implementação de uma Estrutura Orçamentária de Médio Prazo adaptada às condições nacionais.	Estudos e Apresentações	MP	Seplan

Avaliação de Políticas Públicas	(i) Elaboração de avaliações executivas sobre temas elegidos de políticas públicas, em conjunto com outros órgãos federais; e (ii) construção da estrutura do sistema de avaliação de políticas públicas e revisão de despesas (Siapre), a ser implementado no governo federal.	Estudos, Apresentações, Notas Técnicas e Instrumentos Normativos	Secretaria Executiva/MP	Seplan
Subsídios à Elaboração da Mensagem Presidencial, Prestação de Contas da Presidência da República e Relatório de Gestão	Análise dos textos elaborados pelos órgãos do governo	-Prévia da Mensagem Presidencial analisada; -Prévia da Prestação de Contas da Presidência da República analisada; -Prévia do Relatório de Gestão analisado; -Fornecimento de relatórios no Siop para subsídio aos órgãos setoriais	Casa Civil CGU TCU	Seplan
Revisão de políticas/programas e proposição de medidas	Análise e elaboração de diversas propostas governamentais e legislativas com foco na melhoria do ambiente de negócios e na promoção do crescimento econômico, bem como na eficiência do gasto público	Notas Técnicas e propostas de Projetos de Lei, Decretos e Medidas Provisórias	MP Casa Civil	Seplan
Assessoramento de Ministro e/ou os representantes do Ministério	Fornecimento de informações sobre a conjuntura econômica de forma a subsidiar as decisões a serem tomadas pelo Ministro de Estado e demais representantes do Ministério.	Informativos	Ministro de Estado e/ou os representantes do Ministério	Seplan
Acompanhamento de indicadores da conjuntura econômica bem como participação em propostas de política econômica e estudos relacionados com a modernização do Estado e o planejamento e orçamento governamental	Acompanhamento conjuntural; Análise de pesquisas econômicas conjunturais e estruturais; e Participação em Grupos de Trabalhos (GT) e Comissões.	Elaboração de informes e boletins conjunturais e projeções econômicas.	Ministro de Estado e representantes do Ministério	Seplan

**SOF**

Elaboração do Ploa	Elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), a ser encaminhado ao Congresso Nacional até 31 de agosto	Ploa elaborado	Órgãos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, MPU, CNJ e sociedade.	SOF
--------------------	---	----------------	--	-----

Elaboração do Relatório de Avaliação das Receitas e Despesas Primárias	Elaboração do Relatório Bimestral de Avaliação das Receitas e Despesas Primárias previstas	Relatório Elaborado	Órgãos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, MPU, CNJ e sociedade.	Secretaria Adjunta de Gestão Fiscal/SOF
Elaboração do PLDO	Elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes que deve ser encaminhado ao Congresso Nacional até dia 15 de abril	PLDO elaborado	Órgãos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, MPU, CNJ e sociedade.	Secretaria Adjunta de Gestão Orçamentária/SOF
Alterações Orçamentárias – Créditos Adicionais	Processos de ajustes na LOA previstos na legislação	Crédito publicado no Diário Oficial da União (DOU)	Órgãos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, MPU, CNJ e sociedade.	SOF
Alterações Orçamentárias – Outras	Processos de ajustes na LOA previstos na legislação	Alteração publicada no DOU	Órgãos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, MP, CNJ e sociedade	SOF
Acompanhamento da execução orçamentária	Acompanhamento das ações orçamentárias conforme previsto na legislação	Informações consolidadas no sistema para subsidiar relatórios de governo	Órgãos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, MPU, CNJ e sociedade.	Secretaria Adjunta de Gestão Corporativa/SOF
Realização de estudos e pesquisas concernentes ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento do processo orçamentário federal	Elaboração de estudos e pesquisas	Estudos e pesquisas realizados	Órgãos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, MPU, CNJ e sociedade.	Secretaria Adjunta de Avaliação e Relações Institucionais/SOF
Supervisão técnica dos Setoriais de orçamento	Orientação técnica dos órgãos e apoio aos processos orçamentários da União	Unidades setoriais apoiadas	Setoriais de orçamento nos Poderes da União	Secretaria Adjunta de Gestão Corporativa/SOF
Supervisão da carreira de Analista de Planejamento e Orçamento	Realização de atos de gestão previstos na legislação em articulação com a Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos	Carreira supervisionada	Analistas e Técnicos de Planejamento e Orçamento	Secretaria Adjunta de Gestão Corporativa/SOF

Gestão das classificações Receita/Despesa	Atividades técnicas relacionadas a classificação de receita e despesa	Manual Técnico do Orçamento publicado e atualizado	Órgãos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, MPU e CNJ, Estados e Municípios.	Secretaria Adjunta de Gestão Orçamentária/SOF
---	---	--	---	---

Segrt				
Formulação de políticas e diretrizes de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público Civil Federal	<p>Exercer a competência normativa e orientadora em matéria de pessoal civil no âmbito da APF direta, das autarquias, incluídas as de regime especial, e das fundações públicas;</p> <p>Exercer a interlocução com os servidores públicos, por meio de procedimentos de negociação de termos e condições de trabalho, da Ouvidora-geral do Servidor Público e de outros instrumentos.</p> <p>Exercer a governança dos sistemas de tecnologia da informação que dão suporte à gestão de pessoas no serviço público.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Planejamento e dimensionamento da força de trabalho;</li> <li>- Concurso público e contratação por tempo determinado;</li> <li>- Estrutura remuneratória;</li> <li>- Coordenação e monitoramento da elaboração da folha de pagamento, no âmbito dos órgãos e entidades do Sipec;</li> <li>- Avaliação individual;</li> <li>- Desenvolvimento profissional;</li> <li>- Situação funcional;</li> <li>- Atenção à saúde e segurança do trabalho;</li> <li>- Previdência, benefícios e auxílios do servidor;</li> <li>- Negociação de termos e condições de trabalho e solução de conflitos no serviço público federal.</li> <li>- Termos de Acordo salarial;</li> <li>- Atendimento via Ouvidoria do Servidor.</li> <li>- Manutenção corretiva e evolutiva dos sistemas em produção;</li> <li>- Integração de sistemas dos órgãos do Sipec com os sistemas informatizados da Secretaria;</li> <li>- Políticas de Segurança da informação dos sistemas de TI da secretaria.</li> </ul>	Órgãos e unidades integrantes do Sipec, autarquias, incluídas as de regime especial e fundações públicas	Segrt

**Seain**

<p>Acompanhar e contribuir com a política de comércio exterior e negociações internacionais</p>	<p>Subsidiar o MP quanto à formulação da posição brasileira em acordos bilaterais, regionais e multilaterais de comércio;</p> <p>Subsidiar a participação do MP em órgãos colegiados relacionados ao Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior (Camex);</p> <p>Apoiar as negociações comerciais no âmbito do Mercosul, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização Mundial do Comércio (OMC) e negociações comerciais bilaterais;</p> <p>Aportar insumos a: i) políticas de alteração tarifária, de liberalização comercial e de combate a práticas desleais de comércio; ii) políticas de fomento às exportações, por meio do Comitê de Financiamento e Garantia às Exportações (Cofig)</p>	<p>-Articulação institucional com outros órgãos de governo em matérias afins;</p> <p>-Elaboração de documentos técnicos;</p> <p>-Elaboração de estudos e projetos de interesse do MP em matéria de comércio exterior.</p>	<p>Unidades do MP e Órgãos integrantes do Grupo Técnico de Contratações Públicas (GTCOP)</p>	<p>Coordenação-Geral de Comércio Exterior e Assessoria Internacional (Cogea/Seain)</p>
<p>Acompanhar e contribuir com a política de atração de Investimentos internacionais ao Brasil</p>	<p>Consolidar as informações sobre infraestrutura do Governo Federal para divulgação e orientação dos investidores institucionais, particularmente os estrangeiros;</p> <p>Estruturar a Sala de Investimentos para consolidar o MP como órgão centralizador e coordenador dos investimentos em infraestrutura do Governo Federal;</p> <p>Participar do Grupo de Investimento e em Infraestrutura (IIWG) do G20.</p>	<p>-Boletim trimestral de Infraestrutura para Investidores institucionais;</p> <p>-Sala de Investimento;</p> <p>-Acordos Quadros e fundos de investimento com outros países.</p>	<p>Gabinete do Ministro, Secretaria Executiva, outros Ministérios relacionados à pauta de Infraestrutura e Investidores Internacionais.</p>	<p>Coordenação-Geral de Investimentos Internacionais (Cogin/Seain)</p>

<p>Prestar Assessoria Internacional ao Ministério</p>	<p>Prover subsídios à agenda internacional do Ministro para encontros com autoridades estrangeiras;</p> <p>Prover assessoramento em matéria de conjuntura econômica internacional;</p>	<p>-Notas Técnicas e outros documentos analíticos com posicionamento;</p> <p>-Processos internos do MP gerenciados e atendidos;</p>	<p>Ministério</p>	<p>Assessoria e Chefia do Gabinete</p>
<p>Acompanhar e contribuir nas diretrizes de Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento (OFIDs)</p>	<p>Posicionar o País com relação à atuação de organismos, incluindo diretrizes estratégicas e políticas operacionais junto ao: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Corporação Interamericana de Investimentos (CII) e Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin); Banco Africano de Desenvolvimento (BAD); Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD); Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC); Corporação Andina de Fomento (CAF); Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Fida); Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata).</p> <p>Participar das reuniões negociadoras de aumento de capital e recomposição de recursos, dos trâmites internos para a sua efetivação, bem como a responsabilidade pela integralização dos valores aportados.</p>	<p>-Notas Técnicas e outros documentos Analíticos, com posicionamento;</p> <p>-Articulação institucional com outros órgãos de governo em matérias afins.</p>	<p>MP e outros órgãos afeitos às matérias</p>	<p>Coordenação de Política com Organismos Internacionais (Coger/Seain)</p>



Realizar pagamento de contribuições e integralizações a organismos internacionais constituídas no Direito Internacional Público	Elaborar propostas orçamentárias; regulamento interno e administração dos pagamentos aos Organismos Internacionais, sujeitos de direito internacional público, com os quais a União esteja vinculada.	-Realizar o planejamento orçamentário para o pagamento das contribuições obrigatórias e voluntárias a organismos sujeitos de direito internacional público; -Instruir o processo de pagamento das integralizações de cotas e das contribuições voluntárias e obrigatórias aos organismos internacionais; -Manifestar-se sobre a conveniência de inclusão de contribuições obrigatórias e voluntárias a organismos internacionais nas propostas orçamentárias do MP; -Coordenar o processo de apreciação orçamentária pelo MP de novas contribuições obrigatórias e voluntárias a organismos internacionais e de aumentos reais em relação ao período precedente, nos termos do art. 1º do Decreto nº 92.392/1986.	-Organismos internacionais, sujeitos de direito internacional público nos quais a União tenha participação -Ministérios, autarquias e outros entes do poder executivo da APF.	Cogex/Seain
Avaliar os pleitos referentes a programas e projetos do setor público vinculados a fontes externas	Avaliar os novos pleitos, por meio da análise das cartas consulta e elaborar nota técnica com vistas a subsidiar decisão da Cofix.	- Elaboração de documento que orienta o postulante ao aprimoramento da carta consulta; - Elaboração de nota técnica.	União, Estados, e Municípios	Coordenação Geral de Financiamentos Externos (Cogex/Seain)
Acompanhar a preparação de programas e projetos do setor público	-Acompanhar a preparação dos programas e projetos por meio de informações prestadas pelos mutuários e pelos OFID's.  -Elaborar nota técnica com vistas a subsidiar decisão do Grupo Técnico da Cofix (Gtec).	- Atualização do Sistema de Informações Gerenciais (SIGS); - Elaboração de Nota Técnica.	União, Estados, e Municípios	Cogex/Seain
Coordenar e acompanhar as ações relativas à negociação de programas e projetos do setor público	Coordenar o processo de negociação das minutas contratuais junto aos OFID's e aos mutuários, com vistas a assegurar que os contratos tenham seus respectivos projetos compatíveis com as Recomendações Cofix.	- Ata de pré negociação; - Minutas Contratuais negociadas.	União, Estados, Municípios, Ministério da Fazenda e OFIDs	Cogex/Seain
Acompanhar a execução de programas e projetos do setor público vinculados a fontes externas	Acompanhar a execução dos programas e projetos por meio de informações prestadas pelos mutuários, e pelos OFID's, bem como analisar pleitos de alterações contratuais e elaborar nota técnica com vistas a subsidiar decisão da Seain no GTEC.	- Atualização do SIGS; - Elaboração de Nota Técnica.	União, Estados, Municípios, e membros do Gtec	Cogex/Seain

Subsidiar as reuniões de programação e de revisão de carteira dos organismos financeiros internacionais	Analisar a execução físico-financeira; o nível da preparação dos projetos e recomendar alterações em sua implementação, bem como subsidiar decisões da Seain sobre a lista de projetos visando à programação financeira dos OFID's.	- Agenda da reunião; - Identificação dos projetos a serem Pautados; - Discussão da situação dos projetos com Mutuários e OFIDs.	OFIDs, União, Estados, Municípios	Cogex/Seain
---	---	---	--	-------------

Sest				
Orientar os Conselheiros representantes do Ministério nas empresas.	Operacionalizar a indicação, coordenar e orientar a atuação de representantes do Ministério nos Conselhos das empresas.	-Capacitação de Conselheiros; Seminários e reuniões; Manual do Conselheiro; Cartilha aos Conselheiros; -Informações periódicas: manifestações técnicas da Sest sobre a empresa; Ofício Circular de orientação. -Dados cadastrais, email e Ofício de indicação; -Informe à CGU sobre o valor de remuneração dos conselheiros.	Conselheiros representantes do MP nas empresas. Ministro do Planejamento. CGU.	Departamento de Governança e Avaliação de Estatais (Degov/Sest)
Apoiar o Grupo Executivo da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (Cgpar)	Coordenar o Grupo Executivo – GE da Cgpar; exercer as atribuições de Secretaria-Executiva da Cgpar.	-Reunião mensal do GE e da Cgpar; -Minutas de Resolução e Parecer Técnico; -Relatório e tramitação das Resoluções; -Lista de temas para avaliação do GE.	Ministério da Fazenda. Casa Civil/PR Empresas Estatais Federais.	Degov/Sest
Operacionalizar a participação do Brasil por meio da SEST no Comitê de Governança Corporativa da OCDE e em seus subgrupos.	Identificar as necessidades da OCDE para que o Brasil altere o seu status para tornar-se participante do Comitê e dos GT's, principalmente o de privatização.	-Manter comunicação com os interlocutores da OCDE; -Entender os documentos enviados pela OCDE de forma a subsidiar o Secretário; -Manter contato com o MRE e Seain para operacionalizar as participações da Sest.	OCDE e países membros. Empresas Estatais Federais.	Degov/Sest

<p>Governança Corporativa das empresas estatais</p>	<p>Manifestação sobre propostas sobre: a) criação de empresa estatal; b) assunção do controle acionário de empresa; c) operações de reestruturação societária; d) alteração do capital social; e) estatutos sociais e suas alterações; f) destinação dos lucros e resultados da empresa; g) remuneração dos administradores e conselheiros.</p> <p>Orientar as atividades relacionadas a empresas estatais federais submetidas a processo de liquidação.</p> <p>Colaborar para os processos de desenvolvimento de operações para a desestatização, reestruturação, fusão, incorporação, cisão e liquidação de empresas estatais federais.</p>	<p>-Nota técnica e Ofício; -Seminários; -Reuniões com empresas e ministérios.</p>	<p>Empresas Estatais, suas controladas e coligadas.</p> <p>Ministérios supervisores.</p> <p>Conselheiros.</p>	<p>Degov/Sest</p>
<p>Elaboração da proposta do Orçamento de Investimento (OI)</p>	<p>Coordenar a elaboração da proposta do OI das empresas estatais federais não dependentes, compatibilizando-a com o Plano Plurianual</p>	<p>Volume VI da Lei Orçamentária Anual (LOA), que contém o OI</p>	<p>Congresso Nacional. Empresas Estatais Federais. Ministérios Setoriais. Sociedade em geral.</p>	<p>Departamento de Orçamento das Estatais (Deore)/Sest</p>
<p>Elaboração da proposta do Programa de Dispendios Globais (PDG)</p>	<p>Coordenar a elaboração da proposta do PDG das empresas estatais federais não dependentes, compatibilizando-a com a meta de superávit primário fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).</p>	<p>-Decreto do PDG; -Relatório de Necessidade de Financiamento Líquido; -Relatório de Usos e Fontes; -Trechos da Mensagem Presidencial contida no Ploa.</p>	<p>Presidência da República. Empresas Estatais Federais. Ministérios Setoriais. Sociedade em geral.</p>	<p>Deore/Sest</p>
<p>Acompanhamento da execução do OI e do PDG</p>	<p>Acompanhar os valores executados para elaboração de relatórios, análises e publicações, além de verificar riscos de extrapolação dos valores orçados com alertas para as empresas.</p>	<p>-Relatórios; Nota Técnica; -Boletim do OI para os Conselheiros; -Ofício com alertas de extrapolação; -Quadro de acompanhamento da meta de resultado primário pelo critério acima da linha; -Portaria Bimestral de Execução Orçamentária; -Instrução de voto da União em Assembleia Geral sobre dividendos e retenção do lucro.</p>	<p>Unidades do MP Conselheiros de administração representantes do MP. Empresas Estatais Federais. Sociedade em geral. Órgãos de Controle.</p>	<p>Deore/Sest</p>

Prestação de Contas da Presidência da República (PCPR)	Elaborar o texto a ser inserido na Parte III da PCPR, com base em dados da execução do OI, informações enviadas pelas estatais e análises internas.	Parte III da PCPR.	Presidência da República. Órgãos de Controle. Sociedade em geral.	Deore/Sest
Previdência complementar das empresas estatais	Analisar e emitir manifestação acerca do patrocínio de planos de benefícios administrados por entidades fechadas de previdência complementar.	-Nota Técnica e Ofício; -Participação nas reuniões do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC); -Reuniões com empresas e entidades; -Resolução Cgpar nº 09.	Empresas Estatais Federais. Ministérios Setoriais. Previc.	Departamento de Política de Pessoal e Previdência Complementar de Estatais (Depec)/Sest
Benefício de Assistência à saúde de empregados de estatais	Analisar e emitir manifestação quanto ao custeio de benefícios de assistência à saúde.	Nota Técnica e Ofício.	Empresas Estatais Federais. Ministérios Setoriais.	Depec/Sest
Política de Pessoal das empresas estatais	Analisar e emitir manifestação sobre pleitos das estatais relativos a: a) quantitativo de pessoal próprio; b) acordo ou convenção coletiva de trabalho; c) programa de desligamento de empregados; d) planos de cargos e salários; e) benefícios de empregados, criação e remuneração de funções gratificadas e cargos comissionados e f) participação dos empregados nos lucros ou resultados das empresas.  Promover a articulação e a integração das políticas de pessoal das empresas estatais	-Nota Técnica, Ofício e Portaria no DOU; -Reuniões com empresas e ministérios; -Grupos de debates com as estatais para compartilhamento de práticas de gestão de pessoas; -Caderno de Práticas de Gestão de Pessoas das Empresas Estatais Federais; -Seminário “Compartilhamento de Práticas de Gestão de Pessoas das Empresas Estatais Federais – Ciclo 2016”.	Empresas Estatais Federais.  Ministérios Setoriais.	Depec/Sest
Avaliação das empresas estatais federais	Avaliar o desempenho e a gestão das estatais mediante quatro processos: a) Análise de dados Indiretos; b) avaliação direta, em visita técnica, nas empresas selecionadas; c) acompanhamento da implementação do plano de ação elaborado pela empresa visando o tratamento das lacunas identificadas; e d) disseminação de boas práticas constatadas para as demais empresas.	-Visitas técnicas; -Planos de Ação acompanhados; -Relatórios; -Seminários com as Empresas e com os Conselheiros de Administração; -Normativos elaborados e propostos.	MP; Conselheiros de Administração representantes do MP. Empresas Estatais Federais.	Degov/Sest

<p>Análise econômico-financeira das empresas estatais</p>	<p>Processo de análise das empresas, sob o aspecto econômico-financeiro, baseado em dados contábeis do Sistema de Informação das Estatais (Siest).</p>	<p>Boletins; Informes Livro “Perfil das Empresas Estatais”.</p>	<p>MP Conselheiros de administração representantes do MP. Empresas estatais federais Sociedade em geral</p>	<p>Degov/Sest</p>
---	--	---	---	-------------------

## **2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS**

É demonstrada, a seguir, a forma de atuação da UPC e seu desempenho em relação aos objetivos e metas programados para o exercício de 2016. No item 2.1 – Planejamento Organizacional, o conteúdo elaborado está relacionado à estrutura geral do Ministério, haja vista a Secretaria-Executiva ter conduzido, conjuntamente com as Unidades, a construção e o monitoramento do Planejamento Estratégico do MP, para o período de 2016-2019. Assim, as informações estão relacionadas também às Unidades do MP que elaboram o Relatório individualmente.

### **2.1 Planejamento Organizacional**

#### **2.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício**

Em que pese as mudanças políticas ocorridas e seu reflexo na administração pública, com alterações na estrutura do MP, no exercício de 2016 houve um esforço para finalizar o Planejamento Estratégico do Ministério e de suas Unidades, concluído com nove *Objetivos Estratégicos* do Ministério, 60 *Objetivos de Contribuição* das Unidades, 126 *Indicadores*, 142 *Iniciativas* e 363 *Entregas*. Especificamente, o Planejamento Estratégico do Ministério é composto pelos *Objetivos Estratégicos* e um conjunto de *indicadores, iniciativas e entregas*, selecionado dentro dos atributos propostos pelas suas Unidades.

Os Objetivos Estratégicos do MP são os seguintes:

1. Promover a melhoria da governança das empresas estatais;
2. Fornecer informações estatísticas e geocientíficas e ampliar o uso de registros administrativos;
3. Aperfeiçoar o Planejamento e a Avaliação das Políticas Públicas;
4. Consolidar a reorganização administrativa, com ênfase na desburocratização e na transparência;
5. Modernizar a gestão pública, priorizando a inovação e melhoria dos processos;
6. Aprimorar a gestão do gasto público, com foco na qualidade;
7. Construir um novo modelo de gestão de pessoas adequado aos desafios da APF;
8. Contribuir para a viabilização de investimentos públicos e privados em infraestrutura e logística;
9. Implantar um novo modelo de gestão do patrimônio da União, com ênfase na economicidade.

#### **2.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico**

O planejamento estratégico 2016-2019 do MP foi lançado em novembro de 2016 e, atualmente, está em fase de coleta de informações para o Monitoramento, que teve início em janeiro/2017.

#### **2.1.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e outros Planos**

Todas as Unidades do MP participaram da elaboração do Planejamento Estratégico, que é uma compilação dos principais Objetivos de Contribuição propostos pelas diversas áreas do órgão. As áreas foram incentivadas a elaborar seus objetivos com base na Missão, Visão e Objetivos

Estratégicos do MP, indicando as Iniciativas a serem adotadas, com suas respectivas Entregas, além de elaborar os Indicadores para mensurar o alcance dos objetivos.

Há que se frisar que, tanto para o Planejamento Estratégico do Ministério quanto para os planejamentos estratégicos das Unidades, buscou-se o alinhamento aos Objetivos do Programa 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública, do PPA 2016-2019.

#### **2.1.4 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos**

O Ministério irá monitorar o Planejamento Estratégico do órgão, bem como das atividades que as Unidades desempenham. O monitoramento consiste no acompanhamento semestral dos resultados obtidos com indicações de medidas mitigadoras dos riscos e restrições encontrados. É solicitada, ainda, a indicação dos principais benefícios das ações do MP para a sociedade e para a Administração Pública Federal.

Embora o Plano tenha sido lançado em novembro/2016, haverá, no primeiro semestre de 2017, o monitoramento de seus atributos. O propósito é identificar, ainda que preliminarmente, os principais entraves e restrições à execução do Plano.

### **2.2 Desempenho Orçamentário**

#### **2.2.1 Objetivos Estabelecidos no PPA de Responsabilidade da Unidade e Resultados Alcançados**

O **Programa 2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública** foi criado no âmbito do Plano Plurianual 2016-2019, com o propósito de contribuir com o efetivo atendimento às demandas da sociedade brasileira, por meio da simplificação e otimização da prestação de serviços capazes de alavancar a competitividade do país e atrair investimentos. Possui objetivos que focam na ampliação do conhecimento da realidade brasileira, na eficiência da gestão, no uso integrado de tecnologia de informação e da força de trabalho, na participação social da gestão pública, na transparência e na prevenção e combate à corrupção.

A alocação dos recursos ao longo do período de vigência do Programa teve como parâmetro a previsão orçamentária realizada pelas Unidades para as ações vinculadas aos objetivos do Programa, respeitando os limites estabelecidos pelo órgão central de orçamento. Os recursos previstos foram utilizados como referência para calcular os valores globais do Programa para o quadriênio 2016-2019, podendo ser revistos nos processos de elaboração dos orçamentos de cada exercício, durante a captação quantitativa da Lei Orçamentária Anual.

Expõem-se, no quadro a seguir, os valores previstos para o Programa, detalhando a dotação aprovada e a execução financeira do exercício de 2016.

**Quadro 2.2.1 – Programa Temático 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública**

<b>Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)</b>					
<b>Esfera</b>		<b>Global PPA 2016-2019 (*)</b>		<b>Dotação/Posição 2016 (LOA+Crédito)</b>	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS		4.441.937.262		1.097.800.771	
Orçamento de Investimentos - OI		0		0	
Recursos Extra orçamentários		0		0	
Total		4.441.937.262		1.097.800.771	
<b>Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa – OFSS e OI em 2016 (em R\$ 1,00)</b>					
<b>Lei Orçamentária 2016</b>					
<b>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</b>					<b>Orçamento de Investimento</b>
<b>Despesa Empenhada</b>	<b>Despesa Liquidada</b>	<b>Despesa Paga</b>	<b>Restos a Pagar (inscrição 2016)</b>		<b>Despesa Realizada</b>
			<b>Processados</b>	<b>Não Processados</b>	
588.912.437,94	407.915.054,98	407.286.519,59	628.535,39	180.997.382,96	0
<b>Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores</b>					
<b>Tipo</b>	<b>Posição em 1/1/2016</b>	<b>Valor Liquidado</b>	<b>Valor Pago</b>	<b>Valor Cancelado</b>	<b>Valor a Pagar</b>
Não processados	109.184.422,22	65.661.645,53	65.647.860,20	32.856.747,62	10.629.283,79
Processados	40.858.384,92	0	39.560.806,15	173.438,92	1.124.139,85
0					
<b>Valores do programa alocados ao órgão representado pela UPC em 2016 (em 1,00)</b>					
<b>Dotação OFSS</b>	594.474.804,00	<b>Dotação OI</b>	0	<b>Recursos Extra orçamentários</b>	0

Fonte: Siop – 22/2/2017

(\*) Obs.: Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019.



São executados, no âmbito do MP, quatro objetivos, a saber:

- 1157 - Ampliar a capacidade do Estado de prover entregas à sociedade com agilidade, qualidade e sustentabilidade a partir do aprimoramento da gestão de recursos e processos;
- 1158 - Aumentar a eficiência da ação do Estado mediante o uso integrado da tecnologia da informação e o aprimoramento da gestão, contribuindo para a segurança da informação e comunicações e a segurança cibernética;
- 1159 - Aumentar a eficiência da força de trabalho do Estado por meio da capacitação, do aprendizado organizacional e da promoção da diversidade; e
- 1160 - Aprimorar o conhecimento sobre a realidade brasileira por meio do aperfeiçoamento da gestão das informações estatísticas e geocientíficas oficiais e dos registros administrativos.

São demonstrados no quadro abaixo os recursos alocados, no exercício de 2016, para os objetivos sob responsabilidade do MP. A UPC tem ações vinculadas aos objetivos 1157 e 1159. A dotação orçamentária dos objetivos é composta pelos recursos aprovados para as ações da LOA 2016 vinculadas a eles e executadas no âmbito desta UPC. A análise da utilização dos recursos aprovados para os objetivos será detalhada quando da avaliação das ações orçamentárias, constantes do item 2.2.2.

Exercício/Objetivo	2016			
	Dotação atualizada	Liquidado	RAP inscrito	RAP liquidado
<b>1157</b>	7.656.021,00	3.762.293,27	515.505,79	130.920,30
<b>1158</b>	-	-	-	-
<b>1159</b>	14.106.434,00	9.741.003,09	3.231.014,77	2.805.365,50
<b>1160</b>	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>21.762.455,00</b>	<b>13.503.296,36</b>	<b>3.746.520,56</b>	<b>2.936.285,80</b>

Fonte: Siafi Gerencial, Tesouro Gerencial – 31/1/2017.

Obs: A UPC não possui ações orçamentárias vinculadas aos objetivos 1158 e 1160. Incluem no quadro somente as ações sob responsabilidade da UPC, vinculadas ao Programa 2038. Nos recursos RAP, incluem os não processados inscritos e reinscritos.

Os resultados alcançados pelo Programa foram mensurados por meio dos seguintes indicadores:

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
% de negros no Poder Executivo Federal	%	30/6/2014	26,43	31/12/2016	26,67
% de servidoras no Poder Executivo	%	31/12/2014	45,96	31/12/2016	45,58
% Despesa com Pessoal da União/PIB	%	1/10/2012	4,11	31/10/2016	4,2
Índice de Governo Eletrônico	decimal	31/12/2014	0,6008	31/12/2016	0,6377
Índice de Participação Eletrônica	decimal	31/12/2014	0,7059	31/12/2016	0,7288
Média mensal de pedidos de acesso à informação registrados no e-SIC	unidade	31/5/2015	7.914	31/12/2016	9.305

Fonte: Siop – 22/2/2017

## Análise

Os indicadores fixados para o Programa 2038 apresentaram, de maneira geral, desempenho satisfatório. Com a crescente necessidade do Estado em formar quadros qualificados de servidores, o índice alcançado pelo “% de negros no Poder Executivo Federal” sinaliza o aperfeiçoamento dos

processos de seleção de pessoal, com a utilização de critérios que valorizam a diversidade nos concursos públicos. O MP foi pioneiro na previsão de instrumentos de verificação para candidatos autodeclarados negros, a partir do edital do concurso para Analista de Planejamento e Orçamento, lançado em junho de 2015, pretendendo conferir legalidade à Lei 12.990/2014. Atualmente, existe um Grupo de Trabalho atuando especificamente na elaboração de procedimentos para a verificação, no intuito de garantir a ocupação das vagas reservadas a pessoas negras por candidatos que efetivamente se enquadrem neste requisito.

Quanto ao “% de servidoras no Poder Executivo”, ainda que o índice apurado tenha ficado aquém do previsto, têm sido empreendidos esforços para adequação da força de trabalho que promova a inserção da mulher no serviço público. Para além da participação na força de trabalho, o MP tem promovido ações para a melhoria da qualidade de vida das servidoras, como as reuniões com gestantes e nutrizes.

No que se refere ao indicador “% Despesa com Pessoal da União/PIB”, a despesa, em razão do PIB, tem mostrado tendência à estabilidade e atendeu plenamente ao limite total com pessoal como proporção da Receita Corrente Líquida, prevista no art. 19 da Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

O valor apurado pelo instrumento “Índice de Governo Eletrônico” demonstra a capacidade do poder público em utilizar serviços de TICs para a oferta de serviços eletrônicos, garantindo informações de alta qualidade e simplificação dos serviços apresentados à sociedade. Adicionalmente, o valor mensurado no indicador “Índice de Participação Eletrônica” mostra satisfatório nível de interação entre o governo e o cidadão, no sentido de transformá-lo em agente da gestão pública, por meio do acesso à informação pela internet.

A aferição da “Média mensal de pedidos de acesso à informação registrados no e-SIC” demonstra o esforço do poder público em garantir o direito das pessoas em demandar informações públicas a órgãos e entidades, em cumprimento à Lei 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI).

### **Objetivos do Programa 2038 sob responsabilidade da UPC**

Os objetivos executados, no âmbito do MP, envolvem unidades integrantes deste Relatório e aquelas que elaboram o documento em separado, haja vista a execução dos objetivos e das metas permear diversas áreas do Ministério. São demonstrados a seguir os resultados mais expressivos alcançados pelo MP, no exercício de 2016.

No **objetivo 1157 - Ampliar a capacidade do Estado de prover entregas à sociedade com agilidade, qualidade e sustentabilidade a partir do aprimoramento da gestão de recursos e processos**, destacam-se o lançamento da Plataforma da Cidadania Digital, ação que implementará a solicitação eletrônica e oferta de serviços públicos digitais aos cidadãos, empresas e outros entes públicos, e o lançamento e formalização da Rede de Inovação no Setor Público (InovaGov), que possibilitou a união de atores visando à criação e disseminação de uma cultura de inovação no Governo Federal.

Outra atividade que possibilitou a administração pública tornar-se mais eficiente refere-se à revisão e proposição de normativos para simplificar a governança das atividades de logística e compras governamentais, bem como ofertar melhores garantias contratuais aos trabalhadores terceirizados e estabelecer regras mais claras para diversos procedimentos. Destaca-se, ainda, a formulação do Painel de Preços que proporcionará cotações para bens, serviços e materiais com

base em contratações e aquisições anteriores, possibilitando melhorias no processo de compras públicas.

Acerca do sistema de transferência discricionárias da União, registra-se o aprimoramento dos normativos vigentes, com destaque para a publicação do Decreto nº 8.493/2016, e da Portaria Interministerial nº 424/2016, entre Ministério do Planejamento, da Fazenda e da Transparência, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União, mediante convênios e contratos de repasse. Ressalta-se o desenvolvimento do novo portal dos Convênios, bem como melhorias no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv), como a adequação do Sistema para atender a Lei nº 13.019/2014 - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, com a implantação de instrumentos para formalização de parcerias com a União; possibilidade de verificação de regularidade de estados e municípios; e desenvolvimento de simuladores do ambiente de treinamento e download de dados.

Outra forma de atuação do Estado junto à sociedade trata da gestão do patrimônio imobiliário da União. O Governo iniciou, a partir da edição da Lei 13.240/2015, processo de alienação de imóveis não utilizados pela União, caracterizados como inadequados ao uso e de alto custo aos cofres públicos, tendo sido autorizada a venda, em 2016, de 814 imóveis da União e de autarquias federais, processo que deverá continuar em 2017 e 2018. Está em desenvolvimento sistema único de administração do patrimônio imobiliário da União, cujas atividades estão focadas na alteração da legislação patrimonial para a simplificação dos procedimentos de gestão dos imóveis da União.

<b>METAS QUALITATIVAS</b>		
<b>Sequencial</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Resultados relevantes</b>
1	04R3 - Implementar o Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	Implantação do Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais (SPU-net), que substituirá os atuais sistemas, possibilitando redução do tempo de tramitação de processos, gastos com manutenção e transparência dos atos de gestão patrimonial.  Lançamento do Portal de Atendimento da SPU (e-SPU), vinculado ao SPU-net, para acesso aos serviços da SPU, disponível no endereço eletrônico <a href="http://espu.planejamento.gov.br">http://espu.planejamento.gov.br</a> . Disponibilizado o acesso a 23 serviços relacionados aos bens imobiliários da União, que correspondem a 80% dos serviços prestados pela SPU. O e-SPU está alinhado com a Política de Governança Digital na APF, que tem como objetivo o uso de recursos de TIC na prestação de serviços públicos (Decreto nº 8.638/2016).
2	04R4 - Estruturação do Sistema Nacional de Administração do Patrimônio Imobiliário da União	Execução de atividades focadas na alteração da legislação patrimonial para a simplificação dos procedimentos de gestão dos imóveis da União, em especial no que se refere à regularização dos bens herdados de entidades extintas e aos procedimentos de destinação para políticas públicas e famílias de baixa renda.
3	04R5 - Aprimorar a gestão por resultados por meio do desenvolvimento e aperfeiçoamento de instrumentos, ferramentas e mecanismos de indução e fomento de melhorias na gestão pública	Realização da Jornada de Transformação de Serviços Públicos, que consiste em atividades de catalogação de metodologias e ferramentas de TI, visando à melhoria dos serviços prestados aos cidadãos e empresas, com ênfase na sua simplificação e digitalização.
4	04R6 - Instituir o Programa de Inovação em Gestão do Governo Federal (InovaGov)	Formalização da Rede por meio da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o MP, TCU e o Conselho de Justiça Federal, sendo permitida a participação de órgãos públicos, setores privado e acadêmico e sociedade civil. Em 2016, contou com 46

		<p>órgãos e entidades da APF e mais de 200 servidores públicos envolvidos.</p> <p>Implantação da primeira unidade do Laboratório de Inovação em Gestão Pública (G.Nova), com oferta de recursos para o desenvolvimento e aplicação de métodos e ferramentas para a inovação na gestão pública.</p>
5	04R7 - Reestruturar o Sistema de Serviços Gerais (Sisg) nos Órgãos do Poder Executivo Federal	<p>Edição de normativos, como: (i) Portaria MP nº 409/2016, que dispõe sobre as garantias contratuais ao trabalhador na execução indireta de serviços e limites à terceirização de atividades; (ii) IN Seges/MP nº 1/2016, que estabelece regras de contratação e serviços de limpeza e conservação para a execução de projeto piloto a cargo do MP; (iii) IN Seges/MP nº 2/2016, que dispõe sobre a ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços; (iv) Portaria MP nº 7/2016, que trata da aplicabilidade do art. 5º do Decreto nº 8.540/2015, sobre o envio pelos órgãos e as entidades da APF do relatório de despesas e de redução de gastos, até 15/1/2016; (v) ON nº 1/2016, que estabelece procedimentos para operacionalização do pregão eletrônico, aquisição de bens e serviços comuns.</p>
6	04R8 - Implantar o Sistema de Transferências Discricionárias da União	<p>Concluído o desenvolvimento do Novo Portal dos Convênios, com gestão do processo de melhorias, gerando uma economia de R\$ 1,2 milhões em seis meses, e desligamento do portal no Serpro, possibilitando uma economia de R\$ 2,4 milhões de reais por ano.</p>

Fonte: Siop – 31/1/2017.

Quanto ao **objetivo 1158 - Aumentar a eficiência da ação do Estado mediante o uso integrado da tecnologia da informação e o aprimoramento da gestão, contribuindo para a segurança da informação e comunicações e a segurança cibernética**, foi iniciado projeto de elaboração e implementação de metodologia de gerenciamento de riscos de segurança da informação e comunicações, a ser disponibilizado como software público. Outra atividade foi a instituição da Política de Dados Abertos, pelo Decreto 8.777/2016, com adesão de 27 órgãos públicos. Foi instituída, também, a Plataforma de Cidadania Digital, criada pelo Decreto 8.936/2016, que incentiva os órgãos a disponibilizarem seus serviços em formato aberto, no portal [www.servicos.gov.br](http://www.servicos.gov.br), objetivando ampliar e simplificar o acesso dos cidadãos brasileiros aos serviços públicos digitais.

Quanto à Infovia Brasília, infraestrutura de comunicação do Governo Federal com capacidade para transportar dados, voz e imagens, houve a expansão e adequações de infraestrutura, com a integração de novos órgãos e entidades públicas à rede. Em 2016, 84 órgãos públicos encontravam-se conectados à rede, por intermédio de 203 pontos de conexão.

Foi concluída a implantação da certificação digital no Sigepe, com a emissão de cerca de 21 mil certificados digitais para os gestores e operadores do sistema em todo território nacional. Ademais, foram emitidos aproximadamente três milhões de certificados para transações eletrônicas públicas e privadas, como comércio eletrônico, assinatura de contratos, operações bancárias, entre outras, garantindo identificação do cidadão, segurança e validade jurídica aos atos praticados com seu uso.

No âmbito do Serviço Eletrônico de Informações (SEI), foi entregue a versão 3.0, contemplando melhorias funcionais de segurança e de performance, como também foi construído o módulo de integração do Sistema ao barramento de serviços do Processo Eletrônico Nacional (PEN) e realizados testes-piloto com órgãos e entidades parceiras.

METAS QUALITATIVAS		
Sequencial	Descrição da Meta	Resultados relevantes
1	04RD- Implantar o Processo Eletrônico Nacional nos Órgãos do Poder Executivo Federal	Atingida a marca de 100 órgãos e entidades federais com uma solução de processo eletrônico implantado ou em fase de implantação.

Fonte: Siop – 31/1/2017.

No âmbito do **objetivo 1159 - Aumentar a eficiência da força de trabalho do Estado por meio da capacitação, do aprendizado organizacional e da promoção da diversidade**, foi tarefa do governo o desenvolvimento contínuo dos profissionais que atuam na gestão de pessoas, por meio da capacitação de técnicos dos órgãos e entidades vinculadas ao Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sippec), nas modalidades presencial e à distância.

Adicionalmente, a formação de agentes públicos se deu por meio de realização de parcerias nacionais e internacionais, com o lançamento da 1ª turma do Mestrado Profissional em Governança e Desenvolvimento, cuja finalidade é analisar os desafios das instituições públicas na promoção do desenvolvimento social, político e econômico do país. O mestrado oferta 25 vagas e tem início previsto para abril de 2017. Também está em andamento a 2ª turma do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Desenvolvimento, que tem por objetivo a melhoria da qualidade dos serviços, políticas e programas governamentais.

Além disso, foi dada continuidade à modernização do Sistema de Gestão de Pessoas (Sigepe), com a conclusão de quinze módulos, conferindo maior agilidade no atendimento às necessidades em gestão de pessoas. Destaca-se a implantação da primeira Etapa do Assentamento Funcional Digital (AFD), com a disponibilização de sistema que otimizará o acesso e o compartilhamento de documentos e informações dos servidores públicos federais.

METAS QUALITATIVAS		
Sequencial	Descrição da Meta	Resultados relevantes
1	04RH - Fortalecer a atuação das escolas de governo para aprimorar a qualificação profissional dos agentes públicos	Aprovação do credenciamento de Escolas de Governo: Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; Academia Judicial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina; Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público. Os processos estão em fase de encaminhamento para homologação do Ministério da Educação.
2	04RI - Aprimorar o arcabouço normativo com vistas à melhoria da gestão pública	Publicação dos seguintes atos: i) Portaria MP nº 110/2016: estabelece procedimentos para o cadastramento de consignatários; ii) Portaria Normativa nº 6/2016 - Dispõe sobre procedimentos acompanhamento das ações judiciais relativas ao pessoal civil do Poder Executivo Federal; e iii) Portaria MP nº 363/2016: atualização cadastral dos aposentados e pensionistas da União; iv) ON Segrt nº 2/2016: orientações quanto à aceitação de estagiários, entre outros.  Estabelecimento de critérios para o funcionamento das repartições nos jogos olímpicos Rio 2016 e instituiu majoração de diárias no período dos jogos olímpicos e paralímpicos.  Definição de critérios para a implementação da adesão automática ao plano de benefícios de previdência complementar da Funpresp.
3	04RJ - Desenvolver e implementar soluções de TI para aperfeiçoar os processos de gestão da força de trabalho e promover a melhoria da capacidade institucional dos órgãos e	Conclusão de quinze módulos do Sistema de Gestão de Pessoas (Sigepe), como exemplos, Pensão Alimentícia; Pessoa (cadastro do servidor); Sigac (Sistema Gestão de Acesso); Nova versão do Ação Judicial; Nova versão do Consignações; Boletim de Gestão de Pessoas (gerencia cadastro de atos normativos); Férias Mobile,

	entidades da Administração Pública Federal	entre outros.
--	--	---------------

Fonte: Siop - 31/1/2017

Outro objetivo que integra o Programa é o **1160 - Aprimorar o conhecimento sobre a realidade brasileira por meio do aperfeiçoamento da gestão das informações estatísticas e geocientíficas oficiais e dos registros administrativos**. Em 2016, garantiu-se a produção de indicadores conjunturais, estudos e pesquisas estruturais e especiais, que visam à melhoria das informações de natureza estatística. Dentre esses, destacam-se: Índice de Preços ao Produtor-Indústrias Extrativas e de Transformação; Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo; Levantamento Sistemático da Produção Agrícola; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua; Prognóstico Safra e Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil.

METAS QUALITATIVAS		
Sequencial	Descrição da Meta	Resultados relevantes
1	04RM - Ampliar a organização e integração das instituições federais do sistema de informações oficiais, de forma a atender as demandas nacionais e as necessidades da agenda internacional, particularmente aquela relativa aos indicadores de desenvolvimento sustentável	<p>Assunção pelo Brasil da presidência da Comissão de Estatística da Organização das Nações Unidas (ONU), de março/2016 até março/2018, conduzindo discussões estatísticas, envolvendo temas como os Censos Demográficos e os Sistemas de Contas Nacionais.</p> <p>Divulgação da publicação Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo 2014, que apresenta os dados sobre as finanças públicas do governo geral.</p> <p>Lançamento da Frente Parlamentar Mista da Geografia, Estatística e Meio Agroambiental (FP-Gema), que tem por objetivo encaminhar proposições relacionadas ao aperfeiçoamento da legislação pertinente a áreas de produção de informações técnico-científico.</p>
2	04RN - Ampliar o uso e aprimoramento das informações estatísticas, geocientíficas e de registros administrativos, em consonância com os conceitos, métodos, definições e classificações adotadas internacionalmente e ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas	<p>Divulgação de 190 resultados de estudos e pesquisas estatísticas e 181 produtos geocientíficos, por meio da disseminação de novos produtos e resultados que ampliam a cobertura territorial e temática dos levantamentos, pesquisas e estudos produzidos.</p>

Fonte: Siop – 31/1/2017

## 2.2.2 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade

**Quadro 2.2.2.1 – Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS**

Identificação da Ação							
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( x )Integral ( ) Parcial						
Código	20U0		Tipo: Atividade				
Título	Gestão e Aprimoramento do Planejamento						
Objetivo	Ampliar a capacidade do Estado de prover entregas à sociedade com agilidade, qualidade e sustentabilidade a partir do aprimoramento da gestão de recursos e processos Código: 1157						
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública Código: 2038 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	47.101 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
1.099.159,00	1.099.159,00	116.296,04	71.117,10	71.117,10	0	45.178,94	
Execução Física							
Descrição da meta				Unidade de medida	Meta		
Plano gerido					Prevista	Reprogramada	Realizada
				unidade	1	-	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1º janeiro		Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
106.448,10		1.581,25	84.569,11	Plano Gerido	Unidade	0	

Fonte: Tesouro Gerencial e Siop

### Análise Situacional

Foram executados cerca de 6,5% dos recursos orçamentários aprovados, em decorrência dos novos limites de movimentação e empenho estabelecidos pelo Decreto nº 8670/2016 e suas alterações. Colaboraram para esse nível de execução, aquém do inicialmente previsto, as mudanças ocorridas na estrutura organizacional do MP no exercício de 2016.

Contudo, foram executadas atividades que contribuíram para a gestão do PPA e o monitoramento de políticas públicas, por meio da realização de eventos, tais como: Fórum Interconselhos para definição da estratégia de monitoramento participativo do PPA 2016-2019; reuniões plenárias da Comissão Nacional de Cartografia (Concar); jornadas da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (Inde), ferramenta que busca a integração e compartilhamento dos dados geoespaciais produzidos pela administração pública; reunião do comitê coordenador do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento da Unasul (Cosiplan); e treinamento para monitoramento e avaliação de políticas de governo e gestão dos programas do PPA.

Os restos a pagar (RAP) inscritos em 2016 serão utilizados no pagamento de despesas relativas à contratação de apoio técnico e aquisição de softwares para subsidiar o acompanhamento

econômico e a avaliação de políticas de governo. Com relação aos RAP de exercícios anteriores, tanto o valor liquidado como o cancelamento de recursos referem-se a despesas com locomoção para os eventos relativos à gestão do PPA e avaliação de políticas públicas.

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( x )Integral ( ) Parcial					
Código	8861		Tipo: Atividade			
Título	Gestão e Aprimoramento do Processo Orçamentário					
Objetivo	Ampliar a capacidade do Estado de prover entregas à sociedade com agilidade, qualidade e sustentabilidade a partir do aprimoramento da gestão de recursos e processos Código: 1157					
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública Código: 2038 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	47.101 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão					
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.756.862,00	5.756.862,00	4.533.400,86	3.406.386,16	3.406.386,16	-	1.127.014,70
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
Atividade desenvolvida			Unidade	Prevista	Reprogramada	Realizada
				7	6	7
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
380.925,54	110.372,75	87.121,33	Atividade desenvolvida	Unidade	2	

Fonte: Tesouro Gerencial e Siop

## Análise Situacional

A execução orçamentária da ação atingiu aproximadamente 60% da dotação autorizada, respeitando os limites de movimentação e empenho estabelecidos pelo Decreto nº 8670/2016 e suas alterações. A meta física foi integralmente cumprida e as principais despesas decorreram da disponibilização de novas funcionalidades no Siop, como a gestão das emendas parlamentares individuais e implantação do Painel do Orçamento Federal; publicação da Revista Orçamento Cidadão, com vista a melhorar a compreensão dos cidadãos sobre o conteúdo do Ploa 2017; ações de capacitação de servidores públicos usuários do Siop; e oficinas ministradas na XIII Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas.

Os restos a pagar inscritos em 2016 serão destinados majoritariamente à execução de contratos vigentes de TI para evolução e manutenção do Siop. Os recursos de RAP liquidados em exercícios anteriores destinaram-se a despesas de TI e atividades de disseminação de conhecimento sobre orçamento público. O cancelamento dos recursos inscritos em exercícios anteriores justifica-se pela não execução de despesas relativas a eventos e serviços gráficos.



Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( x )Integral ( ) Parcial					
Código	20QN		Tipo: Atividade			
Título	Gestão de Assuntos Internacionais					
Objetivo	Ampliar a capacidade do Estado de prover entregas à sociedade com agilidade, qualidade e sustentabilidade a partir do aprimoramento da gestão de recursos e processos Código: 1157					
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública Código: 2038 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	47.101 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão					
Ação Prioritária	( ) Sim (x) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.000.000,00	800.000,00	374.179,76	284.790,01	284.790,01	0	89.389,75
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
Pleito Avaliado			Prevista	Reprogramada	Realizada	
		Unidade	300	240	305	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
28.132,15	18.966,30	5.226,67	Pleito Avaliado	Unidade	-	

Fonte: Tesouro Gerencial e Siop

## Análise Situacional

A execução física da ação superou a meta prevista, com a realização de eventos que subsidiaram a avaliação de pleitos financiados com recursos externos, tais como: revisão de carteira, reuniões em organismos financeiros internacionais de desenvolvimento; e fóruns de diálogo internacional e de política de comércio exterior. A execução financeira da ação, cerca de 35% dos recursos aprovados, destinou-se basicamente ao pagamento de locomoção para os citados eventos.

Os recursos de restos a pagar inscritos em 2016 serão utilizados também para o custeio desses eventos. Com relação aos RAP exercícios anteriores, os recursos liquidados e o cancelamento ocorreram em virtude dessa mesma atividade. A meta física executada com recursos RAP foi contabilizada no ano de inscrição do recurso.

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral ( ) Parcial					
Código	10M8		Tipo: Projeto			
Título	Desenvolvimento do Sistema de Gestão de Pessoas - Sigepe.gov					
Objetivo	Aumentar a eficiência da força de trabalho do Estado por meio da capacitação, do aprendizado organizacional e da promoção da diversidade Código: 1159					
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública Código: 2038 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	47.101 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão					
Ação Prioritária	( ) Sim (x) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
12.911.434,00	13.311.434,00	13.277.370,18	9.701.201,01	9.701.201,01	0	3.576.169,17
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Sistema implantado		Percentual de execução		8	-	4
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
3.219.684,77	2.800.975,50	0	Sistema implantado		Percentual	1

Fonte: Tesouro Gerencial e Siop

## Análise Situacional

O projeto Sistema de Gestão de Pessoas (Sigepe), foi inicialmente previsto para começar em janeiro/2008, com término em dezembro/2021, e custo total de R\$ 143.411.643,00 (atualizado em 2016). Contudo, o marco inicial do desenvolvimento ocorreu em 2012, a partir da contratação do consórcio firmado entre o Serpro e a Dataprev (Contrato nº 45/2012). A unidade de medida para o acompanhamento do projeto é *percentual de execução física* (100% ao longo dos anos de duração). O Sigepe substituiu o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape). Já foram gastos, desde o seu início, aproximadamente R\$ 55 milhões e executados cerca de 48% do projeto.

A execução física com recursos do exercício de 2016 esteve dentro do previsto, com implantação de 4%, que consistiu no desenvolvimento de 15 módulos, a saber: pensão alimentícia, nova versão do ação judicial, nova versão do consignações, férias mobile, entre outros. Ainda no âmbito da ação, foram realizadas atividades de integração do Sigepe com sistemas organizacionais do Governo Federal. Foram executados aproximadamente 73% dos recursos orçamentários aprovados, em decorrência dos novos limites de movimentação e empenho estabelecidos no exercício.

Os recursos de restos a pagar inscritos em 2016 destinam-se principalmente ao pagamento de contrato vigente com o Serpro para o desenvolvimento do Sigepe. Quanto aos RAP de exercícios anteriores liquidados, os recursos foram majoritariamente destinados à contratação de apoio técnico e pagamento de contratos de TI também relativos ao desenvolvimento do Sistema, possibilitando a execução física de mais 1% do projeto.

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x)Integral ( ) Parcial					
Código	20U3		Tipo: Atividade			
Título	Fortalecimento da Democratização das Relações de Trabalho					
Objetivo	Aumentar a eficiência da força de trabalho do Estado por meio da capacitação, do aprendizado organizacional e da promoção da diversidade Código: 1159					
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública Código: 2038 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	47.101 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão					
Ação Prioritária	( ) Sim (x) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
795.000,00	795.000,00	42.858,52	39.802,08	39.802,08	0	3.056,44
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Iniciativa apoiada			Unidade	2	-	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
11.330,00	4.390,00	5.940,00	Iniciativa apoiada	Unidade	1	

Fonte: Tesouro Gerencial e Siop

## Análise Situacional

A execução financeira da ação foi impactada pelos novos limites de movimentação e empenho estabelecidos pelo Decreto nº 8670/2016 e suas alterações, com execução de 5% dos recursos aprovados, destinados a realização de eventos relativos à gestão de pessoas. Contudo, foram executadas atividades sem ônus para a ação, como a atualização dos relatórios de gestão do Sistema Ouvidor (Sisouvidor) e realização de estudos para estruturação de sistema próprio da Ouvidoria do Servidor.

A inscrição de recursos de RAP em 2016 ocorreu em virtude da não comprovação de despesas para liquidação dentro do exercício, relativas aos mencionados eventos. Os recursos inscritos em exercícios anteriores foram utilizados para pagamento de contratos de TI para o desenvolvimento do Sistema Integrado de Relação de Trabalho e o cancelamento justifica-se pela não execução de despesas relativas a treinamento de servidores na área de TI.

### Quadro 2.2.2.2 – Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação					
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x)Integral ( ) Parcial				
Código	147G		Tipo: Projeto		
Título	Desenvolvimento do Sistema Integrado de Relação de Trabalho				
Objetivo	Aperfeiçoar a gestão de pessoas na administração pública federal, orientada por competências e pela democratização das relações de trabalho, visando aumentar a capacidade do governo na implementação de políticas públicas Código: 0606				
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública Código: 2038 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	47.101 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão				
Ação Prioritária	( ) Sim (x) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
230.379,64	226.842,00	3.537,64	Sistema desenvolvido	Percentual de execução	-

Fonte: Tesouro Gerencial e Siop

#### Análise Situacional

Os recursos liquidados foram utilizados no desenvolvimento de funcionalidades do Sistema Integrado de Relação do Trabalho, por meio de acordo de cooperação técnica realizado com a Universidade de Brasília (Unb), em 2012. O cancelamento justifica-se pela não execução de despesas relativas a serviços técnicos especializados de TI. A execução da meta física com RAP de exercícios anteriores foi contabilizada no ano em que o recurso foi inscrito.

Identificação da Ação					
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x)Integral ( ) Parcial				
Código	2D32		Tipo: Atividade		
Título	Fomento a Projetos de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas				
Objetivo	Aperfeiçoar a gestão de pessoas na administração pública federal, orientada por competências e pela democratização das relações de trabalho, visando aumentar a capacidade do governo na implementação de políticas públicas Código: 0606				
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública Código: 2038 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	47.101 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão				
Ação Prioritária	( ) Sim (x) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.600,00	-	1.600,00	Projeto apoiado	Unidade	-

Fonte: Tesouro Gerencial e Siop

#### Análise Situacional

O cancelamento de recursos de RAP ocorreu devido à não execução de despesas relativas a serviços de apoio técnico com a Unb.

Identificação da Ação					
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x)Integral ( ) Parcial				
Código	4064		Tipo: Atividade		
Título	Auditoria na Área de Recursos Humanos				
Objetivo	Aperfeiçoar a gestão de pessoas na administração pública federal, orientada por competências e pela democratização das relações de trabalho, visando aumentar a capacidade do governo na implementação de políticas públicas Código: 0606				
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública Código: 2038 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	47.101 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão				
Ação Prioritária	( ) Sim (x) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
750,00	-	750,00	Auditoria realizada	Unidade	-

Fonte: Tesouro Gerencial e Siop

### **Análise Situacional**

O cancelamento de recursos de RAP ocorreu devido à não execução de despesas relativas a serviços de apoio técnico com a Unb.

#### **2.2.3 Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário**

As informações relativas aos fatores que eventualmente impactaram o desenvolvimento das ações estão elencadas nas análises dos tópicos que compõem esta seção, tais como, os objetivos e as ações orçamentárias integrantes do Programa Temático 2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública.

## 2.2.4 Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

### Quadro 2.2.4.1 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Valores em R\$

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira (Ceofi/Cgeof/Dirad)-UG/Gestão: 201013/00001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio						5.300.000
Contrato de repasse						
...						
<b>Totais</b>						<b>5.300.000</b>

Fonte: Siafi e Siconv

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças - UG/Gestão: 201002/00001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio						
Contrato de repasse						
Termo de Execução Descentralizada	2	-	2	3.200,00	-	14.378,88
<b>Totais</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>3.200,00</b>	<b>-</b>	<b>14.378,88</b>

Fonte: Siafi

### Quadro 2.2.4.2 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UPC nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres

Valores em R\$

Unidade Concedente					
Nome: Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira (Ceofi/Cgeof/Dirad) - UG/Gestão: 201013/00001					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	...
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	500.000,00		
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: Siafi e Siconv

Valores em R\$

Unidade Concedente					
Nome: Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (Cgeor/Dipla) - UG/Gestão: 201002/00001					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	Termos de Execução Descentralizada
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade			3
		Montante Repassado			4.313.060,00
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			-
		Montante Repassado			-

Fonte: Siafi e Siconv

**Quadro 2.2.4.3 – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão**

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (CGEOR/Dipla) - UG/Gestão: 201002/00001				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	Termos de Execução Descentralizada
Contas analisadas	Quantidade aprovada			2
	Quantidade reprovada			-
	Quantidade de TCE instauradas			-
	Montante repassado (R\$)			3.463.060,00
Contas NÃO analisadas	Quantidade			1
	Montante repassado (R\$)			850.000,00 (*)

Fonte: Siafi

(\*) Prestação de Contas concluída no Siafi, em 2/1/2017.

**Quadro 2.2.4.4 – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos**

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira (Ceofi/Cgeof/Dirad) - UG/Gestão: 201013/00001					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios					X
Contratos de repasse					
...					
...					

Fonte: Siafi

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (Cgeor/Dipla) - UG/Gestão: 201002/00001					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios					
Contratos de repasse					
Termos de Execução Descentralizada					X
...					

Fonte: Siafi

**Análise**

A análise a seguir reflete a gestão das transferências no exercício de 2016, envolvendo dados de instrumentos celebrados em duas Unidades Gestoras: UG 201013 e UG 201002.

Em 2016, não houve celebração de convênios na UG 201013. Conforme demonstrado no Quadro 2.2.4.1, ocorreu, em 2014, transferência de recursos complementares ao convênio firmado com o Governo do Estado da Bahia, no valor de R\$ 5.300.000,00, que teve por objetivo atender a 55ª Reunião Anual da Assembleia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a 29ª Reunião Anual da Corporação Interamericana de Investimentos (CII).

Na UG 201002, foram firmados, em 2016, dois Termos de Execução Descentralizada (TED's), da Segrt, no Programa 2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública, para pagamento de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (GECC), no valor de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), devida a servidor por desempenho de atividades de instrutoria, conforme dispõe o Decreto nº 6114, de 15/5/2007.

No Quadro 2.2.4.2, está em andamento na Cgeof/Dirad (UG 201013), a análise para aprovação da prestação de contas do convênio nº 792189/2013 (Siconv) nº Interno 001/2013, demandado pela STI. O convênio foi firmado com a Fundação para Desenvolvimento de Recursos Humanos do Rio Grande Sul (FDRH). O valor total do repasse foi de R\$ 700.000,00, sendo: R\$ 500.000,00, para 2013, e R\$ 200.000,00 para 2014, tendo como contrapartida o valor de R\$ 78.000,00. O convênio visa à construção de metodologia específica e ampliação da oferta de capacitação aos usuários do sistema Siconv, compreendendo a geração de conteúdo programático completo. Não houve solicitação para repasse do valor de R\$ 200.000,00, previsto para 2014.

Vale informar que também está pendente de aprovação o convênio nº 700005/2008 (Siconv) nº Interno nº 002/2008, demandado pela STI. O convênio foi firmado com o Instituto de Pesquisas e Projetos Sociais e Tecnológicos (IPSO). O valor total do repasse foi de R\$ 777.825,00, sendo: R\$ 300.000,00 para 2008, R\$ 300.000,00 para 2009 e R\$ 99.800,00 para 2010, tendo como contrapartida o valor de R\$ 78.025,00, e como objeto a manutenção, aperfeiçoamento e integração do Observatório Nacional de Inclusão Digital (Onid). Encontram-se na fase de questionamento, pela Cgeof/Dirad, de alguns itens para sua aprovação/reprovação de contas. Esclarece-se que o citado convênio não está demonstrado no Quadro 2.2.4.2.

Ressalta-se que a escolha, acompanhamento técnico e avaliação das transferências realizadas no âmbito do MP, foram procedidas pelas áreas técnicas da STI, ficando a cargo da Dirad apenas a emissão de nota de empenho, ordem bancária e análise financeira das prestações de contas.

Na UG 201002, são informados os recursos transferidos na modalidade TED. Dentre os três Termos, dois possuem contas prestadas e analisadas, a saber: 1) TC 001/2012, realizado com a FUB/UnB, no valor de R\$ 2.983.900,00, que teve por objeto o desenvolvimento do protótipo do Sisrt, da ex-SRT, e da ferramenta de Business Intelligence (BI), vinculada ao Sistema; 2) TC 35/2013, realizado entre a SPI (atual Seplan) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 479.160,00 para prestação de apoio técnico especializado para o monitoramento, avaliação e comunicação do PPA. O terceiro TED, no valor de R\$ 850.000,00, não teve conta analisada em 2016, e foi realizado com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que teve por objetivo a capacitação de técnicos para elaboração e implementação dos PPAs municipais.

## **2.2.5 Informações sobre a Execução das Despesas**

Os valores constantes dos quadros relativos às despesas por modalidade de contratação e por grupos e elementos de despesas foram obtidos mediante consultas ao Tesouro-Gerencial, utilizando como critério o conjunto de unidades gestoras que integram o universo da UPC, conforme orientações contidas no Sistema E-Contas do Tribunal de Contas da União (TCU). Não foram limitados créditos de nenhuma Unidade Orçamentária, de forma que os valores obtidos representam a totalidade da execução orçamentária e financeira do conjunto das citadas unidades gestoras.

O Programa de Governo considerado foi o 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública, nas ações orçamentárias a seguir relacionadas:

- 20U0 - Gestão e Aprimoramento do Planejamento;



- 20U3 - Fortalecimento da Democracia das Relações de Trabalho;
- 20QN - Gestão de Assuntos Internacionais;
- 10M8 - Desenvolvimento do Sistema de Gestão de Pessoas - Sigepe.Gov; e
- 8861 - Gestão e Aprimoramento do Processo Orçamentário.

As demais ações orçamentárias desse Programa foram excluídas, pois são de responsabilidade da Secretaria de Gestão (Seges), Secretaria do Patrimônio da União (SPU), da Secretaria de Desenvolvimento de Infraestrutura (SDI) e da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), que apresentam relatórios de gestão de forma individual e devem abordar a execução orçamentária e financeira dessas ações.

No que se refere às ações orçamentárias, houve alterações de unidades responsáveis do exercício de 2015 para o de 2016, por isso, os valores constantes na coluna “2015” dos Quadros “Despesas Por Modalidade de Contratação” e “Despesas por Grupo e Elemento de Despesa” estão diferentes daqueles apresentados no Relatório de Gestão do exercício passado.

### Quadro 2.2.5.1 – Despesas por modalidade de contratação

Programa 2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública  
Ações 10M8, 20QN, 20U0, 20U3, 8861  
Unidades Gestoras: 201005, 201013, 201045

Modalidade de Contratação	Despesa Executada (*)				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (d)	3.828.626,34	22,19	752.554,55	4,92	2.610.030,53	20,87	452.358,05	4,15
d) Pregão	3.828.626,34	22,19	752.554,55	4,92	2.610.030,53	20,87	452.358,05	4,15
2. Contratações Diretas (h+i)	152.876,24	0,89	151.365,00	0,99	102.285,52	0,82	62.175,79	0,57
h) Dispensa	43.125,00	0,25	22.420,00	0,15	1.633,61	0,01	1.675,94	0,02
i) Inexigibilidade	109.751,24	0,64	128.945,00	0,84	100.651,91	0,81	60.499,85	0,55
4. Pagamento de Pessoal (l)	190.927,51	1,11	129.551,84	0,85	190.927,51	1,53	129.551,84	1,19
l) Diárias	190.927,51	1,11	129.551,84	0,85	190.927,51	1,53	129.551,84	1,19
5. Outros	13.079.188,72	75,81	14.265.668,76	93,24	9.603.238,70	76,79	10.264.650,57	94,10
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>17.251.618,81</b>	<b>100,00</b>	<b>15.299.140,15</b>	<b>100,00</b>	<b>12.506.482,26</b>	<b>100,00</b>	<b>10.908.736,25</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

(\*) Foram consideradas as despesas empenhadas.

Nas Modalidades de Contratações nas quais não houve execução orçamentária e financeira, as respectivas linhas foram suprimidas.

#### Análise

Analisando a execução o Programa 2038, verificou-se que o principal fator de acréscimo ocorreu na modalidade Pregão, devido ao reajuste de preços, pela variação do Índice Geral de Preços/Disponibilidade Interna (IGP/DI), da Fundação Getúlio Vargas, a partir da data da prorrogação do Contrato firmado com a Central IT, que tem como objeto a contratação de serviços de suporte tecnológico ao ambiente de tecnologia da informação e comunicação do MP.

### Quadro 2.2.5.2 – Despesas por grupo e elemento de despesa

Programa 2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública  
 Ações 10M8, 20QN, 20U0, 20U3, 8861  
 Unidades Gestoras: 201005, 201013, 201045

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa (*)	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
3. Outras Despesas Correntes	16.581.876,21	15.210.850,16	12.506.482,26	12.128.000,97	4.075.393,95	3.082.849,19	12.506.482,26	10.838.846,26
39. Outros Serviços de Terceiros PJ	15.889.286,91	14.770.227,12	11.895.317,48	11.786.609,36	3.993.969,43	2.983.617,76	11.895.317,48	10.497.454,65
Demais	692.589,30	440.623,04	611.164,78	341.391,61	81.424,52	99.231,43	611.164,78	341.391,61
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos	669.742,60	88.289,99	0,00	69.889,99	669.742,60	18.400,00	0,00	69.889,99
52. Equipamentos e Material Permanente	669.742,60	0,00	0,00	0,00	669.742,60	0,00	0,00	0,00
39. Outros Serviços de Terceiros PJ	0,00	88.289,99	0,00	69.889,99	0,00	18.400,00	0,00	69.889,99
Total	17.251.618,81	15.299.140,15	12.506.482,26	12.197.890,96	4.745.136,55	3.101.249,19	12.506.482,26	10.908.736,25

Fonte: Tesouro Gerencial

Nos Grupos de Despesas nos quais não houve execução orçamentária e financeira, as respectivas linhas foram suprimidas.

#### Análise

Com relação aos Grupos de Despesas, verifica-se um acréscimo no Grupo 3 – Custeio, no elemento de despesa 39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – PJ, que refere-se a reajuste de preços, pela variação do IGP/DI – FGV, a partir da data da prorrogação do Contrato firmado com a Central IT, que tem como objeto a contratação de serviços de suporte tecnológico ao ambiente de tecnologia da informação e comunicação do MP, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão. Quanto ao acréscimo do Grupo - 4 - Investimentos, decorre da aquisição de computadores e notebooks para a SOF.

## 2.2.6 Desempenho Operacional

Na abordagem do desempenho da UPC, serão demonstrados resultados relevantes alcançados pelas Unidades na condução de alguns dos *objetivos* definidos no Planejamento Estratégico, assim como aqueles executados no nível operacional. Conforme já mencionado, este Plano foi lançado no final de 2016, de tal modo que os resultados aqui apresentados são parciais e ainda não refletem o conjunto de Unidades que integram o Plano.

No âmbito do objetivo de contribuição “*Aprimorar os sistemas e modernizar os processos internos do Ministério*”, foram revisadas as Normas Operacionais da Diretoria de Administração, tais como: NO nº 01/2016, que trata da gestão, acompanhamento e fiscalização de contratos; a NO nº 02/2016 sobre afastamento do país; e a NO nº 03/2016 de serviço de transporte. Destaca-se o desenvolvimento do Sistema de gestão de compras e de gestão de contratos, que tem por objetivo realizar compras mais ágeis e eficientes, integração com a gestão de materiais e almoxarifado, maior efetividade na fiscalização dos contratos e aumento do controle e produtividade.

Na área administrativa, foram desenvolvidas ações como, redução do custo com capacitação sem prejuízo da oferta de cursos e das horas de capacitação por servidor; revisão dos contratos administrativos e melhorias na infraestrutura predial (Escada de Emergência e Grupo Gerador Bloco K).

No que diz respeito ao objetivo de contribuição “*Aprimorar a gestão documental*”, na área de órgãos extintos, destaca-se a redução do tempo médio de recuperação da informação – de 3d 11h 1m em abril/2016, para 2d 13h e 27m em dezembro/2016 decorrente do uso intensivo do SEI, que a partir de suas múltiplas funcionalidades, permite o acompanhamento de demandas desde o seu nascimento até sua conclusão, percorrendo todo o fluxo da demanda.

Foi também otimizado o uso dos espaços disponíveis para uso do Depex, por meio da centralização em Brasília de acervos documentais antes localizados no Estado do Maranhão, Pará (antiga Sudam) e Pernambuco (antiga Sudene), situação que se reverteu em redução dos custos administrativos, notadamente com a alocação do pessoal aos órgãos do MP (como a SPU/PA e SPU/PE) e de órgãos externos (nova Sudene).

Na atuação institucional que diz respeito à Gestão de Órgãos Extintos e Convênios, o Depex tem orientado os processos de extinção, mediante a elaboração do “Manual de Inventariança”, buscando a preservação histórica do órgão extinto, tais como: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR); Autoridade Pública Olímpica (APO); Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND).

O Departamento é responsável pela análise e deferimento dos pedidos de complementação de aposentadorias de empregados da extinta RFFSA. Merece destaque, o grande número de ações judiciais movidas pelos ferroviários contra a União, em busca de acréscimos de vantagens a seus benefícios, o que gerou no exercício cerca de 4.000 requisições de informações, elementos de defesa ou diligências por parte da Advocacia Geral da União.

No objetivo de contribuição “*Fortalecer o planejamento governamental e sua integração com o orçamento federal*”, conduzido pela Seplan, destacam-se os normativos referentes à Gestão do PPA 2016-2019: Decreto nº 8.759, de 10/5/2016, e a Portaria nº 347, de 14/11/2016.

Importante mencionar também o trabalho da Seplan junto à Secretaria de Governo nas

definições do monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil. A partir desse alinhamento, será feita a criação e marcação no Siop da Agenda ODS, a qual servirá para acompanhar o andamento deste compromisso internacional no Brasil e possibilitar a elaboração de relatórios a serem encaminhados à ONU.

Em termos de Participação Social, cabe destacar que, em 2016, foi construído o 3º Plano de Ação Nacional - Parceria para Governo Aberto (OGP – Open Government Partnership). A Seplan é corresponsável, juntamente com a Segov/PR, pelo Compromisso 14 de "Ampliar a participação social no PPA por meio do Fórum Interconselhos".

Destaca-se a publicação das informações sobre os PPA's 2012-2015 e 2016-2019 em formato aberto, disponível no Portal Brasileiro de Dados Abertos (<http://dados.gov.br/dataset/plano-plurianual-2016-2019-programacao-qualitativa>) de forma a propiciar maior transparência à Sociedade.

Ressalta-se também o objetivo de contribuição "*Contribuir para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas e investimentos*", que obteve como resultados a elaboração, em conjunto com outros órgãos federais, da estrutura do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Revisão da Despesa (Siapre), a ser implementado no Governo Federal. Além disso, a Seplan elaborou seis Avaliações Executivas: Farmácia Popular, Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), Subvenção ao Prêmio de Seguro Agrícola, Cartão de Pagamentos da Defesa Civil, Cidades Digitais e Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC). Esses resultados visam contribuir para a melhor eficiência da Administração Pública e das Políticas Públicas.

Ainda neste contexto, o objetivo de contribuição "*Aprimorar a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação da política econômica*" teve como resultado a consolidação e aprimoramento de instrumentos de acompanhamento de assuntos econômicos pela Seplan, tais como: acompanhamento conjuntural (PIB, inflação, dívida pública, mercado de trabalho, câmbio, contas externas, etc) e elaboração de informes; elaboração da publicação Panorama Macroeconômico; elaboração de textos e análise de cenário econômico; reuniões de conjuntura no âmbito do MP; análise e elaboração de textos legais de caráter econômico (por exemplo: anexos de metas e riscos fiscais da LDO; análise macroeconômica e textos do eixo econômico da mensagem presidencial de abertura de sessão legislativa 2017); análise e proposição de votos do CMN; e reuniões com investidores e formadores de opinião da área econômica.

Dentro do objetivo de contribuição "*Aprimorar o processo orçamentário, com foco no equilíbrio das contas públicas e nos resultados para a sociedade*", serão desenvolvidas, por meio da SOF, até o final de 2019, as seguintes iniciativas: i) Realização do Planejamento; ii) Implantação de gestão por competências; iii) Promoção do acesso aos dados orçamentários - Ferramentas e canais de informação simplificados e disponibilizado; iv) Incorporação da avaliação das políticas públicas no processo orçamentário; v) Implantação do programa de educação orçamentária; vi) Desenvolvimento de mecanismos que promovam a integridade e a qualidade das projeções físicas; vii) Elaboração de metodologia de acompanhamento de projetos; e viii) Implantação da gestão de riscos no processo orçamento federal.

Podem-se destacar, em 2016, os seguintes resultados: 1) apresentação de 114 monografias nos VIII e IX Prêmios SOF de monografias; 2) disponibilização da Revista Orçamento Cidadão com vistas a melhorar a compreensão dos cidadãos sobre o conteúdo do Ploa 2017; 3) realização de 60 oficinas ministradas com instrutores disponibilizados pela SOF na XIII Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas; 4) apoio a Estados e

Municípios pelos grupos de educação fiscal que ajudaram a disseminar o tema “Orçamento Público” por meio da Cartilha “Sofinha e sua turma”; 5) disponibilização de novas funcionalidades no Siop - gestão das emendas parlamentares individuais e a implantação do Painel do Orçamento Federal; e 6) capacitação de 35 servidores em 51 cursos, permitindo uma maior qualificação profissional e aperfeiçoamento técnico.

No âmbito da Segrt, foi desenvolvido o objetivo de contribuição “*Aperfeiçoar o modelo de gestão de pessoas alinhado aos desafios da Administração Pública Federal*”, no qual foram atingidos os seguintes resultados: elaboração da revisão da sistemática de análise de demandas relativas a concursos públicos e contratações temporárias, planos de cargos, carreiras e remunerações; reformulação de processos que visem à melhoria da gestão pública relativa à composição da força de trabalho; definição de metodologia de planejamento estratégico da força de trabalho e a revisão da sistemática de recrutamento e seleção. Todas as propostas foram encaminhadas e aguardam a publicação do novo Decreto de Concursos, que virá a dispor sobre normas gerais relativas ao recrutamento e seleção.

Iniciativas adicionais foram empreendidas no exercício e contribuirão para mitigar restrições e riscos, durante o exercício e próximos períodos, e são listadas a seguir:

- automação do acompanhamento de vagas;
- orçamento para concursos e provimentos (Sistema Comprov);
- apoio ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação na realização de diagnóstico organizacional, orientando-o para a condução de um processo de dimensionamento de sua força de trabalho;
- desenvolvimento e início do piloto do módulo Postos de Trabalho e de Aprendizagem do Sigepe, que aperfeiçoará a gestão de cargos e carreiras, com a automação de atividades e a disponibilização de acesso direto aos dados pelos servidores usuários das informações; e
- publicação de novo questionário de execução do Plano Anual de Capacitação, pelos órgãos do Sipec, de forma a melhorar a qualidade das informações para gestão e a permitir a construção de sólidos indicadores.

Consta, dentro do Objetivo Estratégico “*Aprimorar a gestão do gasto público, com foco na qualidade*”, a iniciativa denominada “Aperfeiçoamento da gestão da folha de pagamento”, que consiste na verificação dos registros lançados no Siape, de forma a identificar e solicitar justificativa para variações expressivas no pagamento de rubricas administrativas e judiciais. Pagamentos sem a devida justificativa, com incorreção de cálculos ou sem amparo legal, são excluídos de folha antes da geração definitiva da folha de pagamento do respectivo mês.

Foram analisados e excluídos 2.740 lançamentos no Siape, evitando inclusão definitiva em folha de pagamento de despesa irregular, cujo montante alcança R\$ 5,6 milhões. O batimento com o Sistema de Controle de Óbitos identificou um total de 7.462 falecimentos de pessoas vinculadas ao Siape, representando a exclusão do montante anual superior a R\$ 41,8 milhões da folha de pagamento.

Foi lançado novo módulo de Ações Judiciais no Sigepe, por meio do qual as atividades do processo são guiadas pelo próprio sistema, permitindo melhor gestão dos prazos judiciais e do acesso aos documentos provenientes do Poder Judiciário. Esse novo módulo traz inovações como: geração de uma pensão alimentícia para mais de um vínculo; utilização de base de pessoas centralizada; gestão eletrônica de documentos da pensão alimentícia; histórico de ocorrências e reativação de pensão alimentícia.

Quanto à gestão de Consignações, foi implementado novo modelo de gestão em folha de pagamento, decorrente da publicação do Decreto nº 8.690, de 11/3/2016, que estabelece as condições e os procedimentos para a operação das consignações em folha de pagamento. O modelo adotado desburocratiza e automatiza os procedimentos relativos ao cadastramento de consignatários e de habilitação para o processamento de consignações, aprimorando os procedimentos de autorização e de controle da margem consignável do servidor, que passou a ser executado exclusivamente pelo Serpro.

Adicionalmente, a Segrt implantou novo modelo de credenciamento de instituições bancárias para a prestação dos serviços de crédito salarial dos servidores públicos federais, que prevê exclusividade na realização dos créditos de remuneração apenas em instituição devidamente credenciada. Em contrapartida, essas instituições pagam à União o correspondente a 1,03% sobre a remuneração líquida de cada crédito salarial realizado. Com o aprimoramento desse modelo, a União passou a arrecadar um montante mensal superior a R\$ 72 milhões, totalizando uma arrecadação aproximada de R\$ 771 milhões, destinada ao Tesouro Nacional.

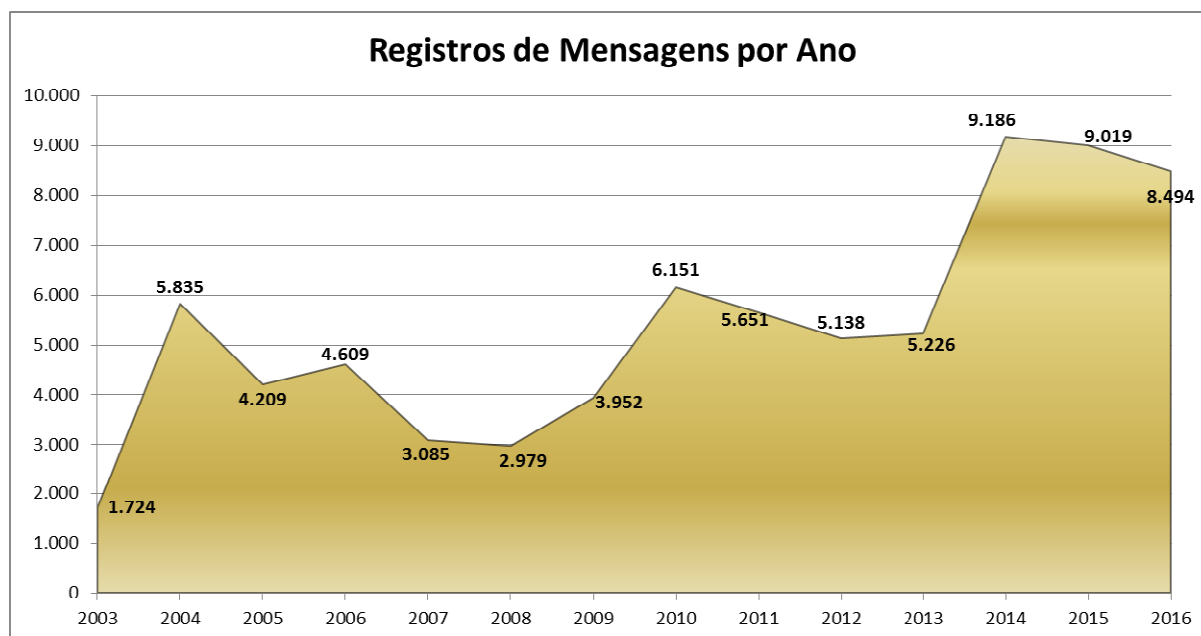
Ainda com relação ao aprimoramento do gasto público com pessoal, foram concluídos projetos visando à automatização e simplificação dos processos relativos à folha e realizadas integrações e melhorias dos sistemas de gestão de pessoas com sistemas externos, a saber:

- Projeto módulo RPC/Funpresp – automatiza o processo de adesão, integrado à folha de pagamentos e aos sistemas da Funpresp;
- Projeto Integração Siape X Siafi - possibilita o provisionamento e otimização dos trabalhos de apropriação da folha de pagamento no Siafi;
- Projeto unificação de portais de gestão de pessoas - Possibilita a economia no custo de produção de portais e otimiza o acesso a serviços e informações;
- Projeto Painel do Servidor – Disponibilização das informações mais requisitadas pela imprensa e sociedade (e-SIC), por meio de painel público na internet;
- Projetos Sigepe – i) Simplificação da Concessão de Moradia – Redução do tempo da outorga ou concessão, para diminuir o número de imóveis ocupados e pagamento de auxílios indevidos; ii) Gestão Eletrônica de Documentos – Cadastro Básico de Documentos - gerenciamento de forma centralizada de todos os documentos anexados ou gerados pelo Sigepe; iii) Consignações/Apuração de Irregularidades – Permite a abertura de relato de irregularidades em consignações no sistema para posterior análise; iv) Contracheque e Comprovante de Rendimentos (IRPF) - Disponibilização aos servidores ativos, aposentados e pensionistas do Executivo Federal e do Governo do Distrito Federal (GDF), a consulta as suas informações financeiras, cadastrais e funcionais, por meio de dispositivos móveis, como smartphones e tablets;
- Projeto Gerid/Sigac – Sistema de Gestão de Acesso - Implementação de solução de Gerenciamento de identidade e acesso para o Sigepe e para outros sistemas estruturantes do MP;
- Projeto Assentamento Funcional Digital (AFD) - Publicação de portaria que institui o AFD e dá regras gerais para a digitação e centralização de 1,6 milhões de pastas físicas hoje distribuídas em aproximadamente 1.100 UPAGs.

Na Modernização da Ouvidoria do Servidor, foram feitas funcionalidades adaptadas à acessibilidade do servidor/cidadão no Sistema da Ouvidoria (Sisouvidor), que deverão ocorrer no primeiro trimestre de 2017. Após esta entrega, será iniciado o projeto de desenvolvimento e implantação de um novo sistema de ouvidoria do servidor. Foi disponibilizada uma pesquisa de satisfação em ambiente de homologação e demonstrou que houve aumento no quantitativo de respostas da pesquisa - de 14% para 27% - quando comparados os dados anuais de 2015 e 2016,

respectivamente, mantendo em torno de 50% a satisfação com o serviço prestado pela Ouvidoria do Servidor.

Desde a implementação da Ouvidoria do Servidor até o final de 2016, foram registradas 75.258 mensagens no Portal da Ouvidoria do Servidor como pode ser verificado no gráfico a seguir:



Fonte: Sisouvidor

Dentre os temas mais demandados na Ouvidoria do Servidor, estão: assuntos sem classificação na Lei nº 8.112/90; consignatárias - consignações; remuneração - exercícios anteriores; assédio moral; mediação de conflitos; direitos humanos; segurança da informação; e condições de trabalho.

Em Negociação de Termos e Condições de Trabalho, foram realizadas 88 reuniões, envolvendo 20 entidades, representando 132.224 servidores, culminando com a assinatura de doze Termos de Acordo salarial, quatro Termos de Acordo de reposição de dias de greve, resultando em dois Projeto de Lei, um deles convertido em lei e o outro, em Medida Provisória, a saber: i) Lei nº 13.371/2016, representando as carreiras de Analista Técnico de Políticas Sociais, Peritos Federais Agrários do Incra, Quadro de Pessoal do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Agentes, Delegados e Peritos Criminais da Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal; ii) MP nº 765/2016, relativa às carreiras de Médico Perito do INSS, Auditor Fiscal e Analista Tributário da RFB, Auditor Fiscal do Trabalho e Analista de Infraestrutura.

Quanto à atenção à saúde e segurança do trabalho e benefícios ao servidor, são informados a seguir alguns atos normativos:

1. Portaria MP nº 8, de 13/1/2016 - reajusta e divulga o valor do per capita da assistência à saúde suplementar (auxílio saúde);
2. Portaria MP nº 10, de 13/1/2016 - reajusta e divulga o valor da assistência pré-escolar (auxílio creche);
3. Portaria MP nº 11, de 13/1/2016 - reajusta e divulga o valor do auxílio-alimentação;
4. Portaria Segrt nº 123, de 17/08/2016 - divulga o valor do menor e o maior vencimento básico do Poder Executivo federal para fins de concessão de auxílio natalidade e Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (GECC);



5. Orientação Normativa Segrt nº 2, de 24/06/2016 - estabelece orientações quanto à aceitação de estagiários; e
6. Orientação Normativa Segrt nº 4, de 21/9/2016 - estabelece possibilidade de servidor deficiente receber auxílio-transporte em pecúnia nos casos específicos.

No que toca à relação com os Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento (Ofids), a primeira iniciativa coordenada pela Seain foi fortalecer a atuação estratégica brasileira, em especial com a reestruturação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), aprovando a reestruturação da Corporação Interamericana de Investimentos (CII), que consolida as atividades com o setor privado, fortalecendo a capacidade do Grupo BID de apoiar o investimento privado na América Latina. Destaca-se também a atuação para a reestruturação de capital do Fonplata e da Corporação Andina de Fomento (CAF).

Ainda quanto à política de relacionamento com organismos, coube à Seain o trabalho de coordenar a alocação de recursos para o pagamento dos organismos internacionais frente a uma demanda crescente, em virtude da desvalorização cambial e redução de recursos orçamentários. Ao final do processo, apesar das limitações impostas para o cumprimento de todas as obrigações, cabe afirmar que os organismos nos quais o Brasil teve atuação mais relevante foram aqueles que tiveram a dívida primeiramente quitada, corroborando, como está expresso no objetivo de contribuição *“Otimizar a alocação de recursos em função da importância estratégica da participação em organismos internacionais”*, com o alinhamento das políticas externa e fiscal brasileira.

Além disso, em conjunto com a SE, a Seain atuou no aperfeiçoamento da gestão da participação do Brasil em organismos financeiros internacionais, esforço que levou à publicação do Decreto no 8.666, de 10/2/2016, que institui a Comissão Interministerial de Participação em Organismos Internacionais (Cipoi), órgão colegiado de caráter consultivo, com a finalidade de opinar especificamente sobre aspectos orçamentários e financeiros da participação da República Federativa do Brasil em organismos, entidades e fundos internacionais.

No tocante à promoção da articulação e integração das políticas das Empresas Estatais Federais, conduzida pela Sest, foi publicada a Lei nº 13.303, de 30/6/2016, também denominada de Estatuto Jurídico das Estatais ou Lei de Responsabilidade das Estatais, como um instrumento para a melhoria da governança nas estatais, conforme prevê o Objetivo Estratégico *“Promover a melhoria da governança das empresas estatais”*. Para conferir maior concretude à referida Lei, foi editado o Decreto de nº 8.945, de 27/12/2016, com o objetivo de regulamentar os aspectos de governança, licitação e compras para as empresas estatais federais, assim como trazer regras específicas para empresas de pequeno porte (Receita operacional bruta inferior a 90 milhões).

Na função de Secretaria-Executiva da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (Cgpar), a Sest intensificou a dinâmica dos trabalhos da Comissão. Com isso, foram publicadas onze resoluções da Cgpar, que versam sobre: 1) regimento Interno; 2) auditoria interna periódica; 3) programa de integridade; 4) práticas de governança de Tecnologia da Informação; 5) constituição de Comitê de Auditoria; 6) aplicação da Lei nº 6.404/76 de forma subsidiária; 7) remuneração paga pelas empresas estatais aos dirigentes pela Assembleia Geral; 8) órgãos estatutários indicados pela união em empresas estatais federais de participar como minoritária; 9) atribuições definidas na legislação societária e no estatuto social do Conselho de Administração das empresas estatais federais; 10) metas de desempenho empresarial vinculadas a planejamento estratégico; e 11) implementação das políticas de Conformidade e de Gerenciamento de Riscos.

Cabe destacar que a Resolução Cgpar nº 9, de 10/5/2016, estabeleceu regras para que as estatais que patrocinam planos de benefícios previdenciários promovam a supervisão e fiscalização sistemática dos Fundos de Pensão que administram estes planos, cumprindo mais efetivamente a atribuição prevista na Lei Complementar nº 108, de 29/5/2001. A partir dessa Resolução, as empresas estatais deverão enviar à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e à Sest o resultado da fiscalização e do controle exercidos.

No que diz respeito à demanda das estatais federais relacionadas à gestão de pessoas, a Sest analisou 439 pleitos, conforme a seguir:

<b>ASSUNTOS</b>	<b>Nº de pleitos</b>
Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho	98
Programa de Participação dos Empregados nos Lucros e Resultados	80
Plano de Demissão Voluntária	27
Plano de Cargos e Salários	29
Plano de Funções Gratificadas / Cargos Comissionados	47
Quadro de Pessoal (limite do quantitativo)	55
Tribunal de Contas da União e Controladoria-Geral da União	45
Projetos de Lei / Decretos	10
<b>TOTAL</b>	<b>439</b>

Fonte: Siest

Destaca-se, dentre os resultados das análises dos pleitos das estatais, o seguinte:

- Autorização de 4.433 vagas para o quadro de pessoal próprio da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), propiciando a estruturação de hospitais vinculados a Universidades Federais, medida que integra um conjunto de ações do Governo Federal de investimento em saúde e educação;
- Aprovação para implantação de Programas de Desligamento Voluntário (PDV) de empregados para seis empresas (Banco da Amazônia - Basa, BB Tecnologia e Serviços - BBTS, Banco do Brasil - BB, Caixa Econômica Federal – Caixa, Serviço Geológico do Brasil – CPRM, Companhia Nacional de Abastecimento – Conab), com estimativa de desligamento de 14.288 empregados. Destaca-se que o PDV é uma ferramenta de gestão de pessoas utilizada pelas organizações e empresas, alinhada à sua estratégia empresarial e plano de negócios, para adequação de sua força de trabalho, redução de despesas de pessoal, aumento de eficiência e produtividade. Além disso, esses programas visam minorar impactos sociais, de imagem institucional e de riscos judiciais comparativamente à dispensa sem justa causa;
- Aprovação de Programas de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) para 23 empresas: (Basa, BB, Banco do Nordeste do Brasil-BNB, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, BB Tecnologias e Serviços-BBTS, Caixa, Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo-Ceagesp, entre outras).

Em relação às despesas de pessoal, foram monitoradas 28 estatais, por meio da verificação de variações significativas não previstas ou não autorizadas pelo Sest dos valores mensais de despesas de pessoal, informadas no Programa de Dispêndios Globais (PDG). Com esse monitoramento, busca-se acompanhar inconsistências e aprimorar o controle das autorizações realizadas. No monitoramento realizado foram identificadas variações referentes a erros de lançamento no PDG, implantação de alterações de plano de cargos e salários e horas extras de eventos específicos.

Quanto ao Módulo Perfil de Pessoal das Estatais (PPE), implantado no Siest em 2014, destaca-se a evolução em sua base, com o recebimento de dados de 89 estatais, dados estes que foram avaliados em 21 itens. O PPE possui informações a respeito dos empregados das estatais, que permite a qualificação dos dados e serve de subsídio ao planejamento e à implementação de políticas públicas e a análises de demanda das estatais.

Outro eixo de atuação da Sest é a orientação e a coordenação das atividades referentes aos orçamentos das empresas estatais. No que se refere ao Orçamento de Investimento das Empresas Estatais Federais para o exercício de 2016, foi aprovada a Lei 13.255, de 14/1/2016 (LOA), no valor global de R\$ 97,0 bilhões.

No decorrer do exercício, a programação anual para os dispêndios com investimentos das empresas estatais federais, expressa na LOA, sofreu redução de R\$ 20,8 bilhões. Desse movimento resultou uma dotação atual no montante de R\$ 76,2 bilhões. Esse total englobou as programações de 89 empresas estatais federais, sendo 83 do setor produtivo e seis do setor financeiro. Não foram computadas as entidades cujas programações constam integralmente dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nem aquelas que não programaram investimentos. Da dotação final, as empresas estatais realizaram investimentos no valor de R\$ 56,4 bilhões, equivalentes a 74,2% da dotação anual.

No âmbito da metodologia de Avaliação de Empresas, deu-se continuidade ao 1º Ciclo de Avaliação, com a avaliação direta nos Correios, além do acompanhamento das ações para melhoria de gestão da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Foram realizadas as seguintes ações: i) apresentação dos resultados preliminares da fase de análise indireta aos conselheiros de administração representantes do MP nas empresas estatais federais; ii) elaboração de propostas de resolução sobre Gestão de Riscos e Compliance nas estatais federais, já apreciadas no Grupo Executivo e já editadas (Resoluções 17 e 18); iii) realização do Seminário Linhas de Defesa, cujo objetivo foi disseminar boas práticas de gestão de riscos, controles internos e auditoria interna às empresas estatais federais e aos seus conselheiros.

Na área de Análise Econômico-financeira das Empresas Estatais, foram realizadas alterações nos Planos Contábeis do Módulo de Endividamento e do Módulo Perfil do Setor Produtivo e do Setor Financeiro – Balanço, Demonstrativo de Resultado de Exercício (DRE) e Fluxo de Caixa, tendo sido criadas informações extra balanço e maior detalhamento das rubricas. Também foram analisadas diversas operações de crédito de longo prazo de empresas estatais.

Com relação à análise de propostas, orientação e coordenação das atividades referentes à governança corporativa das empresas estatais, destacam-se as seguintes realizações da Sest:

- Autorização da criação da Infraero Asas, subsidiária da Infraero, em sociedade com o grupo alemão Fraport;
- Alteração do Estatuto Social das seguintes empresas: i) Petrobras (novo modelo de governança corporativa da empresa e adaptação de alguns dispositivos da Lei nº 13.303/2016); ii) BR Distribuidora: adaptação do modelo de governança ao da  *Holding* e preparação para o desinvestimento; iii) Transenergia Goiás: ajuste estatutário para adaptá-lo ao modelo de governança das estatais federais, em virtude da assunção de controle por Furnas Centrais Elétricas; iv) Basa: incluir dispositivos da Resolução nº 4.433/15 do Banco Central, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de componente organizacional de ouvidoria nas instituições financeiras; v) Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT): inclusão de regras de organização e funcionamento no relacionamento dos Correios com as entidades patrocinadas, mantidos e controladas; entre outras.

- Análise do Programa de Remuneração Variável Anual (RVA) de 25 empresas não-dependentes e que, historicamente, apresentaram lucro. Foram feitas sugestões de melhorias nas regras gerais e indicadores de modo a tornar o instrumento uma ferramenta no atingimento de metas e gestão efetiva do negócios de acordo com o planejamento estratégico da empresa; elaboração do RVA da Petrobras; e do Programa de Honorário Variável Mensal (HVM) na gestão das empresas Docas. O HVM é uma modalidade de remuneração variável que vincula parcela do honorário mensal dos Diretores ao cumprimento de metas trimestrais. Nessa sistemática, o honorário mensal dos Diretores é dividido em duas partes, uma fixa e outra variável.

### 2.2.7 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

O novo Planejamento Estratégico do Ministério, referente ao período de 2016 a 2019, foi publicado no mês de novembro e apresentou novidades em relação às metodologias anteriores. A partir dos planejamentos das unidades do ministério, incluindo entidades vinculadas, foram selecionados nove Objetivos Estratégicos (OEs) e dezessete indicadores, além de iniciativas e entregas considerados vitais para a melhoria da gestão.

A maior parte dos indicadores propostos, tanto para avaliar o cumprimento do Planejamento Estratégico do Ministério e avaliar os resultados do que foi implantado, bem como das unidades que compuseram o trabalho, ainda não começaram a ser apurados ou apresentam índices baixos.

Espera-se que, com o andamento do conjunto das iniciativas e entregas, ao longo do período de abrangência do Planejamento, os indicadores passem a mostrar de forma mais evidente os esforços empreendidos e os resultados decorrentes. Dentre os que começaram a ser apurados, podem ser citados:

#### 1 - Percentual de integrantes da rede de informantes capacitados

Medido pela fórmula

$$(Quantidade\ total\ de\ integrantes\ da\ rede\ capacitados) / (quantidade\ total\ de\ integrantes) * 100$$

Tal indicador está relacionado ao Objetivo Estratégico de *Consolidar a reorganização administrativa, com ênfase na desburocratização e na transparência*, cujo índice alcançado em sua primeira medição foi de 2%. O avanço do indicador passa pela necessidade de aprovação de nova norma para atendimento do SIC, incluindo redesenho de fluxo e definição de novos prazos e responsáveis, bem como pelo desenvolvimento de novo sistema de atendimento das demandas dos cidadãos.

#### 2 - Percentual de satisfação do usuário quanto às informações fornecidas

Obtido a partir da fórmula:

$$(Quantidade\ de\ Usuários\ que\ se\ manifestaram\ positivamente) / (Quantidade\ de\ respostas\ obtidas\ na\ pesquisa\ de\ satisfação\ disponibilizada\ pela\ Ouvidoria\ do\ Servidor\ (pós\ atendimento)) * 100$$

Esse indicador está ligado ao OE *Construir um novo modelo de gestão de pessoas adequado aos desafios da APF* e cujo índice apurado ao final de 2016 foi de 50%. As respostas na pesquisa de satisfação são voluntárias e houve aumento de retorno de 14% para 27%, comparando os retornos de 2015 e 2016. Foram apurados um total de 12.108 votos.

#### 3 - Implantação de Fóruns temáticos permanentes

Medido por meio da fórmula:

$$(Qtde\ de\ fóruns\ instalados) / (Qtde\ de\ fóruns\ previstos) * 100$$

Relacionado ao OE *Promover a melhoria da governança das empresas estatais*, alcançou o índice de 20% no encerramento de 2016. A meta é a realização de 15 ao longo do período de vigência do atual Planejamento. Os fóruns abordaram assuntos de interesse relevante, tendo em vista o contexto político e econômico no período apurado (2016), e buscam aprimorar a gestão das empresas estatais federais, por meio de trocas de experiências e disseminação de melhores práticas. Busca-se realizar pelo menos quatro seminários (fóruns) anuais em três eixos temáticos: TI e inovação; Pessoas e Governança.

### **3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS**

#### **3.1 Descrição das Estruturas de Governança**

As instâncias que compõem a estrutura de Governança da Unidade Prestadora de Contas (UPC) podem ser vistas essencialmente sob dois enfoques: decisões colegiadas, as quais se materializam a partir de reuniões regulares realizadas entre os dirigentes de cada unidade, diretores, coordenadores-gerais e demais membros de equipe conforme a abrangência e repercussão dos temas deliberados; e comissões formais, mediante a participação em conselhos, comissões e comitês que têm como objetivo o aprimoramento das suas capacidades institucionais, conforme seguem de forma exemplificativa.

A UPC, mediante atuação da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho (Segrt), coordena o Fórum de Gestão de Pessoas da Administração Pública Federal, composto pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec), visando articular e promover o compartilhamento de conhecimento e experiências em gestão de pessoas, para o aperfeiçoamento da gestão pública.

Participa, ainda, do Conselho Deliberativo da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp – Exe), cuja responsabilidade é a definição da política geral de administração da Fundação e dos seus planos de benefícios. A ação do Conselho é exercida por meio do estabelecimento de diretrizes e normas gerais de organização, funcionamento, administração e operação da Fundação. O Estatuto e o Regimento Interno da Funpresp-Exe estabelecem as regras pelas quais se regerá a entidade, com a descrição das atribuições dos agentes de governança.

Atua, também, no Comitê Gestor de Parceria Público-Privada Federal que tem, dentre as várias competências, propor ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República serviços prioritários para execução no regime de Parceria Público Privada (PPP) e os critérios para subsidiar a análise sobre a conveniência e oportunidade de contratação, conforme preconiza o Decreto nº 8.791, de 2016.

A Comissão Nacional de Cartografia (Concar) tem como atribuição principal o planejamento da cartografia nacional. A UPC, mediante atuação da Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos (Seplan), exerce a Presidência da Comissão, que é integrada por representantes de vários órgãos, entidades e fóruns elencados pelo Decreto s/n de 1º de Agosto de 2008, dentre os quais a Casa Civil da Presidência da República, o Gabinete de Segurança Institucional, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ibge), a Associação Nacional das Empresas de Aerolevantamentos (Anea) e Fóruns regionais, com representação das Unidades da Federação. Seu papel central é a promoção dos meios para atender novas demandas, incorporar capacidades e tecnologias, bem como promover a qualidade do planejamento, gestão e integração de políticas públicas nos territórios, e dos serviços e produtos cartográficos nos níveis federal, estadual e municipal.

No tocante a assuntos internacionais, exerce a Presidência da Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), órgão colegiado integrante da Seain, e que tem como finalidade avaliar projetos cuja matriz de financiamento possua recursos externos oriundos de Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento Multilaterais ou Bilaterais, conforme estabelecido no Decreto nº 3.502, de 12 de junho de 2000.

Na gestão dos assuntos de tecnologia da informação, a governança de TI é praticada por meio do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (Ceti), com participação de todas as unidades do MP, que acompanha a elaboração, revisão e execução dos planos de TI aprovados pelo próprio comitê e ratificado ou retificado pela SE. A governança de TI é complementada com o Comitê de Segurança de Informação e Comunicações (Cesic) e subcomitês com cada unidade finalística.

No âmbito das empresas estatais, o Ministério do Planejamento preside a Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (Cgpar), estabelecida pelo Decreto nº 6.021, de 2007, e a SE atua, por meio da Sest, como Secretaria-Executiva da Comissão. A Cgpar tem por finalidade tratar de matérias relacionadas com governança corporativa nas empresas estatais federais e da administração de participações societárias da União, sendo composta, também, pelos Ministros da Fazenda e a Casa Civil da Presidência da República.

Destaca-se, por fim, que o MP possui assento no Conselho Monetário Nacional (CMN) e, como conselheiro, tem como atribuições principais apresentar propostas ao Conselho; submeter ao colegiado o exame da conveniência de não divulgação de matéria tratada nas reuniões; solicitar manifestação ou assessoramento das Comissões Consultivas que atuam junto ao CMN; solicitar vistas de assunto constante da pauta ou apresentado extrapauta; votar, abster-se, pedir preferência e solicitar adiamento de votação. O Conselho Monetário Nacional (CMN) é o órgão superior do Sistema Financeiro Nacional e tem a responsabilidade de formular a política da moeda e do crédito, objetivando a estabilidade da moeda e o desenvolvimento econômico e social do País.

### **3.2 Atividade de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos**

As atividades de correição e de apuração de ilícitos administrativos no âmbito do MP passaram por grandes transformações ao longo dos anos, em especial a partir da criação da Corregedoria. O Decreto nº 5.480, de 30/6/2005, ao dispor sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, definiu, em seu artigo 2º, inciso III, como unidade seccional do sistema aquela unidade específica de correição nos órgãos que compõem a estrutura dos Ministérios.

Em 2016, foram dados mais alguns importantes passos no sentido da melhoria da gestão dos procedimentos de natureza disciplinar no âmbito do MP. Foram editados três atos: (i) Portaria MP nº 55, de 22/02/2016, delegando ao Chefe da Corregedoria “competência para instaurar, de ofício ou por determinação superior, Investigação Preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) em desfavor de pessoas jurídicas causadoras de atos lesivos ao MP, na forma do art. 4º, do Decreto nº 8.420, de 18/3/2015, sendo vedada a subdelegação”; (ii) Portaria MP nº 56, de 22/02/2016, delegando ao Secretário Executivo a competência para “proferir julgamento dos processos administrativos disciplinares e aplicar penalidade na hipótese do inciso II do art. 141 da Lei nº 8.112, de 11/12/1990”; e (iv) edição do Decreto nº 8.818, de 21/07/2016, com nova alteração das competências disciplinares, no âmbito MP.

Com efeito, o art. 8º, § 2º, do Decreto nº 8.818/2016, retirou do Depex, atribuindo à Secretaria-Executiva, por meio da Corregedoria, as competências disciplinares relativas aos servidores e empregados: a) de órgãos e entidades extintos da APF direta, autárquica e das fundações, cuja administração encontra-se vinculada ao MP; b) dos ex-territórios do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima; e c) do antigo Distrito Federal.

Na sequência, a Corregedoria solicitou ao Depex informações detalhadas a respeito das pendências existentes no âmbito do referido Departamento sobre tais assuntos, sendo-lhe

encaminhada planilha contendo aproximadamente 260 processos. A análise por parte da Corregedoria, objetivando a identificação daqueles realmente relacionados a apurações de possíveis irregularidades, para posterior e adequado encaminhamento, iniciou-se no final de 2016 e deve prosseguir em 2017.

No final de 2016, em parceria com a CGU, a Corregedoria promoveu o treinamento (2º Curso “PAD – Formação para Membros de Comissões”) de 39 servidores deste Ministério, com intuito de capacitá-los e utilizá-los nas comissões sindicantes e dos processos administrativos disciplinares a serem instaurados a partir de 2017.

Também ocorreram alguns avanços no tocante à estrutura física e de recursos humanos da Corregedoria, a partir do final de 2015, mas de forma mais acentuada durante o ano de 2016. Nesse diapasão, seguem alguns quantitativos importantes relacionados à atuação da Corregedoria do MP no exercício de 2016:

- a) Instaurou mais dezoito processos disciplinares, encerrando o exercício com o total de 23 sindicâncias ou processos administrativos disciplinares em andamento;
- b) Atuou basicamente, antes da instauração de processo administrativo disciplinar em sentido estrito, por meio de investigações preliminares, tendo encerrado o exercício de 2016 com aproximadamente 80 procedimentos desta natureza em curso;
- c) Proferiu três julgamentos pelo Chefe da Corregedoria, dois pelo Secretário Executivo e quinze pelo Ministro do Planejamento, o que indica a conclusão de 20 processos disciplinares. Tais quantitativos indicam apenas a contagem de processos administrativos disciplinares julgados em 2016, mas não corresponde ao número de servidores investigados e penas aplicadas, que é bem maior (pois, em regra, num mesmo processo disciplinar apura-se a conduta de vários servidores).

Também se concretizou a mudança da Corregedoria, do Edifício Núcleo dos Transportes, para o Bloco C da Esplanada dos Ministérios, com aumento significativo do espaço físico e da estrutura logística, destacando-se a instalação de sala para realização das audiências devidamente equipada para realização de oitivas de testemunhas e interrogatórios por meio de vídeo conferência.

Oportuno destacar, por fim, que a Portaria CGU nº 1.043, de 24/7/2007, estabelece a obrigatoriedade de uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD) para o gerenciamento das informações sobre processos disciplinares no âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. O normativo atribuiu aos órgãos cadastradores o dever de zelar pela integralidade, disponibilidade e confidencialidade das informações registradas, bem como de observar os prazos discriminados para a efetuação dos registros.

No âmbito do MP, foi editada a Portaria nº 304, de 27/8/2013, dispondo sobre a Política de Uso do Sistema. Referido ato normativo atribuiu (Artigo 8º) ao Chefe da Corregedoria competência para atuar como Coordenador do Sistema CGU-PAD, no âmbito do Ministério, bem como para (i) designar o Administrador Principal do Sistema e seu substituto; (ii) designar os Coordenadores-Adjuntos que atuarão no âmbito dos órgãos e das entidades vinculadas ao MP; assim como designar os demais servidores que terão permissão de acesso ao Sistema e ao seu ambiente de treinamento.

Nesse sentido, foram designados servidores desta Corregedoria para atuar como Coordenador, Administrador e Usuários do Sistema CGU-PAD, no âmbito do MP. Também foram designados um Coordenador Adjunto, um Administrador Principal e um Administrador Substituto,



além de diversos servidores como Usuários, no âmbito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No mais, os dezoito processos administrativos disciplinares instaurados e conduzidos pela Corregedoria em 2016 encontram-se todos devidamente cadastrados e atualizados no Sistema CGU-PAD, assim como os registros de todos os processos em andamento e julgados.

Em suma, muitas mudanças e avanços ocorreram ao longo dos anos, mas ainda existe muito a se fazer no sentido do aprimoramento da gestão dos procedimentos correccionais e disciplinares no âmbito desta Pasta, em especial no que tange à efetiva e completa estruturação da Corregedoria e a alocação de quantitativo maior de servidores na Unidade.

### **3.3 Gestão de Riscos e Controles Internos**

O MP instituiu, por meio da Portaria nº 150, de 4/5/2016, seu Programa de Integridade, baseado nos Guias de Integridade, publicados pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, que incentiva gestores e servidores a conhecer melhor o seu órgão, o planejamento estratégico, os processos e os eventos de riscos a que estão sujeitos.

O Programa de Integridade tem a finalidade de mitigar ocorrências de corrupção e desvios éticos a partir da mobilização e participação ativa dos gestores públicos. Objetiva estabelecer um conjunto de medidas que assegurem a entrega de resultados esperados pela sociedade, por meio do fortalecimento e aprimoramento da estrutura de governança, gestão de riscos e controles e procedimentos de integridade. É constituído de quatro pilares: ambiente de integridade; gestão de integridade, riscos e controles; procedimentos de integridade; e comunicação e monitoramento.

O Ambiente de Integridade oferece as bases para que o Programa seja efetivo e é composto de ações de comprometimento e apoio da alta administração, de alinhamento ao planejamento estratégico e de instituições de instâncias, tal como o Comitê de Gestão Estratégica, cuja missão é acompanhar e fiscalizar o Programa, e a Comissão de Ética do Ministério.

A Gestão de Integridade, Riscos e Controles tem por finalidade a definição de uma Política de Gestão de Riscos no âmbito do MP, à instituição do Subcomitê de Integridade, Riscos e Controles (Sirc) e à implementação do Gerenciamento de Riscos.

O 3º Pilar do Programa diz respeito à instituição e *compliance* de Procedimentos de Integridade. A instituição de procedimentos de integridade envolve o desenvolvimento do código de conduta, do canal de denúncias e do plano de capacitação e educação continuada dos servidores. O *compliance* de procedimentos de integridade envolve ações que fomentem a declaração de bens e combatem o conflito de interesses e a presença de nepotismo, além da implementação eficiente da Lei de Acesso à Informação.

A Informação, Comunicação e o Monitoramento, 4º Pilar do Programa, é um processo contínuo e permanente de disponibilização da informação a níveis adequados para as partes interessadas, de relacionamento entre as instâncias de supervisão e de monitoramento das ações do Programa, de forma a avaliar a qualidade do sistema de controle interno ao longo do tempo.

Ainda sobre o tema, MP e CGU publicaram a Instrução Conjunta MP/CGU nº 1/2016, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Governo federal e determina aos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal a adoção de diversas medidas com vistas à sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos e controles internos.

Desde sua publicação, o MP vem adotando medidas para o cumprimento dessa norma, com a publicação, em 3/1/2017 da Portaria nº 426, de 30/12/2016, que dispõe sobre a instituição da Política de Gestão de Integridade, Riscos e Controles da Gestão do MP (PIRC), que tem por finalidade estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados e seguidos na gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão.

A Pirc aplica-se aos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado e aos órgãos específicos singulares do MP, abrangendo os servidores, prestadores de serviço, colaboradores, estagiários, consultores externos e quem, de alguma forma, desempenhe atividades no MP.

Ainda, a Pirc faz parte do Modelo de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão do MP, que deve ser entendido como um conjunto de instrumentos institucionais que assegurem o alcance dos objetivos estratégicos, subsidiando a tomada de decisão, contribuindo para o aprimoramento dos processos e mitigando a ocorrência de possíveis desvios por meio de uma gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão eficaz.

Os instrumentos institucionais, por sua vez, viabilizam a implementação do gerenciamento de integridade, riscos e controles internos da gestão no âmbito do MP. São instrumentos do Modelo:

- Política de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão;
- Instâncias de Supervisão;
- Metodologia de Gerenciamento de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão; e
- Solução Tecnológica.

As instâncias de supervisão têm a finalidade de assessorar o Ministro de Estado na definição e implementação de diretrizes, políticas, normas e procedimentos para Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão. São Instâncias de Supervisão:

- Comitê de Gestão Estratégica (CGE) - composto pelo Ministro de Estado do Planejamento e pelos dirigentes titulares dos órgãos de assistência direta e imediata do Ministro e dos órgãos específicos singulares;
- Subcomitê de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão (Sirc) - composto por servidores dos órgãos de assistência direta e imediata do Ministro de Estado do Planejamento e dos órgãos específicos e singulares indicados por seus respectivos dirigentes titulares;
- Núcleo de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão (Nirc) - composto por servidores com capacitação em temas afetos à gestão de integridade, de riscos e de controles internos da gestão, vinculados à Assessoria Especial de Controle Internos do Gabinete do Ministro;
- Unidade de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão (Uirc) - composta, em cada Secretaria do MP, pelo dirigente máximo e por servidores com capacitação nos temas afetos à gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão; e
- Gestor de Processos de Gestão - a todo e qualquer responsável pela execução de um determinado processo de trabalho, inclusive sobre a gestão de riscos.

Por fim, a Metodologia de Gerenciamento de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão tem por finalidade orientar, sistematizar e padronizar a identificação, a avaliação e a adoção de respostas aos eventos de riscos dos processos das unidades do MP, a partir do Método de

Priorização de Processos, bem como instruir sobre o monitoramento e reporte. Ela incorpora boas práticas reconhecidas, apresentando características da estrutura do COSO ERM.

## 4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

### 4.1 Gestão de Pessoas

#### 4.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

As informações constantes dos quadros Força de Trabalho da UPC, Distribuição da Lotação Efetiva, Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC e Despesas do pessoal abrangem apenas os servidores lotados nas unidades integrantes deste Relatório, como também do Gabinete do Ministro, Consultoria Jurídica e Gabinete da Secretaria-Executiva.

**Quadro 4.1.1.1 – Força de Trabalho da UPC**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada*	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	-	1603	174	245
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	1	0	1
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4 +1.2.5 + 1.2.6)	-	1602	174	244
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	870	101	114
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	28	7	9
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	2	0	
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	297	50	81
1.2.5. Servidores anistiados	-	26	1	4
1.2.6 Servidores para compor a força de trabalho da unidade	-	379	15	36
2. Servidores com Contratos Temporários	-	58	14	5
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	160	46	77
4. Total de Servidores (1+2+3) **	-	1821	234	327

Fonte: Siape

\* O MP faz gestão de legado de órgãos extintos.

\*\* Não foram contabilizados no quadro os servidores cedidos (297) nem os servidores afastados (214).

### Quadro 4.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	961	641
1.1. Servidores de Carreira (1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5+1.1.6)	961	641
1.1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	427	443
1.1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	27	1
1.1.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	2
1.1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	121	176
1.1.5. Servidores anistiados	20	6
1.1.6. Servidores para compor a força de trabalho da unidade	366	13
2. Servidores com Contratos Temporários	20	38
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	91	69
4. Total de Servidores (1+2+3)	1072	748

Fonte: Siape

\* Foram consideradas “área meio”, as Assessorias ligadas diretamente ao GM (Assec, Conjur) e à Secretaria Executiva (Dirad, Dipla, Depex e DTI). As demais Unidades do Ministério (Gabinete do Ministro, Seain, Segrt, SOF, Sest, Seplan) foram consideradas “área fim”. A Seges, SDI, STI e SPU apresentarão relatórios individuais.

\*\* Não foram contabilizados no quadro os servidores cedidos (297) nem os servidores afastados (214).

**Quadro 4.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício**	Egressos no Exercício
	Autorizada*	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	573	544	509	198
1.1. Cargos Natureza Especial	1	1	1	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior***	572	543	508	198
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	242	263	53
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	18	18	5
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	120	117	57
1.2.4. Sem Vínculo	-	159	107	78
1.2.5. Aposentados ****	-	-	-	-
1.2.6. Servidores anistiados	-	1	0	1
1.2.7. Servidores para compor a força de trabalho da unidade	-	2	2	4
1.2.8. Servidores de carreira em exercício provisório	-	1	1	0
2. Funções Gratificadas	43	40	13	14
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	25	9	8
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	3	1	3
2.4. Servidores para compor a força de trabalho da unidade	-	12	3	3
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	616	584	522	212

Fonte: Siape

\* Conforme estrutura do Decreto nº 8.818/2016.

\*\* Houve um elevado número de ingressos em Cargos em Comissão e Funções Gratificadas no exercício de 2016, principalmente devido aos ajustes no sistema Siape, necessários à adequação da alteração de estrutura promovida pelo Decreto nº 8.818/2016 e também pela transformação de 275 cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior (DAS) em Funções Comissionadas do Poder Executivo Federal (FCPE).

\*\*\* Como o Relatório de Gestão não diferenciou os cargos do Grupo DAS das FCPE, ambos foram contabilizados nessa tipologia.

\*\*\*\* Os servidores aposentados pela Administração Pública que venham a ocupar cargo DAS são lançados no sistema como "sem vínculo", o que impossibilita o detalhamento da informação.

## 4.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal

### Quadro 4.1.2 – Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis (2)
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios (1)	2016	96.635,46	0,00	10.311,57	41.246,27	198.477,03	0,00	0,00	0,00	0,00	346.670,33
	2015	321.768,00	0,00	26.814,00	89.107,39	99.509,47	0,00	0,00	0,00	0,00	537.198,86
<b>Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade</b>											
Exercícios	2016	141.022.891,05	4.141.810,28	46.322.541,88	4.728.897,99	7.595.768,05	1.901.717,79	-18.706,49	279.100,31	171.739,21	206.145.760,07
	2015	149.354.976,28	1.708.142,81	63.073.673,99	5.874.841,86	6.669.951,50	1.890.527,23	-67.576,52	60.509,36	172.186,56	228.737.233,07
<b>Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade</b>											
Exercícios	2016	5.070.554,19	1.722.020,11	4.796.846,31	386.114,76	460.839,07	64.306,32	-21.421,34	52.766,35	0,00	12.532.025,77
	2015	6.768.887,86	449.293,24	3.617.907,10	417.076,83	471.894,10	61.714,86	-13.198,20	2.276,86	0,00	11.775.852,65
<b>Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)</b>											
Exercícios	2016	8.631.110,43	181.169,58	765.467,37	514.239,37	1.510.268,62	210.598,45	-1.996,14	11.329,59	0,00	11.822.187,27
	2015	10.295.720,93	158.990,81	886.399,62	612.774,13	1.483.642,65	237.292,44	-2.326,03	12.767,04	0,00	13.685.261,59
<b>Servidores cedidos com ônus</b>											
Exercícios	2016	22.276.138,43	3.771,71	6.769.722,74	690.670,44	1.050.076,96	387.422,80	-23.091,53	31.624,19	229.636,48	31.415.972,22
	2015	20.056.733,07	696,88	4.362.568,59	674.474,44	646.029,89	261.087,59	-10.339,78	0,00	158.402,73	26.149.653,41
<b>Servidores com contrato temporário</b>											
Exercícios (3)	2016	3.592.352,16	0,00	307.838,30	89.748,32	293.086,97	0,00	0,00	0,00	0,00	4.283.025,75
	2015	110.340,00	0,00	7.151,64	4.086,66	6.341,00	0,00	0,00	0,00	0,00	127.919,30
<b>Servidores ANISTIADOS</b>											
Exercícios	2016	37.368,72	0,00	2.968,00	1.681,42	0,00	1.868,24	0,00	0,00	0,00	43.886,38
	2015	36.470,74	2.476,01	3.039,23	1.013,07	0,00	1.784,90	0,00	525,56	0,00	45.309,51
<b>Servidores cedidos sem ônus</b>											
Exercícios	2016	13.495.561,30	0,00	1.495.345,22	330.927,03	340.394,15	144.023,33	0,00	17.333,40	14.616,46	15.838.200,89
	2015	17.017.238,19	0,00	4.093.002,61	521.189,60	542.070,00	217.926,67	-17.456,72	0,00	86.880,48	22.460.850,83
<b>Servidores para compor a força de trabalho</b>											
Exercícios	2016	48.310,33	483.521,41	227.333,79	25.838,45	702,40	981,32	0,00	0,00	0,00	786.687,70
	2015	8.039,00	424.816,00	206.819,33	14.533,63	1.561,15	0,00	0,00	0,00	0,00	655.769,11

Fonte: DataWarehouse – Siape – 31/1/2017

Obs: (1) A variação dos vencimentos em 2015 e 2016 decorre da interinidade do cargo de Ministro. Como não há efetividade no cargo, o Secretário-Executivo recebe somente a diferença salarial pela substituição. (2) A variação negativa refere-se à **restituição** de recursos do servidor ao MP. Esses valores não se enquadram nos outros títulos da tabela. (3) O aumento no exercício de 2016 explica-se pela contratação de servidores temporários para a SPU, Segrt e Depex.

### 4.1.3 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal

O MP, apesar de possuir um quadro de pessoal composto por 4.576 servidores ocupantes de cargo efetivo nas diversas carreiras existentes no Ministério, aproximadamente 48,5% deste total encontram-se em exercício fora do Órgão, seja por cessão, requisição ou em exercício descentralizado. Essa realidade ocorre, entre outras razões, por existirem carreiras típicas de Estado e outras que também atuam em exercício descentralizado, compondo a força de trabalho de outros Órgãos.

A força de trabalho efetiva do Ministério conta com 3.751 servidores, sendo 2.354 de cargo efetivo do quadro de pessoal, 1.035 servidores de outros órgãos da Administração Pública, 64 contratados temporários e 298 servidores sem vínculo, ocupantes de cargos comissionados. Em 31/12/2016, 212 servidores encontravam-se afastados de suas funções.

Considerando a força de trabalho existente em relação aos servidores efetivos do Ministério, verifica-se que 552 servidores (23%) já se encontram com abono de permanência e 398 servidores (17%) possuem idade superior a 60 anos, o que possibilita uma grande evasão nos próximos anos. No exercício de 2016, foram concedidas 91 aposentadorias, o que reduziu a força de trabalho do MP.

#### Qualificação da força de trabalho da unidade

##### a) Idade da força de trabalho.

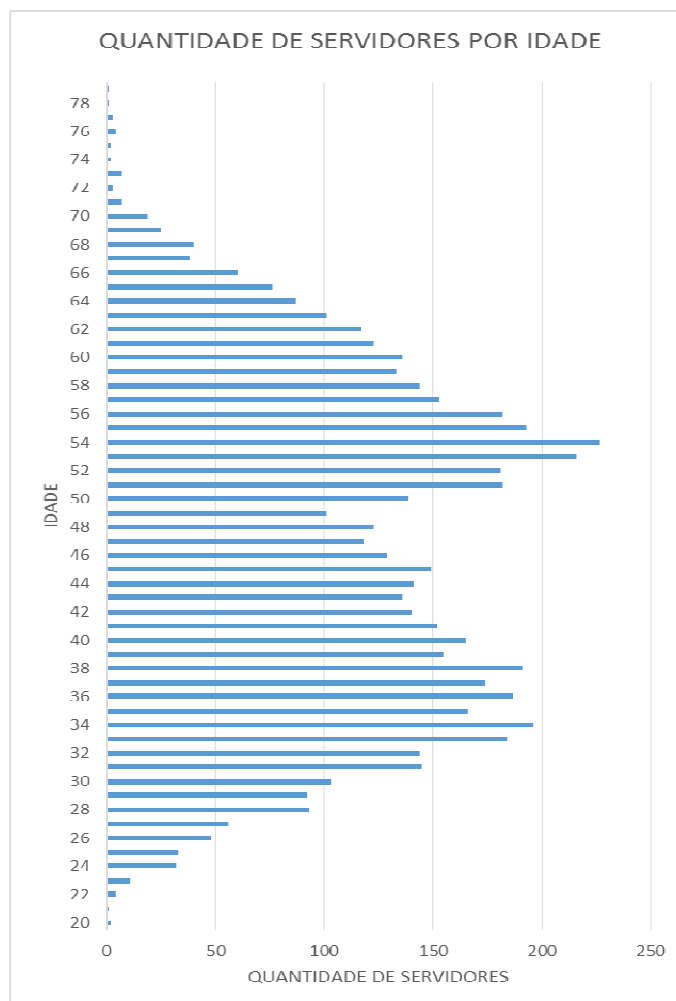
Considerando toda a força de trabalho do MP, composta por 5973 servidores, em exercício no Ministério e em outros órgãos da Administração Pública, a média de idade é atualmente de 45 anos. A maior concentração de servidores está nas faixas etárias intermediárias de 31 a 40 anos (1707) e de 51 a 60 anos (1747).

<b>Faixa Etária</b>	<b>Qtd. Servidores</b>
Até 30	475
31 - 40	1707
41 - 50	1328
51 - 60	1747
Mais de 60	716
<b>Total</b>	<b>5973</b>
<b>Média</b>	<b>46</b>

Fonte: Siape

Obs: No total, incluem-se servidores do quadro de pessoal do MP, requisitados, temporários e sem vínculo.





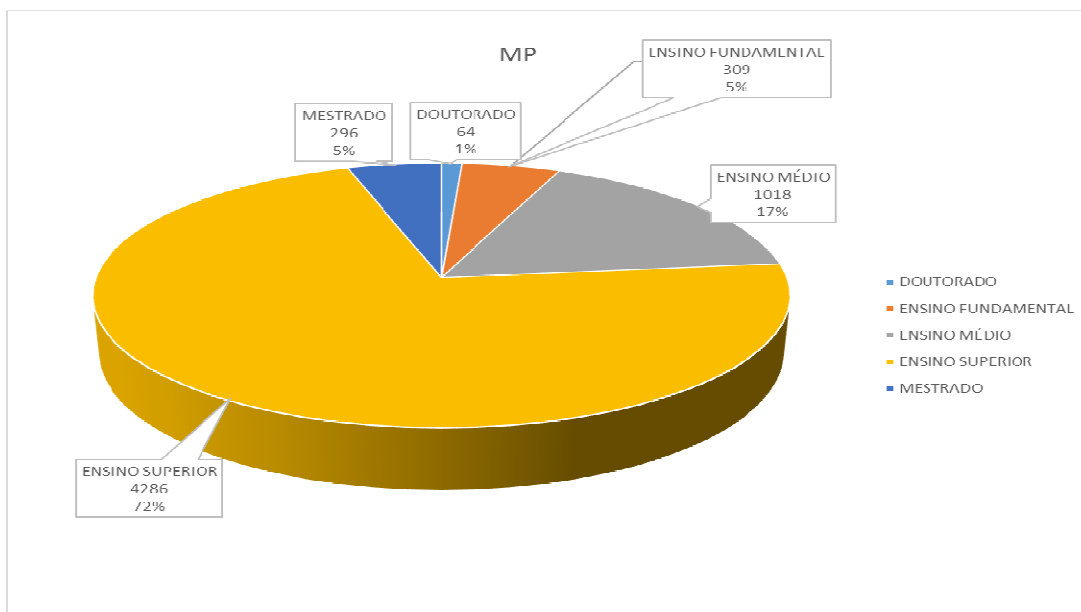
Fonte: Siape

### b) Escolaridade da força de trabalho

Considerando o mesmo universo do item anterior, a distribuição em relação ao grupo de escolaridade dos servidores apresenta sua maior concentração na escolaridade de nível superior, representando 72% do total.

Escolaridade	Qtd. Servidores
Doutorado	64
Mestrado	296
Ensino Superior	4286
Ensino Médio	1018
Ensino Fundamental	309
<b>Total</b>	<b>5973</b>

Fonte: Siape



Fonte: Siape

### Política de capacitação e treinamento de pessoal

O Ministério adota como política de capacitação o modelo de gestão por competência, voltado para cumprir a sua missão institucional, a qual define o planejamento e a coordenação das políticas de gestão APF como forma de fortalecer as capacidades do Estado, promover o desenvolvimento sustentável e aprimorar a entrega de resultados ao cidadão. Dentro desta perspectiva estratégica, o aperfeiçoamento contínuo do servidor está intimamente ligado à qualificação de sua competência individual.

Neste contexto, foi elaborado o Plano Plurianual de Capacitação (PPC 2016-2019) contendo a previsão do desenvolvimento de eixos temáticos previstos nos programas ou nos projetos que darão suporte às linhas de atuação do Governo Federal ao longo de quatro anos, contemplando, também, as competências institucionais e o glossário para as trilhas de aprendizagem.

Este exercício foi marcado por rigorosa restrição financeira e orçamentária, além de corte significativo no limite de movimentação e de empenho da contenção das despesas. Em decorrência, as capacitações que oneravam a Administração Pública foram suspensas a partir de maio de 2016.

#### 4.1.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

##### Quadro 4.1.4.1 Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: Diretoria de Administração (Dirad)						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	A prestação de serviços de Agente de Integração, visando à continuidade do Programa de Aceitação de Estagiários na Administração Pública, para atender às necessidades da Contratante, relacionadas ao preenchimento de oportunidades de estágio de estudantes.	Centro de Integração Empresa Escola-CIEE CNPJ/MF sob nº 61.600.839/0001-55	Janeiro 2013	Julho 2018	Nível Médio e Superior	Em vigor

Fonte: Contrato Administrativo nº 01/2013 - Processo nº 03110.024038/2012-61.

#### Política de Contratação de Estagiários

O Ministério norteia sua política de contratação de estagiários por meio de metodologia de trabalho para a identificação do perfil necessário dos estudantes, de acordo com as atribuições regimentais (competências institucionais) das unidades administrativas, na seleção criteriosa por parte dos supervisores e orientadores do estágio e no acompanhamento do desempenho das atividades. Foi publicada uma norma operacional que estabelece os critérios e os procedimentos para a aceitação de estudantes na condição de estagiários e as condições para a aprendizagem profissional.

O MP possui contrato em âmbito nacional com prestação de serviços de agente de integração, na perspectiva de subsidiar as necessidades relacionadas ao preenchimento de oportunidades de estágio de estudantes em todos os estados da federação. A parceria contratual vem obtendo êxito diante da qualidade dos serviços apresentados, pela economia processual e pelo ganho de escala no atendimento aos estudantes e às instituições de ensino.

Entretanto, considerando o rigoroso limite de movimentação e de empenho das despesas, em maio de 2016, foram suspensas novas contratações em âmbito nacional, ressalvadas as excepcionalidades autorizadas pela autoridade competente. A seguir, apresenta-se quadro sinótico, contendo a diminuição gradativa do quantitativo de estagiários por nível de escolaridade, por distribuição por área meio e fim e pela despesa gerada no exercício de 2016.

### Quadro 4.1.4.2 Quantidade de contratos de estagiários vigentes por trimestre

Nível de Escolaridade	Quantidade de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível Superior	404,34	385,33	305	254,33	
1.1 Área Fim	305,67	289,00	229,67	192,33	1.815.207,86
1.2 Área Meio	98,67	96,33	75,33	62,00	602.251,80
2. Nível Médio	83,33	99	76,34	64	
1.1 Área Fim	61,00	70,67	55,67	49,00	264.474,73
1.2 Área Meio	22,33	28,33	20,67	15,00	105.105,76
3. Total	975,33	968,67	762,67	636,67	2.787.040,15

Fonte: Siape

### Quadro 4.1.4.3 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade (Mão de Obra Terceirizada)

Número do Contrato	Serviço (Objeto)	CNPJ	Início e fim da atividade		Nível de Escolaridade Exigido	Sit.
			Início	Fim		
56/2011	Assistência técnica, operação e manutenção do sistema de condicionamento de ar	01.493.280/0001-80	01/01/2012	01/01/2017	Ensino fundamental	(E)
58/2012	Serviços de manutenção de Telefonia	00.404.317/0001-93	19/11/2016	18/11/2017	Ensino médio	(P)
24/2012	Assistência técnica, operação e manutenção do sistema de condicionamento de ar	01.493.280/0001-80	02/07/2016	12/07/2017	Ensino fundamental	(P)
79/2013	Serviços de carregador de volumes e bens móveis	06.091.637/0001-17	03/09/2016	02/09/2017	Ensino médio	(P)
51/2013	Serviços técnicos de apoio e manutenção predial	08.220.952/0001-22	10/07/2016	09/07/2017	Ensino médio	(P)
47/2013	Assistência técnica, operação e manutenção do sistema de condicionamento de ar	01.493.280/0001-80	29/06/2016	28/06/2017	Ensino fundamental	(A)
32/2013	Serviços de manutenção de Telefonia	08.220.952/0001-22	02/06/2016	01/06/2017	Ensino médio	(A)
52/2014	Serviços de telefonista	13.944.843/0001-98	10/03/2016	09/03/2017	Ensino médio	(E)
108/2014	Serviços de vigilância armada e monitoramento eletrônico	09.267.406/0001-00	01/10/2016	30/09/2017	Ensino fundamental	(A)
10/2015	Serviços de Ascensorista	15.351.310/0001-28	13/04/2016	12/04/2017	Ensino médio	(A)
28/2015	Serviços de brigada de Incêndio	37.077.716/0001-05	15/06/2016	14/06/2017	Ensino médio	(A)
36/2015	Serviço de lavagem de veículos oficiais	72.620.735/0001-29	09/07/2015	08/07/2016	Ensino médio	(P)
55/2015	Serviços de copeiragem	06.091.637/0001-17	05/11/2016	04/11/2017	Ensino médio	(P)
27/2016	Serviços de condução de veículos oficiais	12.778.433/0001-51	30/08/2016	29/08/2017	Ensino médio	(A)
29/2016	Serviços de manutenção e instalação de equipamentos de áudio e vídeo.	38.036.000/0001-14	15/05/2016	24/05/2017	Ensino fundamental	(A)
31/2016	Serviços de Recepcionista	08.656.163/0001-39	13/06/2016	12/06/2017	Ensino médio	(A)
32/2016	Serviços de Limpeza Asseio e Conservação	38.054.508/0001-45	01/08/2016	31/07/2017	Ensino médio	(A)
57/2016	Prestação de Serviços de Telefonistas	07.056.444/0001-98	07/11/2016	06/11/2017	Ensino médio	(A)

72/2016	Serviço de Secretariado	08.414.767/0001-79	19/12/2016	18/12/2017	Ensino médio	(A)
78/2016	Serviços de Auxiliar Administrativo	08.247.960/0001-62	02/01/2017	01/01/2018	Ensino médio	(A)

Fonte: Supervisores dos contratos/Dirad  
Total de mão de obra terceirizada: 801

## 4.2 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

### 4.2.1 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

A gestão patrimonial dos imóveis pertencentes ao MP, cadastrados na UG 201004, passou a ser executada pela Dirad, conforme determina a Portaria nº 213/SPOA, de 25/6/2012.

UG	RIP	Distribuição Geográfica	Estado de Conservação	Valor do Imóvel		Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	* Com Reformas	** Com Manutenção
201004	6001.02470.500-5	Avenida Presidente Antônio Carlos, 375, RJ	-	256.969.462,93	06/12/2015	-	-
201004	6001.01951.500-7	Avenida Brasil, 441, Antigo nº 379, São Cristóvão, RJ	-	3.779.840,87	16/02/2016	-	-
201004	9701.24347.500-6	SIG/SUL Quadra 08, lotes 2306 e 2316, DF	Bom	1.517.616,10	16/02/2016	-	-
201004	9701.24345.500-5	SEPN Quadra 516, Bloco D, lote 08, Asa Norte, DF	Bom	21.639.767,47	16/02/2016	-	-
201004	9701.24351.500-8	SGMN Bloco E Via N3 C, SUCAD, DF	-	5.444.411,61	13/04/2015	-	-
201004	9701.24349.500-7	SGON, Quadra 05, Lotes 19 a 22, Asa Norte, DF	Regular	8.964.357,43	16/02/2016	-	-
201004	9701.24341.500-3	Esplanada dos Ministérios Bloco C, lote 07, Asa Sul, DF	Bom	41.085.356,62	16/02/2016	-	-
201004	9701.17404.500-1	Esplanada dos Ministérios Bloco O, lote 04, Plano Piloto, Asa Norte, DF	-	27.024.704,35	06/04/2015	-	-
201004	9701.24343.500-4	Esplanada dos Ministérios Bloco K, Lote 16, Plano Piloto, Asa Norte, DF	Bom	34.686.956,62	13/04/2015	-	-

Fonte: SPIUnet – informações extraídas em 16/02/2016.

\* Não foram realizadas reformas no exercício de referência do relatório de gestão.

\*\* Não há disponibilidade de informações com os gastos com manutenção individualizados.

Faz-se necessária a transferência, à SPU, dos dois imóveis situados no município do Rio de Janeiro (RJ), de uso específico do Depex, Registro Imobiliário Patrimonial (RIP) nº 6001.03699.500-3 e RIP nº 6001.01155.500-0, uma vez que a Dirad não faz utilização de nenhum dos imóveis citados, e que atualmente estão sob sua responsabilidade.

Em relação à cessão de espaço físico para terceiros em imóvel da União nos imóveis sob responsabilidade da Dirad, informa-se o que segue:

### 1) Banco do Brasil SA

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.24341.500-3 (Bloco C) 9701.24343.500-4 (Bloco K)
	Endereço	Esplanada dos Ministérios, Bloco C Esplanada dos Ministérios, Bloco K
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000.0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil SA
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição Financeira
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Bloco C - Inexigibilidade de licitação nº 18/2012 Bloco K - Inexigibilidade de licitação nº 08/2012
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação de Posto de Atendimento Eletrônico e de Posto de Atendimento Bancário
	Prazo da Cessão	Bloco C - 28/02/2017 Bloco K - 15/05/2017
	Caracterização do espaço cedido	Bloco C - Área de 36,46 m <sup>2</sup> Bloco K - Área de 139,96 m <sup>2</sup>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	Valor mensal a título de retribuição pela área cedida Bloco C - R\$ 1.038,38 Bloco K - R\$ 3.364,64
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	O rateio das despesas refere-se ao consumo de energia elétrica correspondente à fração da área ocupada, cujo percentual para o cálculo do rateio é: Bloco C - 0,2106% das despesas totais da área total do prédio Bloco K - 0,8084% das despesas totais da área total do prédio.

Fonte: Dirad/SE

Nota: RIP - Registro Imobiliário Patrimonial

### 2) Caixa Econômica Federal

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.24341.500-3 (Bloco C) 9701.24345.500-5 (SOF) 9701.24343.500-4 (Bloco K)
	Endereço	Esplanada dos Ministérios, Bloco C Esplanada dos Ministérios, Bloco K Quadra 516, Bloco D, Lote 08
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição Financeira
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Inexigibilidade de licitação nº 01/2014
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação de Posto de Atendimento Eletrônico e de Posto de Atendimento Bancário
	Prazo da Cessão	60 meses (a partir de 2014)

	Caracterização do espaço cedido	Bloco C - 216,41 m <sup>2</sup> Bloco K - 2,10 m <sup>2</sup> SOF - 2,10 m <sup>2</sup>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	Valor mensal a título de retribuição pela área cedida Bloco C - R\$ 4.108,44/mês Bloco K - R\$ 33,65/mês SOF - R\$ 37,42/mês
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	O rateio das despesas refere-se ao consumo de energia elétrica correspondente à fração da área ocupada, cujo percentual para o cálculo do rateio é: Bloco C - 1,2500% da área total da edificação Bloco K - 0,0121% da área total da edificação SOF - 0,0216% da área total da edificação

### 3) Villa da Gastronomia Bar e Restaurante Eireli – EPP

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.24343.500-4
	Endereço	Esplanada dos Ministérios, Bloco K
Identificação do Cessionário	CNPJ	20.802.458/0001-71
	Nome ou Razão Social	Villa da Gastronomia Bar e Restaurante Eireli - EPP
	Atividade ou Ramo de Atuação	Restaurante
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contrato Administrativo nº 76/2015
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração de serviços de restaurante
	Prazo da Cessão	Doze meses
	Caracterização do espaço cedido	567,95 m <sup>2</sup>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há rateio de despesas, já que os estabelecimentos possuem medição própria (água e energia elétrica).

### 4) MR Alimentos Ltda

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.24341.500-3
	Endereço	Esplanada dos Ministérios, Bloco C
Identificação do Cessionário	CNPJ	07.530.859/0001-51
	Nome ou Razão Social	MR Alimentos Ltda
	Atividade ou Ramo de Atuação	Restaurante
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contrato Administrativo nº 77/2015
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Instalação de Posto de Atendimento Eletrônico e de Posto de Atendimento Bancário
	Prazo da Cessão	Doze meses
	Caracterização do espaço cedido	557,37 m <sup>2</sup>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há rateio de despesas, já que os estabelecimentos possuem medição própria (água e energia elétrica)

## 4.3 Gestão da Tecnologia da Informação

### 4.3.1 Principais Sistemas de Informações

Sistemas Estruturantes	
Siop	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
Sigepe	Sistema de Gestão de Pessoas
Siorg	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
Siconv	Sistema de Convênios
Siasg	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SCDP	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
Sispac	Sistema do Programa de Aceleração do Crescimento
governoeletronico.gov.br	Portal do Programa de Governo Eletrônico
servicos.gov.br	Portal de Serviços do Governo Federal
Siest	Sistema de Informação das Estatais
Siapa	Sistema Integrado de Administração Patrimonial
Sispes	Sistema Esplanada Sustentável
Sistemas Corporativos	
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
Softwares Públicos	
SPB	Portal do Software Público Brasileiro
Sistemas Departamentais	
Sigs-Seain	Sistema de Gerenciamento Integrado da Seain

Fonte: DTI

### 4.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

O Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação foram norteados pelos seguintes objetivos estratégicos do PEI 2012-2015:

- Melhorar os marcos legais, dos processos de trabalho, da tecnologia da informação e dos sistemas estruturantes;
- Definir e apoiar políticas e diretrizes para a gestão e governança em tecnologia da informação e comunicação e governo eletrônico;
- Modernizar e racionalizar processos e sistemas estruturadores;
- Adotar as melhores práticas de gestão e governança, eliminando gargalos críticos dos processos e fluxos administrativos;
- Aprimorar a eficiência mediante revisão de custos e de alocação de recursos;
- Aperfeiçoar a gestão da informação e do conhecimento e os mecanismos de comunicação e transparência;
- Desenvolver cultura institucional voltada à excelência e ao alto nível de satisfação dos públicos interno e externo.

Das 61 ações previstas para o período de 2016, 34 foram concluídas, 26 foram replanejadas e uma foi cancelada.



## **4.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade**

### **4.4.1 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras**

São adotados critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras, desde que não inviabilize a contratação ou restrinja a competitividade. Na medida do possível, são incluídos critérios de sustentabilidade nas licitações realizadas pela Coordenação-Geral de Aquisições (Cgeaq/Dirad), tais como a exigência de registro em órgãos fiscalizadores e observâncias às normas, decretos e leis, bem como à Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

## 5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

### 5.1 Canais de Acesso do Cidadão

Dentre as ações executadas pelo Ministério do Planejamento para facilitar o acesso às informações de interesse público, destaca-se o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC). O Sistema permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do Executivo Federal. O cidadão ainda pode entrar com recursos e apresentar reclamações, sem burocracia.

Além do e-SIC, o MP possui outro canal de atendimento, o “Fale Conosco”, na página <http://www.planejamento.gov.br/faleconosco.asp>, por meio do qual o usuário pode enviar, via preenchimento de formulário, seus pedidos de informação, denúncias, elogios, críticas e sugestões das diversas áreas de competência do Ministério.

Com relação aos assuntos orçamentários, as solicitações de informações podem ser feitas, por meio dos seguintes canais:

- Portal do Orçamento Federal (Portal SOF): [www.orcamentofederal.gov.br](http://www.orcamentofederal.gov.br)
- Orçamento Federal em Formato Aberto – RDF (*Resource Description Framework*): <https://www.siop.planejamento.gov.br/siop/>
- Acesso público às informações orçamentárias na página do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop): <https://www1.siop.planejamento.gov.br/acessopublico/?pp=acessopublico>
- Painel do Orçamento : <https://www1.siop.planejamento.gov.br>
- Fale conosco: <http://www.orcamentofederal.gov.br/clientes/portalsof/portalsof/contact-info>

Para os assuntos referentes ao Plano Plurianual, o MP possui o Núcleo de Atendimento sobre o PPA e sobre o Siop (telefone 61-2020-4800 e e-mail [seplan-ppa@planejamento.gov.br](mailto:seplan-ppa@planejamento.gov.br)).

Desde outubro de 2003, o MP, por meio da Ouvidoria do Servidor, mantém o portal [www.ouvidoriadoservidor.gov.br](http://www.ouvidoriadoservidor.gov.br) como canal de acesso ao cidadão e ao servidor público federal, de forma a promover registros de denúncias, reclamações, elogios, sugestões e pedidos de informação referentes a procedimentos e ações de agentes pertencentes aos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

Ainda disponibiliza o Sistema de Consulta de Atos Normativos da Administração Pública Federal - Conlegis (disponível em <https://conlegis.planejamento.gov.br>), que hospeda atos normativos e legislação pertinente a gestão de pessoas. É uma ferramenta desenvolvida para consultas pelos dirigentes e técnicos dos órgãos/unidades integrantes do Sipec, com acesso também permitido ao cidadão.

No que se refere aos assuntos internacionais, existe a orientação de atender de forma tempestiva a todas as demandas que venham em caráter externo. Assim, é possível elencar:

- Reuniões com empresas e grupos interessados em apresentar pleitos e justificativas para alteração tarifária no âmbito do comércio exterior;
- Atendimento por telefone e por meio de reunião com outros Ministérios interessados em compreender a dinâmica para realizar o pagamento das contribuições aos organismos internacionais;

- Atendimento on line e por telefone, por parte da Assessoria do Gabinete, dos órgãos de outros entes federativos interessados em preencher a Carta Consulta, que é o formulário padrão requerido para solicitação de financiamento externo;
- Reunião com Prefeitos, Governadores e alto dirigentes de outros poderes, por parte do Gabinete e da Seain, para esclarecer e apresentar as dinâmicas dos pleitos de financiamento externo submetidos por estas autoridades;
- Endereço de correio eletrônico institucional [investimentosbrasil@planejamento.gov.br](mailto:investimentosbrasil@planejamento.gov.br) para responder às questões referentes aos investimentos e à infraestrutura da Sala de Investimentos.

Quanto aos temas relativos à previdência complementar do servidor público federal do Poder Executivo, a Fundação-Exe dispõe, além dos tradicionais sítio eletrônico, telefone e correio eletrônico, dos canais das redes sociais do Youtube e do Facebook. Os participantes contam, ainda, com uma área restrita onde têm acesso ao extrato de suas contribuições.

## 5.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviço ao Cidadão foi instituída pelo Decreto nº. 6.932, de 11/8/2009, e tem por objetivo informar ao cidadão acerca dos serviços prestados pelo órgão ou entidade, das formas de acesso a esses serviços e dos respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público. Dessa forma, o Ministério do Planejamento, por meio da Carta de Serviços expõe, de maneira, sucinta, clara e objetiva, os compromissos de qualidade que orientam o atendimento ao público e a prestação de informações e serviços realizados no âmbito do MP.

Além disso, informa também: a) os locais de acesso, os requisitos e os documentos necessários à prestação; b) a maneira de requerer as prestações disponíveis; c) os modos, as etapas e os prazos de realização das prestações oferecidas; d) as formas de comunicação com os solicitantes; e) o tratamento, as prioridades e o tempo para o atendimento dos interessados; f) os mecanismos de recepção e resposta às manifestações dos usuários sobre as informações e serviços disponíveis; e g) os meios para consulta ao andamento das prestações requeridas.

Está disponível para consulta na página do Ministério, por meio do endereço [http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/servidor/va\\_direto/cei/140206\\_Carta\\_ao\\_Cidadao\\_CEI.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/servidor/va_direto/cei/140206_Carta_ao_Cidadao_CEI.pdf). A Carta trata da concessão de anistia para servidores e empregados públicos federais demitidos no período entre 16/3/1990 e 30/9/1992, traz informações sobre a forma de acesso e esclarece critérios como as condições para obtenção do benefício, os documentos necessários e os padrões de atendimento estabelecidos. Desse modo, oferece-se à sociedade mais um instrumento destinado a conferir qualidade, agilidade e transparência ao atendimento aos usuários dos serviços e informações prestados pelo Ministério do Planejamento.

Também estão acessíveis na página <http://www.orcamentofederal.gov.br/biblioteca>, as seguintes Cartas de Serviços relativas à área orçamentária:

- Carta de Serviço Portal Orçamento Federal
- Carta de Serviço Escola Virtual SOF
- Carta de Serviço Sofinha e sua Turma
- Carta de Serviço Manual Técnico de Orçamento (MTO)
- Carta de Serviço Orçamento Cidadão
- Carta de Serviço Programa de Eficiência do Gasto (PEG)
- Carta de Serviço Siop Legis
- Carta de Serviço Siop

- Carta de Serviço Orçamento Federal em Formato Aberto - RDF (*Resource Description Framework*)

### **5.3 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários**

A pesquisa de satisfação dos cidadãos-usuários dos serviços resultantes da atuação da Ouvidoria do Servidor foi implementada em 2010 no Sistema de Ouvidoria (Sisouvidor). Entretanto, tal sistema possui limitações que não permitem a apuração dos níveis de satisfação por ano, o que impossibilitou a obtenção do resultado de 2016. Assim, a apuração possível refere-se ao período de 2010 a 2016 sem estratificação anual. Está em discussão alteração no Sistema que possibilite a extração anual de dados relativos ao resultado da pesquisa.

Em 2017, será desenvolvido e implantado um novo sistema de Ouvidoria do Servidor, mais moderno e que disponibilizará novas funcionalidades, inclusive a apuração dos níveis de satisfação com maior acurácia.

No âmbito do processo orçamentário, para avaliar o grau de satisfação dos Cidadãos, é feita a Pesquisa de opinião sobre o Orçamento Cidadão. Por sua vez, para avaliar a satisfação dos usuários dos serviços da Secretaria de Orçamento Federal, têm-se as seguintes pesquisas:

- Avaliação do processo de elaboração da proposta orçamentária (Avaliação do Ploa);
- Avaliação do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Avaliação do Siop)

Ambas pesquisas são realizadas anualmente, imediatamente após a conclusão dos respectivos processos.

O MP também disponibiliza o Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação de Usuários dos Serviços Públicos (Eipps), atualmente Pesquisa.gov.br, para aferir o grau de satisfação dos usuários.

No primeiro semestre de 2016, foi realizada uma pesquisa com os participantes da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo para avaliar a satisfação dos participantes e com o atendimento oferecido pelos canais da Fundação.

### **5.4 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes Sobre a Atuação da Unidade**

Com o objetivo de contribuir para a formação de uma sociedade melhor informada e mais participativa na gestão dos recursos públicos, desde 2010, a SOF publica, anualmente, o Orçamento Cidadão.

O Orçamento Cidadão é elaborado a partir das informações contidas no Ploa, apresentando os valores globais do orçamento proposto e destacando seus principais projetos e áreas de atuação. O documento simplifica a linguagem técnica, aproximando-a do cotidiano da população e tem como objetivos manter a sociedade informada, estimular a participação na gestão dos recursos públicos e proporcionar melhor compreensão aos cidadãos do conteúdo do orçamento público da União. Para tanto, a revista apresenta, ainda, gráficos e tabelas para facilitar a compreensão dos dados orçamentários.

Em 2016, foi publicada a 7ª edição deste documento, ressaltando-se que, nas primeiras edições, era conhecido como Orçamento Federal ao Alcance de Todos.

O *Portal* do Orçamento Federal, o sítio eletrônico da SOF, apresenta as informações que se referem à sua área de atuação. Dessa forma, há dados detalhados sobre os orçamentos anuais, as informações orçamentárias, educação orçamentária, estatísticas fiscais, Manual Técnico de Orçamento, entre outros. Estão disponíveis, ainda, no Portal do Orçamento Federal, os Relatórios de Avaliação Bimestral e de Cumprimento das Metas Fiscais.

O Portal reúne e apresenta Estatísticas Fiscais consolidadas visando dar maior transparência às contas públicas e facilitar o acesso dos usuários interessados em ver como o Governo Federal aplica os recursos que arrecada com impostos e contribuições. São apresentadas séries históricas que abordam: 1. Resultado Primário do Governo Federal, 2. Resultado primário da Seguridade Social, 3. Receitas Primárias não administradas pela Secretaria da Receita Federal, 4. Vinculação das Receitas Primárias arrecadadas pelo Governo Central, 5. Pessoal e Encargos sociais, 6. Subsídios e Subvenções econômicas, 7. Despesas Orçamentárias por Agregadores Funcionais e Programáticos, 8. Despesas Primárias do Governo Central pela ótica do uso, 9. Despesas Discricionárias por Área/Órgão e Grupo de Despesa, 9.a. Despesas Discricionárias do Poder Executivo, 9.b. Despesas Discricionárias dos Demais Poderes, 10. Despesas Discricionárias por Área/Órgão e Modalidade de Aplicação.

Desenvolvido e implantado no segundo semestre de 2016, como uma extensão do Siop, o *Painel* do Orçamento Federal é uma ferramenta por meio da qual qualquer cidadão com acesso à Internet pode consultar de maneira muito rápida os dados orçamentários e de execução da esfera federal desde 2000 até o exercício corrente, atualizado diariamente, com variedade de filtros e visões, tanto no formato de tabela quanto de gráficos, e com resultados facilmente exportáveis em formato de planilha.

A fim de facilitar o entendimento da linguagem orçamentária e das informações apresentadas, foi disponibilizado acesso tanto para o Manual On Line do Painel quanto para a versão mais atual do Manual Técnico do Orçamento no próprio Painel do Orçamento Federal.

O painel traz como benefício a transparência de informações que antes eram disponibilizadas apenas por meio de relatórios estáticos em formato PDF, com pouca possibilidade de parametrização pelos usuários finais, ou acessíveis apenas a quem possuía acesso controlado por senha e restrito ao Siop.

O menu “Dados Abertos” do Siop apresenta o Orçamento Federal em formato aberto, ou seja, possibilita o acesso às informações sobre o orçamento em RDF (*Resource Description Framework*), um formato de dados digital, estruturado e legível por máquina. Dessa forma, o Dados Abertos permite à sociedade lidar com o grande volume de informações do orçamento e extrair dele as informações de seu interesse de modo automático. Assim, é um local aberto para realizar consultas quaisquer sobre os orçamentos desde 2000.

Na página do MP, visando à manutenção da política de dispor as informações relativas ao processo de aprovação dos empréstimos internacionais, estão disponibilizados todos os dados de aprovação da Cofix, bem como o link para se acessar o Sistema de Gerenciamento Integrado da Seain (Sigs).

O sítio eletrônico da Funpresp-Exe dispõe de notas atuariais, demonstrações contábeis, consultas públicas, contratos, atos administrativos, portarias, inclusive todas as atas, resoluções e recomendações dos órgãos deliberativos e consultivos.

A Funpresp-Exe publica mensalmente dois boletins (Participante e Patrocinador) e disponibiliza o Relatório Anual de Informações, que reúne as atividades e demonstrativos do ano de todas as áreas da Entidade.

O MP disponibiliza ainda informações sobre o Plano Plurianual, por meio do aplicativo “PPA Mais Brasil” (<http://ppamaisbrasil.planejamento.gov.br/sitioPPA/>) e realizou o Fórum Dialoga Brasil Interconselhos, nos dias 15 e 16 de março de 2016.

### **5.5 Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações**

No tocante à acessibilidade das instalações deste Ministério, a Dirad concluiu em 2016 a reforma da escada de emergência do Bloco K, em conformidade com todos os padrões exigidos pelas normas que tratam do tema. Importa ressaltar que todos os edifícios administrados pela Diretoria encontram-se em conformidade com a Lei nº 10.098/2000 e com o Decreto nº 5.296/2004, que estabelecem normas para a promoção da acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais.

As novas soluções web conduzidas pela DTI buscam observar as diretrizes de acessibilidade e de Padrão de Identidade Digital do Governo Federal. Com isso, no Petic-2016 a 2019, foi criada a “Iniciativa 5.2: Aumento da aderência dos sistemas geridos pelo MP aos padrões de governo (Arquitetura de Interoperabilidade de Governo Eletrônico-E-Ping e Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico-E-mag)”, no Objetivo Estratégico 5 – Aperfeiçoar a gestão de TIC a fim de aprimorar e direcionar os esforços em TIC.

## 6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

### 6.1 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

O processo da aplicação dos procedimentos de depreciação referente aos bens móveis está de acordo com o que preconiza o Manual Siafi Web – macrofunção: 020330 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações e em consonância com as normas: Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.137/2008, que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) T 16.10 Avaliação e mensuração de ativos e passivos em entidades do setor público; Resolução do CFC nº 1.136/2008, que aprovou a NBC T 16.9 Depreciação, Amortização e Exaustão; e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

#### 6.1.1 Informação dos saldos constantes no Balancete das Unidades Gestoras Executoras de Projetos Externos e Outras

Estão informadas no Sistema E-contas diversas Unidades Gestoras relacionadas à conta da UPC, referentes a programas e projetos encerrados, mas que apresentam saldo contábil. As informações dos saldos constantes no balancete das Unidades Gestoras Executoras dos Projetos Externos e Outras, apresentadas no Sistema, no âmbito da Secretaria Executiva, encontram-se justificadas no quadro abaixo:

UGE	Nome	Análise dos saldos constantes no balancete
201003	Coordenação de Contabilidade	Durante o exercício de 2016, foi efetuado um registro indevido na unidade e regularizado posteriormente. Não apresentando, por conseguinte, saldo contábil no final do exercício.
201027	Unidade de Coordenação de Programas-Seges/PMPEF	Saldos em contas de controle de execução de operação de créditos externas da Coordenação Geral de Programação Financeira (Cofin/STN). Durante o exercício de 2017, será providenciada a baixa dos referidos saldos.
201028	Unidade de Coordenação de Programas /Proger-SPI	Saldos em contas de controle de acordo de transferência de recursos para Organismos Internacionais. Durante o exercício de 2017, será providenciada a baixa dos referidos saldos.
201029	Promoex - Modernização Controle Externo UF/MC	Saldos nas contas de controle de execução de convênios devido a existência de convênios na situação de “a aprovar” em análise pela unidade; e saldos em contas de controle de execução de operação de créditos externas da Cofin/STN.
201030	Pnage – Modernização, Gestão E Planejamento UF	Saldos nas contas de controle de contratos de serviços baixados em 2017; e saldos em contas de controle de execução de operação de créditos externas da Cofin/STN. Durante o exercício de 2017, será providenciada a baixa dos referidos saldos.
201031	Unidade de Coordenação de Programas-Seges /Eurobrasil2000	Saldos em contas de controle de execução de operação de créditos externas da Cofin/STN. Durante o exercício de 2017, será providenciada a baixa dos referidos saldos.
201037	Unidade de Coordenação de Programas /Segep/MP-Promoex	UGE criada pela Cofin/ STN com o intuito de controlar na moeda de origem as operações de créditos externas realizadas pela UGE 201029 – Promoex - Modernização Controle Externo UF/MC.
201040	Prodev - Estratégia e Plano de Ação para o Desenvolvimento	Saldos em contas de controle de execução de operação de créditos externas da Cofin/STN. Durante o exercício de 2017, será providenciada a baixa dos referidos saldos.
201041	Unidade do Programa Parceria Pública Privada - Assec/PPP	Saldos nas contas de controle de transferências de recursos para organismos internacionais baixados em 2017; e saldos em contas de controle de execução de operação de créditos externas da Cofin/STN.

		Durante o exercício de 2017, será providenciada a baixa dos referidos saldos.
<b>201046</b>	Programa de Modernização de Instrumentos e Sistemas de Gestão da APF - Prosis	A UGE encerrou sua execução no exercício de 2016 e sua prestação de contas consta do processo da Secretaria de Gestão/Seges.
<b>201048</b>	Projeto BID 1718-Pnage	UGE criada pela Cofin/ STN, com o intuito de controlar na moeda de origem as operações de créditos externas realizadas pela UGE 201030 - Pnage- Modernização Gestão e Planejamento UF.
<b>201049</b>	Projeto BID ATN 9587-Assec/PPP	UGE criada pela Cofin/ STN, com o intuito de controlar na moeda de origem as operações de créditos externas realizadas pela UGE 201041 - Unidade do Programa Parceria Pública Privada - Assec/PPP.
<b>201054</b>	Prosis - Dolar	UGE criada pela Cofin/ STN, com o intuito de controlar na moeda de origem as operações de créditos externas realizadas pela UGE 201046 - Unidade do Programa Parceria Pública Privada - Assec/PPP.
<b>201055</b>	Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio da União - Exterior	UGE criada pela Cofin/ STN com o intuito de controlar na moeda de origem as operações de créditos externas realizadas pela UGE 200243 - Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio da União, sendo que a UGE 200243 consta do processo de prestação de contas da UGE 170011 – Secretaria de Patrimônio da União/SPU.
<b>201065</b>	Secretaria de Assuntos Estratégicos - SAE/PR Em extinção	Durante o exercício de 2016, a UGE apresentou prestação de contas extraordinária, devido a sua extinção.

## **6.2 Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade**

O MP não possui Setorial de Custos. Entretanto, utiliza os relatórios extraídos do Sistema de Informação de Custos para subsidiar a elaboração dos relatórios para a Prestação de Contas da Presidência da República (PCPR).

## **6.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas ANEXO I**



## 7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

### 7.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

#### Quadro 7.1 - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

##### Secretaria-Executiva (SE)

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-020.830/2014-9	1273/2015 - Plenário	9.3	Ofício 0015/2016 – TCU/Selog, de 5/1/2016	8/1/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria Executiva SE/MP				
Descrição da determinação/recomendação				
9.3. recomendar à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (em articulação com a Casa Civil da Presidência da República, com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e com a Controladora Geral da União) que elabore plano de longo prazo, com objetivo de fortalecer a governança nas organizações públicas de todas as esferas, com vistas ao desenvolvimento nacional.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Em atenção ao Ofício 0015/2016 – TCU/Selog, de 5/1/2016, a Secretaria Executiva do MP, em conjunto com a CGU, encaminhou ao TCU Ofício Conjunto nº 27052/2016-MP/CGU, onde esclarece sobre as medidas já adotadas, bem como outras ações que deverão ser planejadas e implementadas à governança pública, como a Portaria nº 426, de 30/12/2016, publicada no D.O.U. de 3/1/2017, Seção 1, p. 105, que instituiu a Política de Gestão de Integridade, Risco e Controles Internos da Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.				

##### Departamento de Órgãos Extintos (Depex)

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
002.836/2015-7	7075/2016	1.7.1	Ofício nº 12212/2016-Sefip	14/12/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Coordenação Geral de Gestão de Estatutários - 117672				
Descrição da determinação/recomendação				
Determinar a correção do adicional por tempo de serviço atualmente pago ao servidor Antônio Regis de Moraes e Sousa, uma vez que, consoante a discriminação dos tempos de serviço e as informações constantes do Siape, o interessado possui apenas vinte e oito anos de serviço público.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A determinação foi cumprida somente no exercício de 2017. Encaminhado o Ofício nº 4791/2017, ao Tribunal de Contas da União, informando as providências adotadas.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 006.220/2015-0	7080/2016	1.7.1	Ofício nº 12240/2016-SEFIP	15/12/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Coordenação Geral de Gestão de Estatutários - 117672				
Descrição da determinação/recomendação				
Determinar que a Sra. Bernadette Canguçu de Mesquita Sá seja submetida à nova junta médica, nos termos da Lei nº8.112/90.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Aguardando perícia médica a ser realizada pela Unidade do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor/Siass/UFRJ/PR4/DVST-Sede, solicitada por intermédio do Ofício nº 78903/2016-MP.				

## Secretaria de Orçamento Federal (SOF)

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
017.169/2014-3	214/2016-TCU-Plenário	1.6.1 e 1.6.2	Ofício 0062-TCU/Semag, de 15/3/2016	21/03/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Orçamento Federal e Casa Civil da Presidência da República.				
Descrição da determinação/recomendação				
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:				
1.6.1. Recomendar à Secretaria de Orçamento Federal, com base no art. 20 do Anexo I do Decreto 8.189/2014 e no art. 8º da Lei 10.180/2001, e à Casa Civil da Presidência da República, com fulcro na Lei 10.683/2003, art. 2º, inciso I, que, em conjunto, apresentem análise a respeito das oportunidades de melhoria quanto à definição de metas e prioridades nas leis de diretrizes orçamentárias, para fins de orientar a elaboração dos orçamentos anuais e permitir o acompanhamento e o monitoramento pelos controles externo e social, considerando as limitações identificadas em sucessivos Relatórios e Pareceres Prévios das Contas de Governo acerca da indefinição ou adoção de metas e prioridades genéricas para a APF, encaminhando o resultado ao Tribunal no prazo de noventa dias;				
1.6.2. Dar ciência à Secretaria de Orçamento Federal, na qualidade de órgão específico do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, e à Casa Civil da Presidência da República, na qualidade de órgão responsável pela coordenação e integração das ações de governo, acerca da falta de regulamentação do prazo para a publicação da Receita Corrente Líquida (RCL), que, a critério do Poder Executivo, poderia ser objeto de proposição nos futuros projetos de lei de diretrizes orçamentárias;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Não foi possível atender à recomendação, tendo em vista que a notificação da decisão se deu em data próxima ao período de encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017 (LDO-2017). Esta Secretaria apresentará análise a respeito das oportunidades de melhoria quanto à definição de metas e prioridades, quando do processo de elaboração da LDO-2018.				

No Relatório de Gestão do Exercício de 2015, consignou-se que os Acórdãos 927/2015, 2823/2015 e 3297/2015, todos do Plenário do TCU, encontravam-se pendentes de cumprimento. Esta Secretaria considera ter cumprido todas essas determinações em 2016, conforme detalhado a seguir:

- 1) Acórdão 927/2015-TCU-Plenário – O TCU decidiu: “1.8.1. Recomendar à Secretaria de Orçamento Federal, com fulcro no inciso I do art. 43 da Lei 8.443/1992, que encaminhe a este Tribunal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da ciência deste acórdão, Plano de Ação com a finalidade de instituir processo de gestão dos riscos relacionados ao processo de elaboração do orçamento geral da União. Esta Secretaria solicitou prorrogação do prazo de cumprimento por meio do Ofício SEI nº 17403/2015/MP, de 20/10/15, que foi concedida até 1º/04/2016, pelo Ofício 0014/2016/TCU/Semag, de 3/2/2016. A SOF cumpriu a recomendação por meio do Ofício SEI nº 16406/2016-MP, de 30/3/2016 (Processo SEI nº 03500.200358/2015-82).
  
- 2) Acórdão 2823/2015-TCU-Plenário – O TCU decidiu: “9.1. determinar à Secretaria de Orçamento Federal e à Secretaria do Tesouro Nacional, que apresentem, até 30/11/2015, plano de ação conjunto com medidas que busquem conter, nos próximos exercícios, o aumento do estoque de restos a pagar processados e não processados, em especial dos restos a pagar relativos às despesas obrigatórias, em atendimento ao princípio da anualidade orçamentária, previsto no art. 165, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei 4.320/1964, e ao princípio da gestão fiscal responsável, previsto no art. 1º da Lei Complementar 101/2000, devendo o referido plano de ação expor as razões da atual situação dos restos a pagar e a expectativa de sua evolução, com e sem a adoção das medidas formuladas no plano. Em face da determinação, foi interposto Pedido de Reexame por esta Secretaria, em 27/11/2015. O referido recurso foi conhecido com efeito suspensivo e, no mérito, foi provido parcialmente para definir o prazo de 90 (noventa) dias para atendimento da determinação, que venceria, portanto, em 12/12/2016. Nesse sentido, SOF e STN, em atendimento à determinação em comento, apresentaram a Nota Técnica Conjunta SOF/STN

nº 35/2016-MP, de 12/12/2016, contendo Plano de Ação para conter o estoque de Restos a Pagar.

- 3) Acórdão 3297/2015-TCU-Plenário – O TCU decidiu: “9.3. alterar, de ofício, o Acórdão 825/2015-TCU-Plenário, para: 9.3.1. em substituição ao seu item 9.4.1, determinar ao Ministério das Cidades, juntamente com o MP, que, quando da elaboração das propostas orçamentárias, façam consignar no orçamento fiscal e da seguridade social montante correspondente aos adiantamentos concedidos pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) ao Ministério das Cidades, ao amparo do que dispõe o art. 82-A da Lei 11.977/2009, de modo a evidenciar que se trata de operações de crédito, em virtude do que determinam os arts. 3º da Lei 4.320/1964 e 32, § 1º, incisos I a V, da Lei Complementar 101/2000; e 9.3.2. - informar que a determinação referente ao subitem anterior deve ser observada já a partir da proposta orçamentária a ser encaminhada no ano de 2016 (exercício de 2017), bem como na aprovação de créditos adicionais referentes ao exercício de 2016. No Relatório de Gestão de 2015, a SOF havia informado que “os Ministérios adequarão a execução orçamentária do exercício 2016, bem como dos exercícios subsequentes, às normas estabelecidas pelo Decreto 8.535, de 1º/10/2015”.

Nesse sentido, a Secretaria esclarece que: a) no que se refere ao orçamento do Ministério das Cidades - MCidades de 2016, foram incluídos, em 27/1/2016, por meio de remanejamento de recursos, Planos Orçamentários (POs) na ação "00CW - Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Urbanas (Lei nº 11.977/2009)" dando transparência aos gastos do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, quais sejam, o "PO-0001 - Remuneração do Gestor Operacional do PNHU" e o "PO-0002 - Concessão de Subvenção Econômica", nos quais foi realizada a execução orçamentária do exercício; b) o MCidades publicou a IN nº 24, de 23/9/2016, dispondo sobre a vedação à Caixa Econômica Federal (Caixa) da realização de operações de financiamento com recursos do FGTS, no âmbito do PMCMV, quando não houver, no orçamento fiscal e da seguridade social, rubrica específica correspondente à contabilização dos adiantamentos concedido pelo Fundo; c) no tocante à elaboração da proposta orçamentária do MCidades para 2017, a SOF encaminhou ao MCidades o Ofício nº 04/SOF/MP, de 18/7/2016, com o referencial monetário para a elaboração da proposta orçamentária de 2017, onde incluiu alerta sobre a necessidade do órgão observar as determinações do Acórdão 3297/2015-Plenário-TCU; e d) ainda, no que diz respeito à elaboração da proposta orçamentária de 2017, o MCidades encaminhou, à SOF, o Ofício nº 105/2016/SEI/SPOA/SE-MCidades, de 29/7/2016, onde propôs a criação de ação específica para atender à determinação do TCU.

Em resposta, a SOF encaminhou, por meio do Ofício nº 48712, de 12/8/2016, a Nota Técnica nº 11355/2016-MP, de 9/8/2016, onde, por razões técnicas, discorda da proposta do MCidades e aponta outra solução para atender ao Acórdão nº 3.297/2015 - TCU - Plenário, de 9/12/2015, que, em linhas gerais, refere-se a procedimentos orçamentários que preveem a utilização da fonte de recursos “146 - Operações de Crédito Internas - em Moeda”, de modo a enquadrar o adiantamento do Fundo nos moldes determinados pelo TCU. Assim sendo, acredita-se ter atendido a determinação 9.3 do Acórdão 3297/2015-Plenário-TCU.

## Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público ( Segrt)

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
00688.000767/2015-41	2377/2015TC 003.993/2014-0	9.4	Ofício15342/2015-TCU/SEFIP, de 9/10/2015	Houve fusão entre as Secretarias de Gestão Pública (Segep) e Secretaria de Relações de Trabalho (SRT), e a Segrt, tomou ciência em 18/2/2016.
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público				
Descrição da determinação/recomendação				
9.4. Dar ciência do inteiro teor desta deliberação aos órgãos centrais de gestão de pessoal da APF dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, para que deem conhecimento do item 9.3 deste Acórdão aos interessados, cujos atos de pensão tiveram registro negado por este Tribunal, com base no entendimento firmado no Acórdão 2.515/2011-TCU plenário.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Por recomendação da Conjur/MP, foi realizada nova consulta ao TCU, em dez/2016. Atualmente, encontra-se em análise Proposta de Orientação Normativa que trata de concessão de pensão civil, nos termos do Acórdão nº 2377/2015-TCU-Plenário.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
03000.203304/2015-18	2638/2015-TC 019.290/2014-4	9.3 e 9.4	Aviso nº 781-Seses-TCU-Plenário – 22/10/2015 – CGNOR/SEGEP – 06/11/2015	Houve fusão entre as Secretarias de Gestão Pública (Segep) e Secretaria de Relações de Trabalho (SRT), e esta Segrt, tomou ciência – 17/12/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público				
Descrição da determinação/recomendação				
9.3. Dar conhecimento deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), à Controladoria-Geral da União em Minas Gerais (CGU-MG), ao MP e ao Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros (APUBH); 9.4. Dar conhecimento deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao MP, recomendando que avalie a conveniência e a oportunidade de rever a Orientação Normativa MPOG/SRH/11/2010, à luz da presente decisão;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A Segrt está reavaliando os impactos orçamentários acerca de aplicação de novo entendimento do Parecer Opinitivo do TCU sobre a Base de cálculo da vantagem do art. 192 da Lei nº 8.112/90 - Acórdão nº 2638-42/15 - TCU - Plenário.				

## Secretaria de Coordenação de Governança das Empresas Estatais (Sest)

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 023.312/2011-4	1064/2016-TCU-Plenário	9.5	Ofício 1107/2016-TCU/Secex-AM, de 13.5.2016	23.5.2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão				
Descrição da determinação/recomendação				
Determinar ao MP que oriente as empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto (empresas públicas, sociedades de economia mista, subsidiárias e controladas e demais empresas estatais) para que não repassem recursos financeiros a órgãos ambientais de qualquer esfera, seja ela federal, estadual ou municipal, a título de execução de compensação ambiental de forma indireta, uma vez que não há previsão legal para que os recursos destinados pelo empreendedor, para apoiar a implantação e manutenção de unidades de conservação, sejam arrecadados, geridos ou gastos pelos órgãos públicos responsáveis pela fiscalização ambiental ou pela gestão das unidades de conservação.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Sobrestamento. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) apresentou recurso com efeito suspensivo em 25.5.2016.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
032.651/2013-9	8.909/2015	9.2, 9.3.3 e 9.4	Email da Consultoria Jurídica do MP	21.10.2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Departamento de Coordenação e Governança de Empresas Estatais				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>O TCU realizou auditoria na remuneração dos Diretores da empresa Indústrias Nucleares do Brasil (INB), empresa dependente. Ao final, decidiu-se: i) suspender o pagamento de gratificação natalina para o Diretor da INB (item 9.2 do Acórdão); ii) avisar o Dest que o pagamento de gratificação natalina para Diretor de empresa dependente é ilegal (item 9.3.3); e iii) abrir processo separado para examinar o pagamento de gratificação natalina pela INB, a partir de 2013, por recomendação do Dest (item 9.4). Essa decisão se baseou na Súmula TCU nº 171, transcrita a seguir.</p> <p>“Carece de amparo legal o pagamento de quaisquer vantagens, entre as quais a gratificação instituída pela Lei nº 4.090, de 13.07.62, oriundas da condição de 'empregado', a membro de Diretoria de empresa pública ou sociedade de economia mista, excetuados, apenas, os que hajam exercido regularmente a opção prevista nos §§ 1º e 2º do art. 4º, acrescidos ao Decreto-lei nº 1.798, de 24.07.80, pelo Decreto-lei nº 1.884, de 17.09.81”</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>2016 - A Sest: aguarda a análise do TCU quanto ao embargo de declaração; e tem orientado as empresas estatais federais a observar o referido acórdão, quando cabível;</p> <p>2015 - O Dest adotou as seguintes providências: interpôs embargo de declaração junto ao TCU em 3.11.2015; e encaminhou cópia do acórdão a todas as empresas estatais federais (Ofício Circular nº 347/2015-MP, de 30.11.2015).</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
029.389/2014-3	2.600/2016	9.2 e 9.3	Ofício nº 10482/2016-TCU/Sefip, de 25/10/2016	Novembro 2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Departamento de Coordenação e Governança de Empresas Estatais/Secretaria				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>Trata-se de representação autuada pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip), por força do subitem 1.8.4 do Acórdão nº 5.815/2013-2ª Câmara, verbis: “(...) 1.8.4. encaminhe cópia das peças 45 e 46 à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para que verifique as medidas implementadas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – Dest/MP em função do item 1.6 do Acórdão 7.456/2010-TCU-2ª Câmara e, se for o caso, para que autue processo específico com o objetivo de apurar o eventual pagamento da gratificação natalina fundamentada nas Leis nos 4.090/1962 e 4.749/1965, cumulativamente com a parcela prevista no § 2º, alínea ‘c’, do art. 3º do Decreto-Lei nº 2.355/1987, na remuneração dos dirigentes das empresas públicas ou sociedades de economia mista vinculadas dependentes de recursos federais para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral;”</p> <p>O TCU teve como objetivo apurar o “eventual pagamento da gratificação natalina fundamentada nas Leis nos 4.090/1962 e 4.749/1965, cumulativamente com a parcela prevista no § 2º, alínea ‘c’, do art. 3º do Decreto-Lei nº 2.355/1987, na remuneração dos dirigentes das empresas públicas ou sociedades de economia mista vinculadas, dependentes de recursos federais para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral”. Os autos foram direcionados ao representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, o qual opinou que a presente representação seja considerada, parcialmente, procedente, a fim de ser comunicado à Sest, que o TCU considera irregular o pagamento da gratificação natalina aos diretores de empresas estatais dependentes de recursos federais para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral, remunerados na forma do caput do art. 3º do Decreto-Lei nº 2.355/87.</p> <p>O Tribunal determinou à Sest :”que adote as providências de sua alçada, nos termos do art. 40, inciso VI, alínea “i”, e parágrafo único, do Decreto 8.818/2016, em face do pagamento de gratificação natalina aos diretores do Banco do Nordeste do Brasil S/A (Acórdão TCU nº 8.909/2015), em desacordo com os princípios da economicidade, da eficiência e da indisponibilidade do interesse público, consoante entendimento expresso no subitem 9.2.1 deste Acórdão, fixando o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência, para que informe a este Tribunal sobre as providências adotadas e resultados alcançados”.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>A Sest apresentou, no prazo regimental, embargo de declaração a fim de se buscar esclarecimentos sobre o alcance temporal do entendimento daquela Corte de Contas e, conseqüentemente, maior clareza quanto as providências a serem tomadas (Ofício nº 69.279/2016, de 08.11.2016; e encaminhou o Acórdão nº 2.600/2016 por meio de Ofícios Circulares às empresas estatais (Ofício nº 771/2016-MP), aos Ministérios Supervisores (Ofício nº 773/2016-MP) e aos Conselheiros de Administração (Ofício nº 774/2016-MP), todos em 17.11.2016, informando sobre a apresentação de embargo de declaração junto ao TCU e link para seu acompanhamento.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
021.932/2014-0	2.322/2015	9.6 e 9.7	Ofício nº 0655 /2015-TC11/SecexEstataisRJ, de 29/9/2015	Março 2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Departamento de Coordenação e Governança de Empresas Estatais/Secretaria				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>O TCU avaliou os instrumentos e mecanismos de planejamento, gestão e controle utilizados por Furnas para garantir o alcance dos objetivos e os resultados com os empreendimentos estruturados sob a forma de sociedades de propósito específico (SPE). Os trabalhos de auditoria do TCU tiveram por escopo avaliar precipuamente: (i) critérios de seleção de parceiros; (ii) escolha de funcionários para atuar nos conselhos diretivos; (iii) estruturas internas de governança das sociedades; e (iv) conflitos de interesse em casos de sócios privados que atuam como fornecedores no negócio.</p> <p>O disposto no Acórdão e o Voto para o Dest/Sest foram respectivamente: “determinar ao Dest que avalie os mecanismos de governança das empresas estatais nas suas participações em Sociedades de Propósito Específicos (SPE) e promova os necessários aprimoramentos com vistas a evitar a ocorrência de achados semelhantes aos identificados no presente trabalho;”</p> <p>“Entendo, outrossim, pertinente envolver o Dest na solução dos achados apontados pela equipe de fiscalização. Os achados de auditoria relacionados às atribuições do Dest/Sest foram:</p> <p>(...)</p> <p>c) insuficiência de regras sobre seleção e desempenho de conselheiros;</p> <p>d) fragilidade das estruturas internas de governança corporativa;</p> <p>(..)</p> <p>f) perda de rentabilidade em projetos associados a SPE.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>O Dest/Sest encaminhou resposta ao TCU por e-mail, em 4.4.2016, descrito a seguir:</p> <p>Dentre as competências do Dest, previstas no Decreto 8578/205, artigo 8º, inciso XI, consta:</p> <p>“contribuir para o aumento da eficiência e transparência das empresas estatais e para o aperfeiçoamento e integração dos sistemas de monitoramento econômico-financeiro e para o aperfeiçoamento da gestão dessas empresas”.</p> <p>O Decreto nº 3735/2001, artigo 1º, parágrafo 1º define empresa estatal como:</p> <p>(..) consideram-se empresas estatais federais as empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto. (grifo nosso)</p> <p>Sendo assim, o acompanhamento realizado pelo Departamento restringe-se às SPEs controladas diretamente ou indiretamente pelas empresas estatais. De toda sorte, informam-se a seguir as providências tomadas pelo Dest e que se relacionam com os achados do Acórdão:</p> <p>i. insuficiência de regras sobre seleção e desempenho de conselheiros;</p> <p>competência do Dest:</p> <p>inciso V do artigo 8º (Anexo I do Decreto 8.578/2015): operacionalizar a indicação, coordenar e orientar a atuação de representantes do Ministério nos conselhos de administração de empresas;</p> <p>O Dest, para o cumprimento da referida atribuição: realiza anualmente Seminários aos Conselheiros sobre governança corporativa; promove parcerias para realização de treinamentos; encaminha orientação para atuação nas Assembleias em assuntos de sua competência; tem equipe especializada para atendimento e orientação ao Conselheiros; envia mensalmente ao Conselheiro cópia de todas as análises efetuadas pelo Dest referentes aos assuntos de sua competência, por exemplo: destinação de resultado, remuneração de dirigentes (incluindo a variável), análise e avaliação de empresas ; e foi aprovada pelo Grupo Executivo da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (Cgpar), Resolução sobre os requisitos mínimos para atuação como Conselheiro.</p> <p>ii. fragilidade das estruturas internas de governança corporativa;</p> <p>O Dest realiza anualmente Seminário de Governança Corporativa com as empresas estatais para difundir melhoras práticas de governança corporativa; ao analisar os pleitos de criação, assunção, fusão e cisão de empresas, e outros, os quais tenham por consequência a elaboração ou alteração de estatuto, inclui ajustes relativos à estrutura de governança corporativa como a previsão de assembleia geral, auditoria interna, Conselho Fiscal, entre outros; encaminhou para tramitação Resolução da Cgpar, já aprovadas pelo Grupo Executivo, sobre a obrigatoriedade de implementação de Comitê de Auditoria em todas as estatais; orienta que as empresas estatais devem realizar suas operações de acordo com as normas da Lei das S.A nº 6.404/76; disponibiliza em seu sítio</p>				

eletrônico (<http://prod.planejamento.gov.br/assuntos/empresas-estatais/legislacao/resolucao>) as seguintes Resoluções Cgpar:

Resolução Cgpar nº 7, de 29/9/2015: Estabelece a obrigatoriedade para os conselhos fiscais das empresas estatais federais de adotar plano de trabalho anual;

Resolução Cgpar nº 6, de 29/9/2015: Estabelece a obrigatoriedade para as empresas estatais federais de submeter suas demonstrações financeiras anuais à auditoria independente;

Resolução Cgpar nº 5, de 29/9/2015 : Estabelece a obrigatoriedade para as empresas estatais federais de divulgar em seus respectivos sítios eletrônicos as informações que menciona e de manter canal de atendimento e recebimento de denúncias;

Resolução Cgpar nº 3, de 31/12/2010: Trata da adoção, pelas empresas estatais, das diretrizes, objetivando o aprimoramento das práticas de governança corporativa, relativas ao Conselho de Administração;

Resolução Cgpar nº 2, de 31/12/2010: Trata da adoção, pelas empresas estatais, das diretrizes objetivando o aprimoramento das suas práticas corporativas

iii. perda de rentabilidade em projetos associados a SPE.

O Dest, ao analisar os pleitos de criação e assunção de empresas, solicita a utilização de indicadores relacionados à rentabilidade: TIR, VPL, Payback, EBITDA, ROI, ROA, bem como o acompanhamento e a atualização periódica dos planos de negócios. Encontra-se em andamento Projeto de elaboração de planilha de viabilidade econômico-financeira com itens padronizáveis mínimos para orientação às empresas estatais, bem como premissas que devem ser utilizadas na elaboração de Plano de Negócios. Este deverá ser composto por: Plano Estratégico, Plano de viabilidade econômico-financeiro, Plano Operacional e Plano de comunicação, se for o caso.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 029.351/2015-4	6751/2016 - 1ª Câmara	1.7.2	Ofício 865/2016-TCU/Sefit, de 18.11.2016	30.11.2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest/MP)				
Descrição da determinação/recomendação				
...				
1.7.2. à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério da Fazenda e à Sest que adotem, no prazo de noventa dias, providências para que não ocorram novos aportes ao Serpro sem a respectiva classificação da empresa como estatal dependente, em atenção ao disposto no art. 2º, inciso III, da Lei Complementar 101/2000;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A normatização de critérios para enquadramento de empresas como estatal dependente e não dependente deverá ser efetuado pela Cgpar, por meio de Resolução. A escolha desse instrumento está em consonância com o impacto das decisões relacionadas à alteração na classificação das empresas para a sua gestão, para a política fiscal do governo e para a viabilidade futura das empresas como negócio viável e sustentável.				
A repercussão da decisão sobre enquadramento de qualquer empresa como dependente de imediato obrigará a inclusão no orçamento fiscal e da seguridade, todas suas operações relacionadas a gestão financeira e orçamentária deverão ser desenvolvidas em sistemas como o Siafi e Siape. Inclusive, a empresa precisará seguir as regras de gestão estabelecidas para a administração direta.				
Ademais, a classificação de empresa estatal no orçamento fiscal e da seguridade por meio do seu enquadramento como empresa dependente provocará maior concorrência pelos recursos desses orçamentos. Isso se deve a restrição ao crescimento das despesas daqueles orçamentos após a aprovação da Emenda Constitucional nº 95 de 2016, também conhecida como Emenda do Teto do Gasto, que restringe a expansão das despesas a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Do exposto, o enquadramento de empresas estatais como dependente e sua conseqüente inserção no Orçamento Fiscal e Seguridade trará conseqüências importantes na gestão da empresa e na gestão fiscal. Por isso, há a necessidade de se construir regras negociadas com os Ministérios Setoriais, Ministério da Fazenda, Casa Civil e Ministério do Planejamento.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 19.681/2012-7	3561/2014 - PLENÁRIO	9.2, 9.3 e 9.4	Ofício 0568/2014-TCU/Semag, de 16/12/2014	19/12/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest)				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.2. (...), determinar ao Dest/MP, em virtude das deliberações do Acórdão 3.145/2011-TCU-Plenário, que:</p> <p>9.2.1. formalize e apresente, no prazo de 30 (trinta) dias, agenda que contemple, entre outros aspectos, cronograma de atividades com atores externos e internos ao órgão, no sentido de demonstrar, efetivamente, a adoção de ações pertinentes ao pleno cumprimento da determinação aposta no subitem 9.1.2 do Acórdão referido;</p> <p>9.2.2. esclareça, com base no detalhamento apresentado no Quadro 2 do anexo do relatório de monitoramento, sobre as divergências apresentadas no Quadro 4 do mesmo relatório, e informe as medidas adotadas em relação aos fatos apurados (subitem 9.1.3 do Acórdão referido);</p> <p>9.2.3. realize (...), para o exercício de 2015, as seguintes modificações e segregações no Programa de Dispêndios Globais (PDG), no sentido de inserir itens orçamentários referentes às inversões financeiras direcionadas às controladas em conjunto, às Entidades de Propósito Específico (EPE) controladas e às empresas estatais controladas pelos demais entes da Federação, bem assim avaliar a possibilidade de criação de subitens que melhor caracterizem a natureza da entidade para a qual são destinados recursos financeiros, informando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre as ações adotadas no sentido de garantir o efetivo cumprimento da deliberação (subitem 9.1.4 do Acórdão referido);</p> <p>9.2.4. apresente a este Tribunal, no prazo de trinta dias, agenda que contemple, entre outros aspectos, cronograma de atividades com atores externos e internos ao órgão, no sentido de demonstrar, efetivamente, a adoção de ações pertinentes ao inteiro cumprimento da determinação inserta no subitem 9.1.5 do Acórdão referido, acompanhada de elementos concretos (cópia de comunicações externas e internas, notas técnicas, relatórios etc.);</p> <p>9.2.5. apresente a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, informações atualizadas sobre o estágio em que se encontra o projeto de elaboração do Manual Técnico do Orçamento de Investimentos (subitem 9.2 do Acórdão referido).</p> <p>9.3. (...), recomendar ao Dest, que, em razão de sua competência para contribuir com a transparência das empresas estatais e aperfeiçoamento dos sistemas de monitoramento econômico-financeiro e gestão dessas empresas, (...), desenvolva metodologia no sentido de fazer constar do PDG as despesas ou dispêndios por fonte de recursos, evidenciando a aplicação dos recursos direcionados ao atendimento de disposições legais e compromissos gerenciais formalizados, que impliquem a necessidade de suas vinculações a certas receitas ou recebimentos.</p> <p>9.4. (...), determinar à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério da Fazenda e ao MP que, em conjunto, e com o apoio técnico do Dest/MP, em razão (...), desenvolvam, ouvidos os ministérios supervisores e as empresas estatais aos quais estão vinculadas, metodologia que permita a apuração objetiva do atributo da dependência das empresas estatais em relação ao ente controlador, segundo definição estabelecida (...), considerando as características da atividade econômica da estatal ou do grupo a que pertença, e, para fins de apuração das necessidades de financiamento, a natureza dos recursos recebidos e despendidos, excluindo-se, para tanto, os recursos adicionais obtidos diretamente de investidores e credores, e incluindo-se aqueles que refletem as mudanças em seus recursos econômicos e reivindicações que resultam em aumento dos recursos econômicos disponíveis.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>O item 9.2 foi cumprido, conforme relatado no Relatório de Gestão de 2014.</p> <p>O item 9.4 foi discutido internamente no Dest e chegou-se à conclusão de que o instrumento adequado seria a edição de Resolução Cgpar sobre a matéria. O Grupo Executivo da Cgpar, em sua 79ª Reunião, de 27/07/2015, concordou em iniciar os debates sobre a futura norma.</p> <p>O item 9.3 não pode ser implementado por impossibilidade técnica, conforme relatado no Relatório de Gestão 2015.</p>				



Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 006.373/2013-5	1521/2016-Plenário	9.6. 9.8.	Ofício 0294/2016-TCU/SecexAdministração, de 21.6.2016	28.6.2016
<b>Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação</b>				
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest)				
<b>Descrição da determinação/recomendação</b>				
<p>(...)</p> <p>9.6. fixar em 31/12/2016 a data-limite para que o MP, por intermédio do Dest/MP, envie a este Tribunal, no formato a seguir apresentado, o plano de que trata o subitem 9.2 do Acórdão 2.303/2012-Plenário, devidamente atualizado, de substituição de terceirizados irregulares das empresas mencionadas no subitem anterior desta deliberação, bem como as justificativas, complementadas por documentos comprobatórios, no caso de alteração no cronograma de substituição;</p> <p>(...)</p> <p>9.8. fixar em 31/12/2016 a data-limite para que o MP, por intermédio do Dest/MP, envie a este Tribunal, de forma consolidada, as justificativas que respaldem as informações apresentadas pelas empresas mencionadas no subitem anterior desta deliberação, adicionadas por documentos comprobatórios, no que diz respeito à não-identificação de terceirização irregular;</p> <p>(...)</p>				
<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>				
<p>A Sest interpôs pedido de reexame contra o Acórdão nº 1521/2016-Plenário em virtude das determinações constantes nos itens 9.6 e 9.8 não possuírem relação direta com as atribuições legais desta Secretaria e por determinar novas e elevadas obrigações que extrapolam suas competências, consumirem recursos finalísticos e destoarem das determinações anteriores sobre o mesmo objeto, vide os Acórdãos nº 2.132/2010 e nº 2.303/2012.</p> <p>O TCU informou (Ofício nº 0397/2016-TCU/SecexAdministração, de 5.8.2016) que conferiu efeito suspensivo aos itens 9.5 a 9.8 do Acórdão nº 1521/2016, em Despacho exarado nos autos do processo pelo Relator, Ministro Bruno Dantas, apenas em relação à Sest, implicando também o desnecessário encaminhamento das informações requeridas às empresas estatais ao Tribunal até a apreciação definitiva do recurso – o que, até o momento, não ocorreu.</p> <p>Portanto, as providências para cumprimento das determinações e recomendações concernentes a esta Secretaria constantes no presente Acórdão estão em suspenso até segunda ordem do TCU.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
020.145/2015-2.	2339/2016	9.4	CD e Apresentação	Setembro 2016
<b>Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação</b>				
Departamento de Coordenação e Governança de Empresas Estatais				
<b>Descrição da determinação/recomendação</b>				
<p>O TCU elaborou relatório de consolidação das auditorias integrantes dos trabalhos de Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) – Governança e Gestão das Aquisições (Ciclo 2015), com vistas a avaliar as práticas de governança e gestão de aquisições na APF e se essas estão aderentes às boas práticas e à legislação correlata. Ao final, recomendou à Cgpar que avaliem as orientações contidas no presente Acórdão e adotem as medidas necessárias à implementação na sua esfera de atuação.</p>				
<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>				
<p>A Sest efetuou as seguintes providências: orientou as empresas a avaliarem seus próprios processos de aquisição com base nas fragilidades apontadas pelo TCU (Ofício circular nº 117/2016-MP); sugeriu às empresas que criem norma própria sobre governança de aquisições com base no material do TCU (Ofício Circular nº 360/2016-MP); elaborou plano com ações a ser implantado de forma a cumprir a determinação do referido órgão, cujas ações da CGGOV foram: i) elaborar e apresentar minuta de norma Cgpar sobre governança de aquisições ao Grupo Executivo; ii) discutir a minuta de Norma Cgpar com as empresas estatais; e enviar a minuta de resolução para assinatura dos Ministros. A minuta de norma Cgpar está em fase final de elaboração e a discussão do documento com as estatais está prevista para até o final de março/2017.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 025.043/2015-3	2915/2016 – TCU Plenário	9.1		23.05.2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão				
Descrição da determinação/recomendação				
9.1 Plano de Ação para sustentabilidade econômico-financeira da Infraero, com: 9.1.1. prazos, metas e responsáveis pela implementação das medidas; 9.1.2. benefícios esperados de cada medida; 9.1.3. sistemática de controle e avaliação, com indicadores para acompanhamento das medidas.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Foi atendido o teor do acórdão, através da Nota técnica nº. 100/2017/SE-SCA/SAC-MT				

Em 2016, além dos Acórdãos acima mencionados, a Sest tratou de outros instrumentos, que encontram-se cumpridos em 2016:

- 1) Acórdão 4.364/2015-TCU-1ª Câmara – determinou a revisão das indicações no Conselho de Administração da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. A Cgpar interpôs pedido de reexame, cuja admissibilidade foi aceita pelo TCU, em 18/1/2016. O Acórdão nº 2449/2016 conheceu o pedido de reexame para, no mérito, dar-lhe provimento, de modo a tornar insubsistente a determinação.
- 2) Acórdãos nº 2.328/2015 e nº 2.622/2015 - TCU - Plenário – envio do Ofício Circular nº 360/2016-MP às empresas estatais em 10 de maio de 2016, em complemento às recomendações anteriores sobre o tema e, tendo em vista a relevância do assunto, orientando para que instituassem, ou revisassem, caso já existam e se necessário, normativos internos que versassem sobre processos de governança e gestão das aquisições.
- 3) Acórdão 754/2015-TCU-Plenário – Processo TC 015.239/2012-8 - determinou que o Dest, Departamento substituído pela Sest, orientasse os gestores das áreas responsáveis por conduzir licitações, inclusive os dos órgãos sob seu controle de atuação administrativa e financeira, para que autuem processo administrativo com vistas à apenação das empresas que praticarem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei 10.520/2002. E alertem de que tal dispositivo tem caráter abrangente e abarca condutas relacionadas não apenas à contratação em si, mas também ao procedimento licitatório e à execução da avença, e divulgassem que estão sujeitos a sanções os responsáveis por licitações que não observarem a orientação do item 9.5.1. Em atendimento, o antigo Departamento encaminhou Ofício Circular nº 14/Dest-MP a todas as empresas estatais.
- 4) Autos 005.406-2013-7 – Ofício 0382/2016-TCU/SecexEstataisRJ, solicitando informações sobre a participação de membros do conselho de administração em empresas estatais no período compreendido entre 01/01/2005 e 31/12/2008. Solicitação atendida por meio do Ofício 45930/2016-MP, em 2/8/2016.
- 5) Acórdão TCU-Plenário nº551/2016 – Envio dos ofícios circulares nº 295, aos presidentes das estatais, e 296 aos representantes do MP em conselhos de administração das estatais federais, orientando cada estatal a instituir norma interna própria disciplinando a cronologia de pagamentos a seus fornecedores.
- 6) Acórdão 3580/2016-TCU-2ª Câmara – envio do Ofício nº 27438/2016-MP ao TCU, prestando esclarecimentos e encaminhando a Nota Técnica nº 54/Cgcor/Dest/SE-MP, de

12/2/2015, que tratou da matéria, e a Nota Técnica nº 194/Cgcor/Dest/SE-MP, de 20/4/2015, na qual a Sest reiterou imediatamente o apontamento do TCU na instrução de voto da Assembleia Geral da Eletrosul.

- 7) Acórdão 600/2016-TCU-Plenário e Acórdão 2322/2015-TCU-Plenário – envio dos Ofícios nº 26448/2016-MP e nº 26488/2016-MP, informando ao TCU das providências: a) Aprovação de Resolução Cgpar sobre requisitos de estatutários, código de conduta e fato relevante, que é aplicável também para participações minoritárias, inclusive SPEs, b) “Caderno de Orientação” recomendando que os Conselheiros de Administração das estatais avaliem se o sistema de governança das investidas (inclusive SPEs) é adequado para atender os interesses da estatal investidora, c) a Sest está aperfeiçoando a base de dados do Siest para exigir maior detalhamento das estatais sobre inversões financeiras em participações societárias, inclusive SPEs.
- 8) Acórdão TCU 2322/15 - foi encaminhado à Eletrobrás, Petrobras e Banco do Brasil, principais estatais investidoras em participações, para ciência e providências cabíveis, por intermédio dos Ofícios MP nº 17.135, 17.136 e 17.137, expedidos em 01.04.2016.
- 9) Acórdão TCU-Plenário nº 864/2016 – envio de ofício ao TCU informando que a Cgpar editou a Resolução nº 9, de 10.05.2016, que regulamenta a supervisão e fiscalização pelas estatais das entidades fechadas de previdência complementar por elas patrocinadas, em cumprimento ao artigo 25 da Lei Complementar nº 108/2001. Em complemento, considerando o item 9.5.2 do Acórdão e o art. 5º da Resolução Cgpar nº 9/2016, o Dest orientou as empresas estatais federais a divulgarem aos participantes e assistidos os fatos relevantes que tenham impacto significativo nos planos de benefícios ou que evidenciem seus interesses.
- 10) Acórdãos 1.233/2012-TCU-Plenário – Processo TC 011.772/2010-7 e 2.585/2012-TCU-Plenário – Processo TC 007.887/2012-4 - foi publicada no DOU de 11/05/2016, a Resolução Cgpar nº 11, que trata da Governança de TI das Empresas Estatais, disciplinando os diversos itens solicitados nos Acórdãos citados. Destaca-se, ainda, que o extinto Dest, na função de Secretária Executiva da Cgpar e de Coordenador do Grupo Executivo daquela Comissão, realizou, ainda em 16/04/2015, o Seminário “Governança de TI das Empresas Estatais”. O evento teve como público-alvo os Gestores de TI das Empresas Estatais Federais, compartilhou experiências, disseminou conhecimento e mostrou avanço das empresas estatais em relação à maturidade da governança de tecnologia da informação. Foram apresentados quatro painéis pelos seguintes convidados: TCU, Banco do Brasil, Dataprev e Deloitte.
- 11) Acórdão 1220/2016 - TCU - Plenário - envio dos ofícios circulares nº 442 e 443/2016-MP aos presidentes da estatais e aos conselheiros informando que: a) não é cabível a contratação direta, sem licitação, de empresa investida na qual a estatal não detém a maioria do capital votante, b) a criação de estatal federal, inclusive subsidiária ou assunção de controle, e a aquisição de participação minoritária dependem de expressa autorização legal e, no primeiro caso, também do Sest, c) eventual criação de estatal ou aquisição de participação minoritária de forma irregular poderá receber determinação para desfazimento ao fim do exercício subsequente à operação; e d) a assinatura de acordo de acionistas por estatal depende de prévia do Ministério da Fazenda, salvo nos casos de empresa de participações.
- 12) Ofício de Requisição nº 04-424/2015 - TCU/SeinfraAeroTelecom – envio do Ofício nº 424/2015-MP ao TCU encaminhando a Nota Técnica SEI nº 5353/2015-MP, de 02.12.2015,

com dois anexos (Plano de Negócios e Relatório GT). A resposta foi antecipada por e-mail, cumprindo-se assim o prazo de 15 dias a partir da ciência pelo Dest, em 17.11.2015.

- 13) Acórdão 1662/2015 - TCU - Plenário – foi enviado ao TCU o Ofício nº 35812/2016-MP encaminhando cópia dos Ofícios Circulares nº 455 e 456/2016-MP, por intermédio dos quais orienta cada empresa estatal federal a exigir garantias contratuais para fazer face a adiantamentos de pagamentos.
- 14) TC 025.043/2015-3 – envio do Memorando nº 9210/2016-MP ao TCU encaminhando, para ciência, cópia do Ofício nº 43759/2016-MP e da Nota Técnica nº 10577/2016-MP, que tratam de resposta do extinto Dest à solicitação do TCU (Ofício 0298/2016-TCU/SeinfraAeroTelecom, de 7.7.2016) de pronunciamento deste Ministério sobre versão preliminar de Relatório de Auditoria Operacional para Avaliar a Sustentabilidade Econômico-Financeira da Infraero depois das Concessões Aeroportuárias.
- 15) Acórdão nº 1413/2016, processo TC 034.365/2014-1 – de 19/7/2016, que trata da análise das operações de financiamento à exportação de serviços a ente público estrangeiro, operadas pelo BNDES, e por meio do qual solicita manifestação referente ao Acórdão 1413/2016 - TCU - Plenário, encaminha Ofício AT-107/2016-BNDES, de 1º/8/2016, e anexos. A Sest enviou Ofício nº 43575/2016-MP aos Conselheiros de Administração representantes do MP no BNDES, recomendando providências para implementar e monitorar o cumprimento do referido Acórdão TCU nº 1.413/2016/Plenário - Fiscalização de financiamentos concedidos pelo BNDES, entre 2005 a 2014, para exportações de ente público estrangeiro. Encaminhou cópia do Acórdão nº 1.413/2016 do TCU, que trata da fiscalização de financiamentos no exterior concedidos pelo BNDES, entre 2005 a 2014, e do Ofício nº 43388/2016-MP, de 21.07.2016, pelo qual o MP solicita a adoção das providências cabíveis, considerando nova vinculação dada pela Medida Provisória nº 726/16, art. 7º, parágrafo único, inciso V.
- 16) Acórdão 2766/15 – a Sest respondeu o Ofício nº 841/2016-TCU/SecexPrevidência, de 05.12.2016, por meio do Ofício nº 77.766/2016-MP, de 22.12.16, com informação de não ter recebido nenhum pleito do BNDES sobre assunção de compromissos perante o fundo de pensão daquela empresa.
- 17) Acórdão nº 2212/2015 - Governança de Gestão de pessoas: com a elaboração, o planejamento, a execução e o cumprimento do cronograma do plano de ação do Compartilhamento de Práticas de Gestão de Pessoas das Empresas Estatais Federais - Ciclo 2016, a Sest atendeu às recomendações constantes no item 9.3 do acórdão. Em relação às determinações constantes nos itens 9.4 e 9.8, por sua vez, foram atendidas com a apresentação do Acórdão ao Grupo Executivo da Cgpar, que tomou ciência em sua 83ª Reunião Ordinária, realizada em 11.12.2015 e envio do plano de ação, que deu-se com o encaminhamento do Ofício nº 21767/2016-MP e da Nota Técnica nº 5178/2016-MP, ambos de 19.4.2016, à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip/TCU).
- 18) Acórdão nº 1.192/2016 - Diligências por parte do TCU com o objetivo de verificar a extrapolação do limite do quantitativo de pessoal próprio da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ). As determinações do TCU foram atendidas com o estabelecimento do prazo de 120 dias, contados a partir de 7.6.2016, para que a CDRJ adeque seu quadro de pessoal ao limite máximo de 865 empregados (Ofício Dest/MP nº 30535/2016, de 2.6.2016). Informa-se que foi dada ciência do assunto ao Sr. Secretário-Executivo do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, para conhecimento e providências julgadas cabíveis (Ofício nº 31589/2016-MP, de 2.6.2016) e ao Presidente do Conselho de

Administração da CDRJ, ao Conselheiro Representante do MP e ao Secretário-Executivo do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil para acompanhamento das ações da CDRJ destinadas à adequação do seu quadro de pessoal ao limite fixado, dentro do prazo estabelecido. Em acompanhamento do Acórdão (Ofício n.º 3466/2016-TCU/Secex - RJ, de 4.11.2016) o TCU solicitou informar se a CDRJ adequou seu quadro de pessoal ao limite máximo de 865 empregados, conforme estabelece a Portaria Dest/MP n.º 17, de 22/12/2015. A Sest informou que a empresa permanecia com a extrapolação do limite de quadro (Ofício n.º 73576/2016-MP e Nota Técnica n.º 16688/2016-MP).

- 19) Acórdão 1338/2014 – acompanhamento da observância, mediante relatório mensal de execução orçamentária, elaborado pelas empresas estatais, e ofício circular n.º 743/2016-MP, de 8 de novembro de 2016, pelas empresas estatais não dependentes, integrantes do OI, da vedação estabelecida no inciso II do art. 167 da Constituição Federal e do limite aprovado para as respectivas fontes de financiamento na lei orçamentária. Um exemplo de providência para a correção de eventuais improbidades é o encaminhamento de ofício de tendência de extrapolação de orçamento ou ofício de extrapolação, caso a empresa não tenha cumprido o limite orçamentário.
- 20) Acórdão 2523/2016 – acompanhamento da obediência, também mediante relatório mensal de execução orçamentária. No ano de 2016, todas as empresas obedeceram à vedação estabelecida no inciso II do art. 167 da Constituição Federal.
- 21) Acórdão 1497/2016 – Dentre os apontamentos feitos pelo órgão de controle neste Acórdão, pelo menos um tem relação direta com o escopo de atuação da Sest: "9.2.13. execução de despesa em montante superior à dotação aprovada no Orçamento de Investimento pelas empresas estatais BNDES e Petróleo Brasileiro S.A., em desacordo com o disposto no inciso II do art. 167 da Constituição Federal (item 111.4.4);". Assim, em atendimento ao solicitado pelo TCU, foi encaminhada ao órgão, a Nota Técnica n.º 9890/2016-MPM, de 8/7/2016, com o relato das justificativas referentes aos apontamentos feitos às empresas BNDES e Petrobras.
- 22) Acórdãos 1233/12, 2585/12 e 3051/14 – Aprovada Resolução Cgpar referente à Governança de TI nas Estatais Federais, contemplando os apontamentos do TCU, respostas encaminhadas via ofícios Ofício n.º 27358/2016-MP e n.º 27392/2016-MP, ambos em 13/05/2016.

## Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos (Seplan)

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 011.713/2015-1	Acórdão 1942/2015 - TCU - Plenário	9.8	Ofício 0400/2015-TCU/SecexAmbiental, de 19/8/2015	26/08/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP)				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.8. determinar, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, combinado com art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, à Presidência da República, ao MP, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao Ministério do Meio Ambiente, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao Ministério da Justiça, ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, ao Ministério da Integração Nacional, à Secretaria da Receita Federal, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e ao Conselho Deliberativo a que se refere o Decreto 8.414/2015, que apresentem, conforme parágrafos 196,197 e 202 ao 207 do Manual Anop, aprovado pela Portaria Segecex 4/2010, no prazo de 120 dias, plano de providências para as determinações e às recomendações do relatório de Auditoria Operacional de Governança de Solos Não Urbanos (parágrafos 18-125).</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>O Item 9.8 trata da determinação de elaboração de plano de providências para as recomendações do relatório de Auditoria Operacional de Governança de Solos Não Urbanos. Entretanto, conforme Nota Técnica nº 5612/2015-MP, de 2/12/2015, encaminhada ao TCU, as recomendações que permanecem pendentes de cumprimento (9.3.3; 9.5; e 9.9) dependem de manifestação do Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Assim, a elaboração do plano de providências está condicionada à manifestação do Órgão Setorial, solicitando o apoio técnico do MP, que já se disponibilizou para prestar apoio metodológico e capacitação, caso demandado pelos respectivos ministérios. O MP participou, em 2016, de reuniões organizadas pela Casa Civil da Presidência da República para tratar da coordenação das ações para cumprimento das recomendações e determinações previstas no acórdão. Dessa forma, o MP está disponível para prestar apoio metodológico quando demandado pelos respectivos ministérios.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-023.984/2015-5	Acórdão N°782/2016 — TCU — Plenário	9.1.1 / 9.1.2 / 9.1.3 / 9.1.4 / 9.1.6	Aviso n° 311-Seses-TCU- Plenário de 14/04/2016	25/4/2016
<b>Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação</b>				
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP)				
<b>Descrição da determinação/recomendação</b>				
<p>9.1.1 estabeleça indicadores de efetividade para monitoramento da dimensão estratégica do Plano Plurianual 2016/2019;</p> <p>9.1.2 altere o conceito do atributo "indicador de programa temático", fornecendo parâmetros de qualidade e validade;</p> <p>9.1.3 disponibilize de forma estruturada e organizada na Internet valores esperados ao final do quadriênio para os indicadores dos programas temáticos;</p> <p>9.1.4 disponibilize de forma estruturada e organizada na Internet valores anuais de referência para as metas;</p> <p>9.1.5 detalhe os valores globais, tanto anualmente como por objetivos, disponibilizando a memória de cálculo de sua definição;</p> <p>9.1.6 proveja mais tempo para as discussões oficiais dos processos de elaboração para o próximo PPA, bem como para os processos de monitoramento e avaliação do PPA 2016/2019;</p>				
<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>				
<p>9.1.1: poderá ser atendida por ocasião da próxima revisão do PPA 2016-2019 e também pode ser incorporada como medida permanente nas próximas edições do Plano Plurianual. A iniciativa é selecionar um conjunto de indicadores estratégicos, ou seja, um rol de indicadores com papel representativo para acompanhamento da dimensão estratégica, que possam ser relacionados à visão de futuro, aos eixos estratégicos ou mesmo a algumas diretrizes estratégicas. Tais indicadores serão selecionados pelos órgãos responsáveis a partir dos indicadores dos programas temáticos, os quais terão destaque em relação aos demais, e devem constituir um número reduzido, a fim de facilitar sua interpretação e comunicação.</p> <p>9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4: suspensas pelo próprio TCU por meio do Ofício 0184/2016-TCU/Semag, de 12/7/2016, em atendimento a recurso apresentado pelo MP (por meio da Nota Técnica n° 6161/2016-MP, de 04/5/2016), para discussão conjunta e aprimoramento técnico da proposta.</p> <p>9.1.5: o relatório foi elaborado e publicado no sítio do MP no final do mês de outubro de 2016 (em <a href="http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual/relatorio-objetivos.pdf">http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual/relatorio-objetivos.pdf</a>).</p> <p>9.1.6: Em relação à elaboração, embora o prazo constitucional de envio do PPA ao Congresso Nacional (até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial, ou seja, 31 de agosto) represente uma restrição ao período de discussões oficiais dos processos de elaboração, a Secretaria está buscando aprimorar instrumentos e processos de modo a antecipar as discussões a respeito das políticas e dos atributos do Plano, compensando a restrição temporal. Em relação aos prazos dos processos de monitoramento e avaliação, a Seplan também está buscando aprimorar ferramentas de modo a se otimizar o tempo disponível para os mesmos. Por exemplo, em relação aos instrumentos, está prevista a atualização do Guia de Indicadores e a Construção de Catálogos de Indicadores e Metas. Já em relação aos processos, há previsão de inclusão de novos campos no Siop para captação de informações estratégicas, aperfeiçoamento do Relatório Anual de Avaliação do PPA e aprimoramento da participação social no monitoramento do PPA.</p> <p>Essas providências foram comunicadas ao TCU, por meio do Ofício n° 25785/2016-MP, de 6/5/2016, o qual encaminhou Nota Técnica n° 6161/2016-MP da SPI e Ofício n° 63772/2016-MP de 14/10/2016, o qual encaminhou Nota Técnica n° 14773/2016-MP.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-033.142/2015-7	Acórdão 948/2016 - TCU - Plenário	9.1.1 / 9.1.2 / 9.1.3 /	Aviso nº 330 -GP/TCU de 05/05/2015	10/05/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP)				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.1.1 disponibilize, em meio de amplo acesso público, as informações originais constantes dos Planos Plurianuais, relativas a valor global dos programas, valor de referência, indicadores, objetivos, metas e iniciativas, de forma a permitir a comparabilidade entre os valores inicialmente estimados e os incluídos por meio de revisões ocorridas no decorrer dos respectivos planos;</p> <p>9.1.2 crie mecanismos que promovam a melhoria da integração, articulação e diálogo institucional entre a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos e a Secretaria de Orçamento Federal, com o intuito de melhorar a integração entre planejamento e orçamento;</p> <p>9.1.3 aperfeiçoe os mecanismos de transparência, abertura e acessibilidade dos documentos e dados orçamentários, com ênfase na tempestividade, especialmente no que se refere à disponibilização dos relatórios de avaliação do PPA, do Orçamento Cidadão, atualizado conforme a lei orçamentária anual aprovada, e, para fins gerenciais, dos dados do Siop;</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>9.1.1: Os dados abertos dos Planos Plurianuais foram disponibilizados no link <a href="http://dados.gov.br/dataset?q=PPA&amp;sort=score+desc%2C+metadata_modified+desc">http://dados.gov.br/dataset?q=PPA&amp;sort=score+desc%2C+metadata_modified+desc</a>. A Seplan pretende manter as informações originais mencionadas permanentemente no link mencionado, de forma a permitir a comparabilidade entre os valores inicialmente estimados e os incluídos, por meio de revisões ocorridas no decorrer dos planos, em especial no vigente, o PPA 2016-2019.</p> <p>9.1.2: em relação a este item, a Seplan e a SOF vêm trabalhando para melhorar a integração entre planejamento e orçamento. Neste sentido, podem-se destacar as reuniões ocorridas para discussão da nova Lei de Finanças Públicas, a realização de estudos sobre a implementação de uma Estrutura Orçamentária de Médio Prazo, adaptada às condições nacionais, e à construção da estrutura do Sistema de Avaliação de Políticas Públicas e Revisão de Despesas (Siapre), a ser implementado no Governo Federal.</p> <p>9.1.3 Os dados e informações sobre o PPA vigente (2016-2019) encontram-se disponibilizados de forma bastante didática e organizada no link <a href="http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual">http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual</a>. A Seplan busca continuamente aperfeiçoar os mecanismos de transparência do PPA e dos dados do Siop, os quais serão acrescentados periodicamente no link mencionado.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 007.561/2015-6	ACÓRDÃO Nº 1594/2016 - TCU - Plenário	9.5.1 / 9.5.2 / 9.5.3	Ofício 8883/2016-TCU/Sefip, de 11/7/2016 e Aviso nº 581-GP/TCU de 13/07/2016	15/07/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), por meio da Secretaria de Orçamento Federal e da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.5.1. realize sistematicamente o planejamento da força de trabalho, inclusive com definições de perfil profissional, levando em consideração necessidades futuras do órgão;</p> <p>9.5.2. adote, a partir do atendimento à recomendação de definição de perfis profissionais, meios para aprimorar a análise da adequação dos aprovados ao perfil e ações de enfrentamento de possíveis desajustes;</p> <p>9.5.3. mantenha informações sobre concursos públicos autorizados, desde a solicitação até a execução do certame, que garantam o compartilhamento de conhecimento com responsáveis por tais processos no futuro;</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Em resposta aos itens mencionados, a SOF e a Seplan, em conjunto, elaboraram plano de ação para atendimento às recomendações e determinação do TCU, conforme Anexo da Nota Técnica Conjunta nº 44/2016-MP, de 04/10/16.				



Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-011.846/2015-1	ACÓRDÃO Nº 1071 — TCU — Plenário	9.6.1 / 9.6.2 / 9.6.3	Ofício 0129/2016- TCU/Semag, de 19/5/2016	30/05/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP)				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.6.1 à Casa Civil, ao Ministério do Esporte, ao Ministério da Justiça, ao Ministério da Defesa, ao Ministério da Fazenda, ao MP e à Controladoria Geral da União, todos integrantes do Geolimpiadas, que não houve coordenação no âmbito federal, por parte do Geolimpiadas, quando da institucionalização das medidas tributárias instituídas pela Lei 12.780/2013, em desacordo com o Decreto não numerado de 13/9/2012, que definia o citado comitê como instância coordenadora das atividades do Governo Federal financiadas com recursos da União, inclusive mediante incentivos fiscais (item 111.3);</p> <p>9.6.2. à Casa Civil, ao Congresso Nacional, ao Ministério do Esporte, ao Ministério da Justiça, ao Ministério da Defesa, ao Ministério da Fazenda, ao MP e à Controladoria Geral da União, tendo em vista serem integrantes do Geolimpiadas, acerca do descumprimento, referente aos exercícios de 2013 a 2015, do parágrafo único do art. 29 da Lei 12.780/2013, que determina o envio ao Congresso Nacional das prestações de contas parciais sobre o montante da renúncia fiscal e da arrecadação relacionadas aos Jogos Rio 2016 (item III.5);</p> <p>9.6.3. ao MP, acerca do descumprimento do § 2º do art. 3º da Portaria MP 16/2013, referente à não disponibilização de informações sobre as renúncias associadas às olimpíadas no Siop, embora ela se enquadre na categoria de financiamento extra orçamentário dos Jogos Rio 2016, cujas iniciativas deverão ser tratadas em campo de preenchimento específico nesse sistema (item 111.2);</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Em atenção ao processo nº TC 011.846/2015-1, da Corte de Contas, o qual determinava que o Ministério do Esporte (ME) atualizasse as informações no Siop sobre os financiamentos extra orçamentários dos Jogos Rio 2016, conforme dispõe o § 2º do art. 3º da Portaria MP 16/2013, no prazo de 45 dias, e mantivesse a atualização anual dessas informações, o Departamento de Assuntos Fiscais e Sociais da Seplan/MP contactou a Secretaria-Executiva daquele ministério. Esta, por instrumento do Ofício nº 362/2016/SE-ME, solicitou à Secretaria da Receita Federal (SRF) informações sobre a estimativa de renúncia fiscal, nos anos de vigência do PPA 2016-2019, com base na Lei nº 12.780/2016, que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016. Coube, pois, à SRF prestar essas informações na forma do Ofício nº 448/2016-RFB/Gabinete. Conforme despacho do Departamento de Planejamento e Avaliação (Depla) desta Seplan, as informações serão incluídas no Siop na próxima revisão do PPA 2016-2019.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC011.8842016-9	Acórdão nº 3001/2016 — TCU — Plenário	9.4.4 / 9.4.4.1.1 / 9.4.4.1.2 / 9.4.4.1.3 / 9.4.4.4 / 9.4.4.4.1 / 9.4.4.4.2 / 9.4.4.4.3	Aviso nº 901-Seses-TCU-Plenário, de 24/11/2016	12/1/2017
<b>Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação</b>				
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP)				
<b>Descrição da determinação/recomendação</b>				
<p>9.4.4. ao Ministério da Educação, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e ao MP que:</p> <p>9.4.4.1. elaborem, em conjunto e apresentem ao Tribunal de Contas da União, no prazo de noventa dias, Plano de Trabalho, com prazos e responsáveis, que contemple, no mínimo, ações sobre:</p> <p>9.4.4.1.1. a estratégia a ser adotada para que o Fies possa efetivamente contribuir para a política educacional, representada pelo cumprimento das metas fixadas no Plano Nacional de Educação 2014-2024, abrangendo aspectos da execução, acompanhamento e avaliação do programa, além de alterações em sua concepção, caso necessário;</p> <p>9.4.4.1.2. os aspectos relativos ao monitoramento, à avaliação e à mitigação dos impactos fiscais gerados pela expansão do Fies no período de 2010 a 2015; e</p> <p>9.4.4.1.3. o monitoramento, a avaliação e as estratégias de atuação quanto aos índices de inadimplência do Fies.</p> <p>9.4.4.2. realizem os estudos e adotem as medidas previstas na Lei Complementar 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, previamente à criação ou expansão de despesas com concessão dos financiamentos do Fies, notadamente no art. 16 daquela lei, considerando que tais dispêndios devem ser considerados como expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental;</p> <p>9.4.4.3. realizem estudos e adotem as medidas previstas na Lei Complementar 101/2000, previamente à criação ou expansão de despesas com a administração dos financiamentos do Fies, destinadas à remuneração dos agentes financeiros, notadamente no art. 17 da lei, considerando que tais dispêndios devem ser considerados como despesas obrigatórias de caráter continuado;</p> <p>9.4.4.4. elaborem em conjunto e apresentem ao Tribunal de Contas da União, no prazo de noventa dias, Plano de Trabalho, com prazos e responsáveis, que abarque, no mínimo, ações e medidas relativas:</p> <p>9.4.4.4.1. aos contratos de financiamento já assinados, com indicação das fontes de financiamento a serem utilizadas, considerando o vultoso volume de recursos necessários para sua manutenção;</p> <p>9.4.4.4.2. a estratégia a ser adotada com relação ao número de financiamentos a serem concedidos nos próximos anos, com indicação da estimativa plurianual do número de vagas e também das fontes de custeio a serem utilizadas para a despesa gerada;</p> <p>9.4.4.4.3. à sustentabilidade do Fies, de forma a estabelecer tendência de redução da dependência do programa quanto a recursos do Tesouro Nacional, com medidas que possibilitem minimizar a desvalorização real dos ativos do Fundo e aumentar a expectativa de retorno dos financiamentos concedidos;</p>				
<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>				
<p>No segundo semestre de 2016, foi acordado em reuniões do Comitê de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas Federais (Cmap), instituído pela Portaria Interministerial nº 102/2016, que o Ministério da Fazenda ficaria com a coordenação do processo de avaliação e proposição de mudanças do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Sabendo disso, e tendo a ciência de responder às recomendações do TCU, exaradas no Acórdão Nº 3001/2016, a Seplan/MP esteve reunida com representantes da Secretaria de Assuntos Econômicos (Seae), do Ministério da Fazenda, e do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), com o intuito de discutir o acórdão e dar início às tratativas para elaboração de um plano de trabalho conjunto, que será desenvolvido ao longo do prazo estipulados pelo Tribunal. Além disso, a Seplan/MP e o MEC iniciaram as discussões para tratar das iniciativas de fortalecimento da governança do Fies e da necessidade de acesso aos dados que subsidiarão as respostas à Corte de Contas.</p>				

## 7.2 Tratamento de Recomendação do Órgão de Controle Interno

**Quadro 7.2 – Recomendações do Órgão de Controle Interno**

Recomendação do Órgão de Controle Interno – Exercício de 2016				
Recebida	Atendida	Em análise na CGU	Nº Rec.	Providências Adotadas e Impacto da Recomendação
<b>Dipla</b>				
1	1	1	144191	Em atendimento à Recomendação CGU para a implementação de plano estratégico para o MP, foi encaminhado àquela Controladoria, em 2016, via Sistema Monitor, o relatório do Planejamento Estratégico do MP, período 2016-2019. O posicionamento da CGU no Sistema, em 13/3/2017, demonstra o atendimento da recomendação pela Dipla/SE.
<b>Dirad</b>				
1	1		2/2016	Em atendimento à Recomendação nº 2, da Nota de Auditoria nº 01/16, foi providenciado o cancelamento do RAP 2014 das Notas de Empenho de responsabilidade da Coordenação de Recursos Externos (Corex/Cgeof/Dirad), sendo emitidas as 2016NE000361 a 2016NE000384.
<b>DTI</b>				
1	1		59444	Em relação à recomendação nº 59444, que trata sobre a transição contratual a fim de evitar a dependência com a empresa em virtude do módulo Controle de Processo Administrativo (CPA), a DTI, após o término do contrato com esta empresa, firmou um termo de cooperação com universidade para manter e sustentar o sistema. Houve, também, a integração do Sigs-Seain ao SEI.
<b>Depex</b>				
9	8	1	Ofício nº 2113/ DPPCE; DP/SFC/ CGU/PR	A recomendação não atendida no exercício de 2016 trata da solicitação de esclarecimento acerca do motivo do pagamento integral da aposentadoria/pensão relativa ao ex-servidor Odorico Carmelito Amaral de Mattos, quando a aposentadoria concedida ao servidor teria sido proporcional. A Recomendação foi atendida em 2017, por meio do Ofício 10339, esclarecendo que houve alteração da aposentadoria concedida, passando de proporcional à integral.
<b>SOF</b>				
3	2	-	144187	Manual elaborado e publicado no endereço: <a href="http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2016/relatorio-de-avaliacao-fiscal/manual-de-elaboracao-dos-relatorios-bimestrais">http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2016/relatorio-de-avaliacao-fiscal/manual-de-elaboracao-dos-relatorios-bimestrais</a> .
			14188	A SOF apresentou "Relatório de Avaliação das Projeções Constantes dos Relatórios de Avaliação das receitas e Despesas Primárias de que trata o § 4º, art. 52 da LDO-2015". Entretanto, a CGU entendeu que a presente recomendação tem o intuito de que seja institucionalizado, por meio de normativo, no âmbito da SOF, processo

			formal e contínuo de elaboração do Relatório, de modo a dar continuidade às avaliações nos exercícios seguintes. Nesse sentido, a CGU prorrogou o prazo de atendimento da recomendação para 31/3/2017.
		144189	A SOF disponibilizou Nota Técnica acerca da origem da projeção de operações com ativos na rede virtual da Secretaria-Adjunta para Assuntos Fiscais, assim como arquivou fisicamente o referido documento (Nota Técnica nº 20/2015/COFSB/SUPEF/STN/MF-DF, de 16/12/2015, encaminha à SOF pelo Ofício nº 10/2015/COFSB/SUPEF/STN/MF-DF, de 21/12/2015). A Nota está classificada com sigilo "Reservado", a fim de evitar a divulgação de informações que possam gerar elevado risco à estabilidade financeira, econômica e monetária do País, conforme preceitua a Lei nº 12.527, de 18/11/2011, art. 25, V. A divulgação do conteúdo da Nota poderia também gerar perdas financeiras para o Fundo Soberano do Brasil. O prazo da restrição de acesso é de cinco anos. A CGU acatou a providência adotada pela SOF e concluiu pelo atendimento da recomendação.

**Segrt**

11		11	<p>93887 A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 03495.000068/2014-76 já concluiu os trabalhos de apuração, tendo apresentado Relatório Final em dezembro de 2015. Informa-se que o processo de cadastramento das consignatárias sob nova sistemática de convênios eletrônicos, com vigência de 60 meses, foi concluído com sucesso. Todos os requisitos de regularidades das entidades consignatárias autorizadas a operar descontos de consignação na folha de pagamento do Siape foram verificados, com a respectiva criação automática e parametrizada de novas rubricas de descontos na faixa 34000. As consignatárias que não se cadastraram ou que não atenderam aos requisitos e procedimentos estabelecidos pela Portaria Segep nº 52, de 14/2/2014, foram efetivamente descredenciadas.</p> <p>93895 O novo Módulo de Apuração de Irregularidades em operações de consignação foi efetivamente implantado no Portal de Serviços do Sigepe, a partir de 26/8/2016, que atende às novas regras e critérios definidos no Decreto nº 8.690, de 11/3/2016 e na Portaria MP 110, de 13/4/2016, publicada no DOU de 14/4/2016, que regulamentam o processo de consignações em folha de pagamento do Siape. Como melhoria, o novo módulo inovou na eliminação, por completo, do processo físico, de forma que a abertura do Termo de Reclamação pelo consignado (servidor, aposentado e pensionista), a análise e resposta pelo consignatário, a análise pela unidade de RH e deste Órgão Gestor-MP, além de suspensão de rubrica, quando for o caso, foram totalmente automatizadas.</p> <p>49167 Por intermédio do Acórdão nº 3194/2014 – TCU – Plenário, Sessão de 19/11/2014, o TCU considerou atendido o subitem 1.6.2, letra “a”, do Acórdão/TCU nº 3800/2008 – 1ª Câmara, que determinou à então SRH/MP, a fiscalização no Corpo de Bombeiros, na Polícia Militar e na Polícia Civil do DF, com vistas a verificar a consistência das bases de dados desses órgãos no Siape, e o atendimento à legislação federal de pessoal aplicável. Assim, dentre as medidas possíveis de serem efetivadas no Siape, reprise-se a implementação do cálculo automático de rubricas associadas ao pagamento de soldo, adicionais, auxílios e gratificações inerentes aos cargos do Corpo de Bombeiros Militar do DF (CBMDF).</p> <p>Além disso, no caso específico da Polícia Militar do DF, foram criadas rubricas com sequências bloqueadas para valores informados superiores ao limite estabelecido em tabelas do Siape. Finalmente, quanto aos itens do Relatório de Auditoria nº 201203202, para os quais foram propostos desenvolvimento e implementação de funcionalidades no novo Sigepe, dentre os quais correspondência entre o quantitativo do efetivo da corporação (CBMDF e PMDF) no Siape e o fornecido pela corporação, considerando-se o número de agregados e de excedentes, pagamento sistêmico do Adicional por tempo de serviço (ATS) e cálculo automático de auxílio moradia (PMDF), entende-se como medida</p>

	mais adequada o aprimoramento dos mecanismos de controle mantidos nos CBMDF e PMDF, tendo em vista que foram desenvolvidas as rotinas sistêmicas para o adequado processamento das respectivas folhas no âmbito do Siape, cabendo às citadas corporações zelar pela consistência dos dados cadastrais e financeiros por elas registrados no Siape.
49169	Solicitada prorrogação de prazo, a qual foi concedida, por motivo de reestruturação da Segrt.
49170	Em relação ao plano para implementação de estudos e pesquisas amostrais, a fim de complementar os dados obtidos por declaração dos órgãos quanto ao uso da Gestão por Competências, contendo cronogramas e resultados esperados, cumpre informar que foi emitida a Nota Informativa nº 3/2015-CGPDD/DEDDI/SEGEP/MP, de 27/3/2015, o qual descreveu um estudo realizado em março de 2014 (por servidores internos do MP), que teve como objetivo realizar um levantamento de cinco casos de experiências de sucesso de órgãos e entidades na APF, que construíram respostas satisfatórias aos desafios postos à gestão contemporânea de pessoas. Para tanto, foram enviados à CGU, o projeto e os quadros com os resultados das entrevistas dos órgãos: INSS, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Receita Federal do Brasil, STN e Agência Nacional de Energia Elétrica.
49171	O desenvolvimento do módulo de Desenvolvimento de Pessoas (GDEP), no Sigepe, permanece suspenso em decorrência de restrição orçamentária e da capacidade de execução da equipe desenvolvedora. Face às demais demandas relacionadas a Gestão de Pessoas, foi priorizada a conclusão do módulo de avaliação de desempenho dos servidores, o qual já se encontrava em andamento, e permitirá a automação de procedimentos previstos em dispositivos legais (Decreto nº 7.133, de 19/3/2010). Em vista disso, não há, no momento, previsão para continuidade do referido módulo.
144192	O tema já é tratado pela Lei nº 8.666, de 21/6/1993, ainda que de forma genérica. Acrescente-se que o dispositivo em referência foi regulamentado pelo Decreto nº 6.170, de 25/7/2007, cujo objetivo resta consignado em seu art. 1º. Observe-se que, no conteúdo do referido art., enfatiza-se a regulamentação dos Termos de Execução Descentralizada (TED). Com a publicação do Decreto nº 8.180, de 30/12/2013, tal instrumento veio a substituir o Termo de Cooperação (TC), definido pelo Decreto nº 6.619, de 29/10/2008, como “instrumento por meio do qual é ajustada a transferência de crédito de órgão da APF direta, autarquia, fundação pública, ou empresa estatal dependente, para outro órgão ou entidade federal da mesma natureza”. Mas é no teor dos art. 12-A e 12-B que resta regulamentado o TED, que em observância ao Decreto nº 825, de 28/5/1993, sua aplicação poderá ser disciplinada suplementarmente pelo ato conjunto previsto no art. 18. Conferindo materialidade à prerrogativa em comento, a publicação da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507, de 24/11/2011, que prevê a edição de ato conjunto dos Secretários-Executivos das referidas pastas, em que se aprovará “minuta-padrão do termo de cooperação, a fim de orientar os órgãos e entidades envolvidos na celebração deste instrumento. A minuta-padrão de Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito foi aprovada por meio da Portaria Conjunta nº 8, de 7/11/2012, e está disponível, em <a href="https://portal.convenios.gov.br/legislacao">https://portal.convenios.gov.br/legislacao</a> .
144193	Em relação às medidas tomadas pela antiga Segep, para o ressarcimento dos valores transferidos para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), cabe registrar que a UFRGS, por meio do Ofício nº 0122/2015-GR, de 17/4/2015, acusa o recebimento do processo, encontrando-se, portanto, ciente quanto ao encaminhamento do assunto. Além disso, nova comunicação oficial será direcionada a UFRGS cientificando a instituição do posicionamento final deste Ministério, sendo aguardado retorno da universidade quanto à questão. Por força do Parecer nº 00206/2015/CGJLC/AMA/Conjur-MP/CGU/AGU, de 11/3/2015, foi emitida NT nº 98, de 05/6/2015, na qual sugere comunicação oficial ao Cegov/UFRGS sobre a análise conclusiva dos produtos e da consequente solicitação de

			<p>ressarcimento. Também como foi encaminhado o Memorando nº 21, de 16/7/2015, à Dirad/MP, no qual comunica a decisão final quanto à parceria celebrada entre o MP e o Centro de Estudos Internacionais sobre Governo, da UFRGS, e solicita o ressarcimento do montante de R\$297.147,95 (duzentos e noventa e sete mil, cento e quarenta e sete reais e noventa e cinco centavos), conforme análise realizada dos produtos entregues.</p> <p>A Dirad encaminhou a documentação recebida à Dipla, que, por sua vez, emitiu o Ofício SEI nº 5156/2015-MP, de 24/8/2015, dirigido à Universidade, solicitando que fosse efetuado o devido ressarcimento. Nesse ínterim, por força do Decreto nº 8.578/2015, a estrutura organizacional do MP foi alterada, com vigência a partir de 17/12/2015, levando à extinção das antigas Segep e SRT e à criação da Segrt, que passou a assumir as competências relacionadas à política de gestão de pessoas do Governo Federal. Por meio do Despacho nº 00408/2016/CHGAB/PGF/AGU, de 31/5/2016, a Procuradoria Federal, junto à UFRGS, solicita à Conjur/MP, instauração de procedimento conciliatório para tratar da questão.</p> <p>O assunto foi submetido a Segrt, que, atendendo as recomendações da Conjur/MP, manifestou sua disposição em participar da conciliação sob a égide da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal da AGU, por meio da Nota Técnica nº 8982/2016-MP, de 24/6/2016, solicitando que a audiência de Conciliação não viesse a ocorrer antes do mês de agosto, por motivos internos. Tendo em vista o exposto, a Secretaria aguarda a devida instauração do processo de conciliação, após o qual, a partir da decisão final que vier a ser proferida, dará continuidade às providências devidas.</p>
		144194	Foram solicitados esclarecimentos adicionais sobre a recomendação, para melhor entendimento pela Segrt.
		144195	Em relação ao projeto Planejamento Estratégico da Força de Trabalho (PEFT), houve mudanças estruturais na Segrt, e o projeto foi retomado em junho de 2016, demandando novos estudos, em função de novo escopo e de objeto diferentes dos inicialmente programados. Encontra-se, atualmente, em fase de prospecção e replanejamento, visando a uma abordagem atualizada. Nesse sentido, a Segrt está totalmente alinhada à recomendação em questão, inclusive quanto à análise dos riscos envolvidos, que estão contidos no escopo do trabalho em andamento.
		161269	Em relação à alteração ao Decreto nº 71.236, de 11/10/1972, que dispõe sobre o grupo-Serviços Auxiliares, a que se refere o artigo 2º da Lei nº 5.645, de 10/12/1970, no que concerne especificamente ao cargo de Agente Administrativo, esta Segrt tem a informar que o assunto tem sido tratado no âmbito do MP, com o intuito de atualizar as atribuições do cargo em questão, visto ser a norma supracitada que dispõe sobre a matéria ainda do ano de 1972. Ressalta-se que a Segrt vem trabalhando para apresentar uma proposta de reestruturação de cargos e carreiras da APF, que deve ser apresentada ao titular desta pasta até o final do primeiro semestre de 2017. O MP também trabalha na proposta de alteração ao Decreto nº 2.271, de 7/7/1997, que dispõe sobre a contratação de serviços pela APF direta, autárquica e fundacional, levando-se em conta um planejamento estratégico no campo organizacional, objetivando o aprimoramento da gestão administrativa, com o propósito de impedir o crescimento desmesurado da máquina pública. A proposta de alteração de Decreto visará à eficiência do serviço público, com respeito ao princípio da legalidade e eficiência da APF, procurando oferecer a maior segurança jurídica a todos, conforme demandado.

**Seplan**

8	1	7	66296	A recomendação trata do aprimoramento da gestão da informação captada pela SPI/Seplan sobre o andamento dos programas temáticos, mantendo registro sobre as restrições contingentes e as soluções encaminhadas, de forma que o monitoramento temático produza uma visão clara sobre a evolução da implementação das políticas públicas.
---	---	---	-------	---

			<p>A SPI/Seplan vem buscando o aprimoramento constante do andamento dos programas desde a implementação do PPA 2012-2015. Desta forma, necessidades de aperfeiçoamentos foram identificadas e propostas de melhorias foram incorporadas em todo o processo de elaboração do PPA para o período 2016 – 2019. Na elaboração do Plano 2016-2019, houve maior aproximação entre os Programas Temáticos e a realidade da implementação das políticas públicas. Atenção especial foi dada aos Objetivos, no intuito de torná-los mais concretos e exequíveis ao final do Plano e, para isso, a adequada definição do conjunto de metas foi elemento fundamental para indicar o que será feito e entregue pelo Governo, considerando como meta aquilo que é estruturante para cada política pública. A consequência desta ação pode ser verificada na redução do quantitativo de metas em cerca de 50% relativamente ao PPA 2012-2015.</p> <p>A Lei 13.249/2016 instituiu o PPA 2016 – 2019, sendo que agora os esforços voltam-se para a construção do modelo de gestão do Plano, que deve incorporar as reflexões e aprendizados derivados da implementação do PPA 2012 – 2015. Até o momento, foram publicados o Decreto nº 8.759, de 10/5/2016, e as Portarias nº 347, de 14/11/2016 e nº 19, de 3/2/2017.</p> <p>Em relação ao monitoramento e a avaliação dos programas, pode-se destacar também como avanços a maior aproximação deste período de monitoramento do PPA com as definições das normas da elaboração, tanto da Prestação de Contas da Presidência da República, quanto do Relatório de Gestão, ambos relativos aos exercícios de 2016. Demais inovações e aprimoramentos ainda se encontram em monitoramento pela Seplan/MP.</p>
		70315	<p>Esta recomendação indica que a Unidade Técnica Nacional do Fundo de Convergência Estrutural (UTNF/Focem Brasil), após a discussão na agenda de trabalho em 2012, elabore e divulgue normativo contendo critérios claros e objetivos a serem utilizados na seleção dos projetos, em caso de limitação de recursos da cota do Brasil no Focem. Este item estava em monitoramento pela SPI. Entretanto, o assunto desta Recomendação está sendo conduzido, desde a reestruturação do MP, pela Seain/MP.</p>
		141821	<p>As recomendações sugeridas pela CGU sobre a construção de indicadores e metas do PPA 2016-2019 estão em processo de atendimento, por meio do aperfeiçoamento do PPA e têm seguimento com a gestão do Plano durante o quadriênio 2016-2019.</p> <p>O guia de “Orientações para Elaboração do PPA 2016 – 2019” traz a adequada definição do conjunto de metas, ou seja, aquilo que é estruturante para cada política pública. Os indicadores do PPA também foram revistos com base no guia, com intuito de torná-los uma ferramenta essencial no processo de avaliação dos Programas Temáticos. Cada indicador permite identificar, mensurar e comunicar, de forma simples, a evolução de determinado aspecto da intervenção proposta pelo programa. Nessa linha, devem buscar dialogar com o conjunto dos Objetivos propostos. Ressalta-se, ainda, que ocorreu redução de cerca de 50% do quantitativo de metas relativamente ao PPA 2012-2015. Os principais atributos dos indicadores e metas do PPA compõem a Lei do PPA e são acessíveis por todos os cidadãos. Quanto aos campos gerenciais, estes podem ser acessados por meio da solicitação dos dados à Seplan.</p> <p>Desta forma, entendeu-se que a análise das alterações promovidas sobre as metas e indicadores avaliados, a partir do PPA 2016-2019, evidenciou que as questões relevantes foram sanadas. Entretanto, adicionalmente, está em estudo a elaboração de um Guia de Indicadores para o PPA 2016-2019, que sistematizará este conjunto de informações, bem como da construção de um Catálogo de Indicadores e Metas.</p>
		162843,	<p>O Relatório de Auditoria CGU nº 201505715 teve como foco o Programa 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação do</p>

		162844, 162845 e 162846	<p>PPA 2012-2015 e a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015. Uma das constatações é que haveria "Insuficiência em avaliações do desenho do portfólio de políticas de C, T &amp; I e em avaliações dos seus resultados e dos seus impactos sobre os indicadores temáticos definidos no Programa 2021 e sobre a superação dos desafios estratégicos da ENCTI". Em relação à essa constatação, foram apresentadas quatro recomendações à Seplan e ao MP: i) garantia aos setoriais de planejamento de orientação metodológica sobre avaliação de resultados e de impactos de programas e políticas públicas, bem como de identificação de organizações referências nesses trabalhos; ii) garantia de que as avaliações dos objetivos de cada programa temático presentes nos planos plurianuais submetidas pelos gestores ao Siop serão disponibilizadas como dados abertos; iii) garantia da realização da coordenação dos setoriais de planejamento, identificando as carências técnicas dessas organizações para a realização de avaliações de resultados e impactos de suas políticas e programas, e apresentação desse resultado ao Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais (Cmap); iv) garantia da orientação normativa dos setoriais de planejamento, estabelecendo-se critérios mínimos de qualidade a serem observados em avaliações de resultado e impacto, realizadas externamente aos órgãos executores dos programas e políticas públicas.</p> <p>As recomendações mencionadas acima foram recebidas pela Seplan que, no momento, está elaborando um Plano de Trabalho para apresentar à CGU. O Plano poderá prever o mapeamento dos órgãos setoriais em relação a suas competências para avaliação de políticas públicas (em coordenação com o Cmap); a elaboração de guia metodológico sobre avaliação de resultados e de impactos de programas e políticas públicas; e a publicação das avaliações dos programas do PPA como dados abertos. Destaca-se que as recomendações abordam ações complexas e de grande relevância, exigindo, portanto, uma avaliação e planejamento criteriosos para sua implementação.</p>
--	--	-------------------------------	---

Fonte: Sistema Monitor CGU

Obs.: No exercício de 2016, foram encaminhadas à Dirad, pelo Sistema Monitor, dezenove trilhas de auditoria, contendo 121 indícios de inconsistências. Desses, 61 foram acatados e regularizados e houve discordância em 60 quanto à inconsistência apontada, tendo sido justificado o posicionamento da Diretoria.



### 7.3 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

O pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços obedece a estrita ordem cronológica das datas de protocolo das Notas Fiscais, no âmbito do Sisg, subdivididas por categorias de contrato, conforme Instrução Normativa nº 2, de 6/12/2016. Os valores a serem pagos são ordenados observando, também, o prazo previsto em contrato para adimplemento da parcela, contado da data de recebimento da nota fiscal ou fatura.

No ano de 2016, tramitaram 2.213 processos administrativos de pagamento na Dirad. Desses, um total de 2.203 teve o andamento fechado ao final do período. O tempo médio de tramitação na área de Supervisão de Pagamentos (Coordenação Geral de Gestão de Contratos/Dirad) foi de aproximadamente dois dias.

### 7.4 Informações sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento

Não houve revisão contratual de preços em contratos firmados com empresas beneficiadas pelo Plano Brasil Maior, em face da desoneração da folha de pagamento no decorrer do exercício de 2016.

### 7.5 Informações sobre Ações de Publicidade e Propaganda

#### Quadro 7.5 - Despesas com publicidade

No âmbito do MP, as ações decorrentes de publicidade e propaganda concentraram-se no segmento de utilidade pública. Para a prestação dos serviços, o Ministério celebrou o contrato nº 6/2014, com a empresa Debrito Propaganda Ltda, CNPJ nº 00.000.424/0003-18, com prazo de vigência de 3/2/2016 a 2/2/2017. O contrato tem por objeto a prestação de serviço de publicidade, compreendendo atividades de estudo, planejamento, execução e distribuição de publicidade aos veículos de divulgação. No quadro abaixo, apresenta-se a execução dos recursos orçamentários do contrato:

R\$			
Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	Não se aplica ao MP		
Legal	Não ocorreu no período		
Mercadológica	Não se aplica ao MP		
Utilidade pública	2125 - Gestão e Manutenção do MP/4641 - Publicidade de Utilidade Pública	5.434.788,00	4.122.582,39

Fonte: Tesouro Gerencial e Assessoria de Comunicação/MP.

As principais ações e campanhas divulgadas em 2016 estão abaixo relacionadas:

<b>Campanha Aedes Aegypti (1ª e 2ª fase)</b>	Comunicar, de maneira complementar à Campanha do Ministério da Saúde, ações para o combate do mosquito Aedes Aegypti.
<b>1º Balanço do PAC</b>	Divulgar e atualizar as informações sobre as principais obras e ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) à sociedade brasileira, por meio de balanços semestrais.
<b>E-DARF - Grande Emissão</b>	Divulgar as datas para pagamento de taxas e foros de ocupação, com o objetivo de minimizar a inadimplência de foros e taxas de ocupação que devem ser pagos anualmente por foreiros e ocupantes de imóveis da União.
<b>E-DARF - Nova data de pagamento</b>	Comunicar, de maneira complementar à campanha desenvolvida (e-Darf grande emissão), nova data de pagamento.
<b>Central de Conteúdos</b>	Disseminar as principais publicações e portais do Ministério em um único material impresso, a ser distribuído nos principais eventos com participação deste Ministério.

<b>Recadastramento</b>	Comunicar aos aposentados e pensionistas do Governo Federal, além de anistiados políticos civis, sobre a necessidade e importância de atualizar o seu cadastro.
<b>Campanha de divulgação do Aplicativo do PAC</b>	Disponibilizar, por meio de dispositivos móveis, como smartphones e tablets, as principais ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em especial, nas áreas de infraestrutura logística, energética e social urbana.
<b>Informativo Infraestrutura Brasil</b>	Disponibilizar e consolidar informações dos projetos de infraestrutura disponíveis no Brasil.
<b>Orçamento Cidadão</b>	Proporcionar melhor compreensão dos cidadãos sobre o conteúdo do orçamento público da União e incentivar a participação da sociedade.

## **8. ANEXOS E APÊNDICES**

**Anexo I - 6.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas**

## ANEXO I - Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas

- UG 200318 - Coordenação-Geral de Extinção e Convênios
- UG 201004 - Coordenação-Geral de Aquisições (Cgeaq)
- UG 201005 - Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
- UG 201013 - Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira
- UG 201032 - Superintendência do Patrimônio da União/AP
- UG 201033 - Superintendência do Patrimônio da União/RO
- UG 201034 - Superintendência do Patrimônio da União/RR
- UG 201035 - Superintendência do Patrimônio da União/AC
- UG 201045 - Departamento de Órgãos Extintos
- UG 201060 - Superintendência de Administração do MP/AC
- UG 201061 - Superintendência de Administração do MP /AP
- UG 201062 - Superintendência de Administração do MP /RO
- UG 201063 - Superintendência de Administração do MP /RR
- UG 201064 - Coordenação-Geral de Órgãos Extintos no RJ



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 200318 - DEPARTAMENTO DE ORGAOS EXTINTOS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>Receitas Orçamentárias</b>	-	-	<b>Despesas Orçamentárias</b>	-	-
<b>Ordinárias</b>	-	-	<b>Ordinárias</b>	-	-
<b>Vinculadas</b>	-	-	<b>Vinculadas</b>	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>216.126,19</b>	<b>592.998,48</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>6.735.550,95</b>	<b>9.034.825,16</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	216.126,19	592.998,48	Independentes da Execução Orçamentária	6.735.550,95	9.034.825,16
Movimentação de Saldos Patrimoniais	216.126,19	592.998,48	Movimento de Saldos Patrimoniais	6.735.550,95	9.034.825,16
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>6.519.424,76</b>	<b>8.441.826,68</b>	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	6.519.424,76	8.441.826,68	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	6.519.424,76	8.441.826,68			
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	-	-	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>6.735.550,95</b>	<b>9.034.825,16</b>	<b>TOTAL</b>	<b>6.735.550,95</b>	<b>9.034.825,16</b>





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 200318 - DEPARTAMENTO DE ORGAOS EXTINTOS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
<b>Diferido</b>	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>954.404.748,89</b>	<b>952.668.862,97</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>954.404.748,89</b>	<b>952.668.862,97</b>

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	-	-	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	-	-
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>954.404.748,89</b>	<b>952.668.862,97</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	-	-
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>954.404.748,89</b>	<b>952.668.862,97</b>

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>4.720,47</b>	<b>0,01</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	4.720,47	0,01	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	4.720,47	0,01	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>4.720,47</b>	<b>0,01</b>	<b>TOTAL</b>	-	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	-
<b>Recursos Vinculados</b>	-
<b>TOTAL</b>	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	200318 - DEPARTAMENTO DE ORGAOS EXTINTOS
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	<b>6.735.550,95</b>	<b>9.034.825,16</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>6.735.550,95</b>	<b>9.034.825,16</b>
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	216.126,19	592.998,48
Arrecadação de Outra Unidade	6.519.424,76	8.441.826,68
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-6.735.550,95</b>	<b>-9.034.825,16</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	-	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 200318 - DEPARTAMENTO DE ORGAOS EXTINTOS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	-6.735.550,95	-9.034.825,16
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-6.735.550,95	-9.034.825,16
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
<b>Transferências de Capital Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos de Financiamento</b>	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 200318 - DEPARTAMENTO DE ORGAOS EXTINTOS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	-	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	200318 - DEPARTAMENTO DE ORGAOS EXTINTOS
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>34.739.066,97</b>	<b>36.067.634,97</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>14.747,22</b>	<b>973,89</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	14.747,22	973,89
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>1.256.583,17</b>	<b>592.998,48</b>
Transferências Intragovernamentais	216.126,19	592.998,48
Transferências Intergovernamentais	1.040.456,98	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	-	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>33.467.736,58</b>	<b>35.473.662,60</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	200318 - DEPARTAMENTO DE ORGAOS EXTINTOS
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	33.467.736,58	35.473.662,60
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>15.670.797,07</b>	<b>68.781.448,77</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	-	-
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	-	<b>5.448,33</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	5.448,33
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>6.746.626,71</b>	<b>9.034.825,16</b>
Transferências Intragovernamentais	6.735.550,95	9.034.825,16
Transferências Intergovernamentais	11.075,76	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>2.732.161,01</b>	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	2.732.161,01	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	200318 - DEPARTAMENTO DE ORGAOS EXTINTOS
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
<b>Tributárias</b>	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>6.192.009,35</b>	<b>59.741.175,28</b>
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	6.192.009,35	59.741.175,28
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>19.068.269,90</b>	<b>-32.713.813,80</b>

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201004 - COORDENACAO-GERAL DE AQUISICOES - CGEAQ

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>Receitas Orçamentárias</b>	-	-	<b>Despesas Orçamentárias</b>	-	-
<b>Ordinárias</b>	-	-	<b>Ordinárias</b>	-	-
<b>Vinculadas</b>	-	-	<b>Vinculadas</b>	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	-	-	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>162,92</b>	<b>196,44</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	Independentes da Execução Orçamentária	162,92	196,44
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	162,92	196,44
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>162,92</b>	<b>196,44</b>	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	162,92	196,44	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	162,92	196,44			
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	-	-	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>162,92</b>	<b>196,44</b>	<b>TOTAL</b>	<b>162,92</b>	<b>196,44</b>





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201004 - COORDENACAO-GERAL DE AQUISICOES - CGEAQ

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
<b>Diferido</b>	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>201.386.492,61</b>	<b>161.501.696,23</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>201.386.492,61</b>	<b>161.501.696,23</b>

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	-	-	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	-	-
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>201.386.492,61</b>	<b>161.501.696,23</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	-	-
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>201.386.492,61</b>	<b>161.501.696,23</b>

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>1.110.000,00</b>	<b>1.110.000,00</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	1.110.000,00	1.110.000,00	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	1.110.000,00	1.110.000,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.110.000,00</b>	<b>1.110.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	-	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	-
<b>Recursos Vinculados</b>	-
<b>TOTAL</b>	-





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201004 - COORDENACAO-GERAL DE AQUISICOES - CGEAQ

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	<b>162,92</b>	<b>196,44</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>162,92</b>	<b>196,44</b>
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	162,92	196,44
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-162,92</b>	<b>-196,44</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	-	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201004 - COORDENACAO-GERAL DE AQUISICOES - CGEAQ

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	-162,92	-196,44
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-162,92	-196,44
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
<b>Transferências de Capital Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos de Financiamento</b>	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 201004 - COORDENACAO-GERAL DE AQUISICOES - CGEAQ

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	-	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201004 - COORDENACAO-GERAL DE AQUISICOES - CGEAQ
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>45.750.465,76</b>	<b>49.879.586,53</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>40.715.460,18</b>	<b>39.290.604,10</b>
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	40.715.460,18	39.290.604,10
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>5.034.842,66</b>	<b>10.588.785,99</b>
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	5.034.842,66	10.588.785,99
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>162,92</b>	<b>196,44</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201004 - COORDENACAO-GERAL DE AQUISICOES - CGEAQ
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	162,92	196,44
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>10.490.827,14</b>	<b>12.473.525,78</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>8.545.966,52</b>	<b>10.565.082,37</b>
Uso de Material de Consumo	317.644,70	992.531,32
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	8.228.321,82	9.572.551,05
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>1.925.981,97</b>	<b>1.908.443,41</b>
Transferências Intragovernamentais	162,92	196,44
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.925.819,05	1.908.246,97
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>18.878,65</b>	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	6.230,67	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	12.647,98	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201004 - COORDENACAO-GERAL DE AQUISICOES - CGEAQ
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
<b>Tributárias</b>	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>35.259.638,62</b>	<b>37.406.060,75</b>

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201005 - COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>Receitas Orçamentárias</b>	-	-	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>2.407.963.142,18</b>	<b>2.339.939.251,21</b>
<b>Ordinárias</b>	-	-	<b>Ordinárias</b>	<b>1.765.260.498,76</b>	<b>1.128.235.982,07</b>
<b>Vinculadas</b>	-	-	<b>Vinculadas</b>	<b>642.702.643,42</b>	<b>1.211.703.269,14</b>
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Educação	1.230,72	
			Seguridade Social (Exceto RGPS)	416.285.028,24	271.924.811,91
			Operação de Crédito	226.381.911,17	939.438.247,57
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	34.473,29	340.209,66
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>2.407.938.805,04</b>	<b>2.339.738.858,51</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>7.818.362,89</b>	<b>7.968.404,94</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	2.407.803.731,25	2.339.738.858,51	Resultantes da Execução Orçamentária	2.181.327,03	1.834.217,55
Sub-repasse Recebido	2.407.803.731,25	2.339.738.858,51	Sub-repasse Devolvido	2.181.327,03	1.834.217,55
Independentes da Execução Orçamentária	135.073,79	-	Independentes da Execução Orçamentária	5.637.035,86	6.134.187,39
Movimentação de Saldos Patrimoniais	135.073,79	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	5.637.035,86	6.134.187,39
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>19.524.826,32</b>	<b>17.453.776,28</b>	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>9.768.229,35</b>	<b>8.220.001,60</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	13.193.849,34	11.260.462,52	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	8.939.214,44	8.160.875,23
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	829.014,91	59.126,37	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	829.014,91	59.126,37
Outros Recebimentos Extraorçamentários	5.501.962,07	6.134.187,39	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	5.501.962,07	6.134.187,39			
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>11.167.510,16</b>	<b>10.102.533,12</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>13.081.407,10</b>	<b>11.167.510,16</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	11.167.510,16	10.102.533,12	Caixa e Equivalentes de Caixa	13.081.407,10	11.167.510,16
<b>TOTAL</b>	<b>2.438.631.141,52</b>	<b>2.367.295.167,91</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2.438.631.141,52</b>	<b>2.367.295.167,91</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201005 - COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>Receitas Orçamentárias</b>	-	-	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>2.407.963.142,18</b>	<b>2.339.939.251,21</b>
<b>Ordinárias</b>	-	-	<b>Ordinárias</b>	<b>1.765.260.498,76</b>	<b>1.128.235.982,07</b>
<b>Vinculadas</b>	-	-	<b>Vinculadas</b>	<b>642.702.643,42</b>	<b>1.211.703.269,14</b>
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Educação	1.230,72	
			Seguridade Social (Exceto RGPS)	416.285.028,24	271.924.811,91
			Operação de Crédito	226.381.911,17	939.438.247,57
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	34.473,29	340.209,66
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>2.407.938.805,04</b>	<b>2.339.738.858,51</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>7.818.362,89</b>	<b>7.968.404,94</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	2.407.803.731,25	2.339.738.858,51	Resultantes da Execução Orçamentária	2.181.327,03	1.834.217,55
Sub-repasse Recebido	2.407.803.731,25	2.339.738.858,51	Sub-repasse Devolvido	2.181.327,03	1.834.217,55
Independentes da Execução Orçamentária	135.073,79	-	Independentes da Execução Orçamentária	5.637.035,86	6.134.187,39
Movimentação de Saldos Patrimoniais	135.073,79	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	5.637.035,86	6.134.187,39
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>19.524.826,32</b>	<b>17.453.776,28</b>	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>9.768.229,35</b>	<b>8.220.001,60</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	13.193.849,34	11.260.462,52	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	8.939.214,44	8.160.875,23
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	829.014,91	59.126,37	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	829.014,91	59.126,37
Outros Recebimentos Extraorçamentários	5.501.962,07	6.134.187,39	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	5.501.962,07	6.134.187,39			
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>11.167.510,16</b>	<b>10.102.533,12</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>13.081.407,10</b>	<b>11.167.510,16</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	11.167.510,16	10.102.533,12	Caixa e Equivalentes de Caixa	13.081.407,10	11.167.510,16
<b>TOTAL</b>	<b>2.438.631.141,52</b>	<b>2.367.295.167,91</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2.438.631.141,52</b>	<b>2.367.295.167,91</b>





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201005 - COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	-	-	-	-
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>	-	-	-	-
<b>Receita Industrial</b>	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201005 - COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	-	-	-	-
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito - Mercado Interno</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito - Mercado Externo</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>DÉFICIT</b>	-	-	2.407.963.142,18	2.407.963.142,18
<b>TOTAL</b>	-	-	2.407.963.142,18	2.407.963.142,18
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	2.407.963.142,18	2.394.769.292,84	2.394.769.292,84	-2.407.963.142,18
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	-	-	2.158.156.973,34	2.146.303.013,27	2.146.303.013,27	-2.158.156.973,34
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Outras Despesas Correntes</b>	-	-	249.806.168,84	248.466.279,57	248.466.279,57	-249.806.168,84
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Investimentos</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	-	-	2.407.963.142,18	2.394.769.292,84	2.394.769.292,84	-2.407.963.142,18
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Interna</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Externa</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017 PAGINA 3

SUBTÍTULO 201005 - COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	<b>2.407.963.142,18</b>	<b>2.394.769.292,84</b>	<b>2.394.769.292,84</b>	<b>-2.407.963.142,18</b>
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>2.407.963.142,18</b>	<b>2.394.769.292,84</b>	<b>2.394.769.292,84</b>	<b>-2.407.963.142,18</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>12.320,00</b>	<b>11.260.462,52</b>	<b>8.939.214,44</b>	<b>8.939.214,44</b>	<b>2.333.148,08</b>	<b>420,00</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	11.008.182,55	8.843.964,92	8.843.964,92	2.164.217,63	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	12.320,00	252.279,97	95.249,52	95.249,52	168.930,45	420,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>12.320,00</b>	<b>11.260.462,52</b>	<b>8.939.214,44</b>	<b>8.939.214,44</b>	<b>2.333.148,08</b>	<b>420,00</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201005 - COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	-	-	-	-
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>	-	-	-	-
<b>Receita Industrial</b>	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201005 - COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	-	-	-	-
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito - Mercado Interno</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito - Mercado Externo</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>DÉFICIT</b>	-	-	2.407.963.142,18	2.407.963.142,18
<b>TOTAL</b>	-	-	2.407.963.142,18	2.407.963.142,18
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	2.407.963.142,18	2.394.769.292,84	2.394.769.292,84	-2.407.963.142,18
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	-	-	2.158.156.973,34	2.146.303.013,27	2.146.303.013,27	-2.158.156.973,34
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Outras Despesas Correntes</b>	-	-	249.806.168,84	248.466.279,57	248.466.279,57	-249.806.168,84
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Investimentos</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	-	-	2.407.963.142,18	2.394.769.292,84	2.394.769.292,84	-2.407.963.142,18
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Interna</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Externa</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017 PAGINA 3

SUBTÍTULO 201005 - COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	<b>2.407.963.142,18</b>	<b>2.394.769.292,84</b>	<b>2.394.769.292,84</b>	<b>-2.407.963.142,18</b>
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>2.407.963.142,18</b>	<b>2.394.769.292,84</b>	<b>2.394.769.292,84</b>	<b>-2.407.963.142,18</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>12.320,00</b>	<b>11.260.462,52</b>	<b>8.939.214,44</b>	<b>8.939.214,44</b>	<b>2.333.148,08</b>	<b>420,00</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	11.008.182,55	8.843.964,92	8.843.964,92	2.164.217,63	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	12.320,00	252.279,97	95.249,52	95.249,52	168.930,45	420,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>12.320,00</b>	<b>11.260.462,52</b>	<b>8.939.214,44</b>	<b>8.939.214,44</b>	<b>2.333.148,08</b>	<b>420,00</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-	-





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201005 - COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
<b>Diferido</b>	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>57.233.305,97</b>	<b>55.006.969,13</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>57.233.305,97</b>	<b>55.006.969,13</b>

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>13.081.407,10</b>	<b>11.167.510,16</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>13.194.269,34</b>	<b>11.272.782,52</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>44.151.898,87</b>	<b>43.839.458,97</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	-	-
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>44.039.036,63</b>	<b>43.734.186,61</b>

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	-	-	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>TOTAL</b>	-	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-112.862,24</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	-
<b>TOTAL</b>	<b>-112.862,24</b>







**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201005 - COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
<b>Diferido</b>	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>57.233.305,97</b>	<b>55.006.969,13</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>57.233.305,97</b>	<b>55.006.969,13</b>

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>13.081.407,10</b>	<b>11.167.510,16</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>13.194.269,34</b>	<b>11.272.782,52</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>44.151.898,87</b>	<b>43.839.458,97</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	-	-
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>44.039.036,63</b>	<b>43.734.186,61</b>

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	-	-	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>TOTAL</b>	-	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-112.862,24</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	-
<b>TOTAL</b>	<b>-112.862,24</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201005 - COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>1.913.896,94</b>	<b>1.064.977,04</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>2.414.269.782,02</b>	<b>2.345.932.172,27</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>2.414.269.782,02</b>	<b>2.345.932.172,27</b>
Ingressos Extraorçamentários	829.014,91	59.126,37
Transferências Financeiras Recebidas	2.407.938.805,04	2.339.738.858,51
Arrecadação de Outra Unidade	5.501.962,07	6.134.187,39
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-2.412.355.885,08</b>	<b>-2.344.867.195,23</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-2.237.723.280,05</b>	<b>-2.174.865.137,80</b>
Legislativo	-	-10.384,12
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-974.636.597,63	-924.517.598,72
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-1.263.042.116,18	-1.250.324.850,78
Saúde	-9.230,20	-
Trabalho	-	-
Educação	-3.334,10	-
Cultura	-32.001,94	-11.230,26
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-1.073,92



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201005 - COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-165.985.227,23</b>	<b>-161.974.526,12</b>
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-165.985.227,23	-161.974.526,12
Outras Transferências Concedidas	-	-
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	<b>-8.647.377,80</b>	<b>-8.027.531,31</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-829.014,91	-59.126,37
Transferências Financeiras Concedidas	-7.818.362,89	-7.968.404,94
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>1.913.896,94</b>	<b>1.064.977,04</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 201005 - COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	11.167.510,16	10.102.533,12
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	13.081.407,10	11.167.510,16



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201005 - COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>1.913.896,94</b>	<b>1.064.977,04</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>2.414.269.782,02</b>	<b>2.345.932.172,27</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>2.414.269.782,02</b>	<b>2.345.932.172,27</b>
Ingressos Extraorçamentários	829.014,91	59.126,37
Transferências Financeiras Recebidas	2.407.938.805,04	2.339.738.858,51
Arrecadação de Outra Unidade	5.501.962,07	6.134.187,39
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-2.412.355.885,08</b>	<b>-2.344.867.195,23</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-2.237.723.280,05</b>	<b>-2.174.865.137,80</b>
Legislativo	-	-10.384,12
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-974.636.597,63	-924.517.598,72
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-1.263.042.116,18	-1.250.324.850,78
Saúde	-9.230,20	-
Trabalho	-	-
Educação	-3.334,10	-
Cultura	-32.001,94	-11.230,26
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-1.073,92



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201005 - COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-165.985.227,23</b>	<b>-161.974.526,12</b>
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-165.985.227,23	-161.974.526,12
Outras Transferências Concedidas	-	-
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	<b>-8.647.377,80</b>	<b>-8.027.531,31</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-829.014,91	-59.126,37
Transferências Financeiras Concedidas	-7.818.362,89	-7.968.404,94
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
<b>Transferências de Capital Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos de Financiamento</b>	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>1.913.896,94</b>	<b>1.064.977,04</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 201005 - COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	11.167.510,16	10.102.533,12
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	13.081.407,10	11.167.510,16





TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201005 - COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>2.415.622.094,14</b>	<b>2.347.802.383,79</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	-	<b>187,28</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	187,28
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>2.407.938.805,04</b>	<b>2.339.738.858,51</b>
Transferências Intragovernamentais	2.407.938.805,04	2.339.738.858,51
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>2.181.327,03</b>	<b>1.929.337,89</b>
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	2.181.327,03	1.929.337,89
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>5.501.962,07</b>	<b>6.134.000,11</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201005 - COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	5.501.962,07	6.134.000,11
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>2.413.395.757,30</b>	<b>2.336.664.031,60</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>1.136.555.012,25</b>	<b>1.073.189.403,81</b>
Remuneração a Pessoal	859.694.966,97	822.459.962,38
Encargos Patronais	166.639.620,21	162.499.260,83
Benefícios a Pessoal	53.263.271,33	42.015.312,29
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	56.957.153,74	46.214.868,31
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>1.263.322.347,33</b>	<b>1.250.815.367,08</b>
Aposentadorias e Reformas	507.666.674,96	492.478.670,62
Pensões	755.368.448,77	757.844.250,20
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	287.223,60	492.446,26
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>2.180.984,07</b>	<b>2.855.378,22</b>
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	2.180.984,07	2.855.378,22
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>7.818.362,89</b>	<b>7.968.404,94</b>
Transferências Intragovernamentais	7.818.362,89	7.968.404,94
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>3.518.240,76</b>	<b>1.834.217,55</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	2.181.327,03	1.834.217,55
Desincorporação de Ativos	1.336.913,73	-



TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 201005 - COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
<b>Tributárias</b>	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	810,00	1.260,00
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	810,00	1.260,00
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>2.226.336,84</b>	<b>11.138.352,19</b>

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201005 - COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>2.415.622.094,14</b>	<b>2.347.802.383,79</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	-	<b>187,28</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	187,28
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>2.407.938.805,04</b>	<b>2.339.738.858,51</b>
Transferências Intragovernamentais	2.407.938.805,04	2.339.738.858,51
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>2.181.327,03</b>	<b>1.929.337,89</b>
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	2.181.327,03	1.929.337,89
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>5.501.962,07</b>	<b>6.134.000,11</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201005 - COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	5.501.962,07	6.134.000,11
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>2.413.395.757,30</b>	<b>2.336.664.031,60</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>1.136.555.012,25</b>	<b>1.073.189.403,81</b>
Remuneração a Pessoal	859.694.966,97	822.459.962,38
Encargos Patronais	166.639.620,21	162.499.260,83
Benefícios a Pessoal	53.263.271,33	42.015.312,29
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	56.957.153,74	46.214.868,31
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>1.263.322.347,33</b>	<b>1.250.815.367,08</b>
Aposentadorias e Reformas	507.666.674,96	492.478.670,62
Pensões	755.368.448,77	757.844.250,20
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	287.223,60	492.446,26
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>2.180.984,07</b>	<b>2.855.378,22</b>
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	2.180.984,07	2.855.378,22
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>7.818.362,89</b>	<b>7.968.404,94</b>
Transferências Intragovernamentais	7.818.362,89	7.968.404,94
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>3.518.240,76</b>	<b>1.834.217,55</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	2.181.327,03	1.834.217,55
Desincorporação de Ativos	1.336.913,73	-



TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 201005 - COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
<b>Tributárias</b>	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	810,00	1.260,00
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	810,00	1.260,00
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>2.226.336,84</b>	<b>11.138.352,19</b>

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201013 - COORDENACAO DE EXECUCAO ORC. E FINANCEIRA

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>Receitas Orçamentárias</b>	-	-	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>3.454.160.512,63</b>	<b>498.126.231,18</b>
<b>Ordinárias</b>	-	-	<b>Ordinárias</b>	<b>2.937.144.528,73</b>	<b>466.890.814,86</b>
<b>Vinculadas</b>	-	-	<b>Vinculadas</b>	<b>517.015.983,90</b>	<b>31.235.416,32</b>
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	2.516.000,00	2.516.200,00
			Operação de Crédito	500.001.998,71	
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	14.497.985,19	28.719.216,32
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>3.375.622.459,56</b>	<b>1.068.317.824,31</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>1.621.177,78</b>	<b>5.308.825,82</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	3.155.949.099,91	329.644.572,08	Resultantes da Execução Orçamentária	677.530,72	1.129.782,80
Sub-repasse Recebido	3.155.949.099,91	329.644.572,08	Sub-repasse Devolvido	677.530,72	1.129.782,80
Independentes da Execução Orçamentária	219.673.359,65	738.673.252,23	Independentes da Execução Orçamentária	943.647,06	4.179.043,02
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	156.850.261,71	701.564.871,07	Movimento de Saldos Patrimoniais	943.647,06	4.179.043,02
Demais Transferências Recebidas		17.520,00	Aporte ao RPPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	62.823.097,94	37.090.861,16	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-			
Aporte ao RGPS	-	-			
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>291.861.943,47</b>	<b>169.639.298,47</b>	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>210.202.348,99</b>	<b>740.743.932,69</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	112.617,20	24.633.464,92	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	23.965.153,65	36.208,65
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	290.623.838,62	140.732.166,89	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	186.235.595,09	740.571.783,43
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	182.910,59	135.940,61	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.110,25	135.940,61
Outros Recebimentos Extraorçamentários	942.577,06	4.137.726,05	Outros Pagamentos Extraorçamentários	490,00	-
Arrecadação de Outra Unidade	942.577,06	4.136.966,05	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	490,00	
Demais Recebimentos		760,00			
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>1.282.906,38</b>	<b>7.504.773,29</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>2.783.270,01</b>	<b>1.282.906,38</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.282.906,38	7.504.773,29	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.783.270,01	1.282.906,38
<b>TOTAL</b>	<b>3.668.767.309,41</b>	<b>1.245.461.896,07</b>	<b>TOTAL</b>	<b>3.668.767.309,41</b>	<b>1.245.461.896,07</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 31/01/2017	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	201013 - COORDENACAO DE EXECUCAO ORC. E FINANCEIRA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>Receitas Orçamentárias</b>	-	-	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>3.454.160.512,63</b>	<b>498.126.231,18</b>
<b>Ordinárias</b>	-	-	<b>Ordinárias</b>	<b>2.937.144.528,73</b>	<b>466.890.814,86</b>
<b>Vinculadas</b>	-	-	<b>Vinculadas</b>	<b>517.015.983,90</b>	<b>31.235.416,32</b>
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	2.516.000,00	2.516.200,00
			Operação de Crédito	500.001.998,71	
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	14.497.985,19	28.719.216,32
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>3.375.622.459,56</b>	<b>1.068.317.824,31</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>1.621.177,78</b>	<b>5.308.825,82</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	3.155.949.099,91	329.644.572,08	Resultantes da Execução Orçamentária	677.530,72	1.129.782,80
Sub-repasse Recebido	3.155.949.099,91	329.644.572,08	Sub-repasse Devolvido	677.530,72	1.129.782,80
Independentes da Execução Orçamentária	219.673.359,65	738.673.252,23	Independentes da Execução Orçamentária	943.647,06	4.179.043,02
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	156.850.261,71	701.564.871,07	Movimento de Saldos Patrimoniais	943.647,06	4.179.043,02
Demais Transferências Recebidas		17.520,00	Aporte ao RPPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	62.823.097,94	37.090.861,16	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-			
Aporte ao RGPS	-	-			
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>291.861.943,47</b>	<b>169.639.298,47</b>	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>210.202.348,99</b>	<b>740.743.932,69</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	112.617,20	24.633.464,92	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	23.965.153,65	36.208,65
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	290.623.838,62	140.732.166,89	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	186.235.595,09	740.571.783,43
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	182.910,59	135.940,61	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.110,25	135.940,61
Outros Recebimentos Extraorçamentários	942.577,06	4.137.726,05	Outros Pagamentos Extraorçamentários	490,00	-
Arrecadação de Outra Unidade	942.577,06	4.136.966,05	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	490,00	
Demais Recebimentos		760,00			
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>1.282.906,38</b>	<b>7.504.773,29</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>2.783.270,01</b>	<b>1.282.906,38</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.282.906,38	7.504.773,29	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.783.270,01	1.282.906,38
<b>TOTAL</b>	<b>3.668.767.309,41</b>	<b>1.245.461.896,07</b>	<b>TOTAL</b>	<b>3.668.767.309,41</b>	<b>1.245.461.896,07</b>





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201013 - COORDENACAO DE EXECUCAO ORC. E FINANCEIRA

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	-	-	-	-
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>	-	-	-	-
<b>Receita Industrial</b>	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201013 - COORDENACAO DE EXECUCAO ORC. E FINANCEIRA

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	-	-	-	-
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>DÉFICIT</b>	-	-	3.454.160.512,63	3.454.160.512,63
<b>TOTAL</b>	-	-	3.454.160.512,63	3.454.160.512,63
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	2.326.216.124,34	2.048.954.719,94	2.048.842.102,74	-2.326.216.124,34
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	2.326.216.124,34	2.048.954.719,94	2.048.842.102,74	-2.326.216.124,34
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	1.127.944.388,29	1.114.581.954,07	1.114.581.954,07	-1.127.944.388,29
Investimentos	-	-	19.032.189,58	5.674.195,36	5.674.195,36	-19.032.189,58
Inversões Financeiras	-	-	1.108.912.198,71	1.108.907.758,71	1.108.907.758,71	-1.108.912.198,71
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	-	-	3.454.160.512,63	3.163.536.674,01	3.163.424.056,81	-3.454.160.512,63
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobilária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobilária	-	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017 PAGINA 3

SUBTÍTULO 201013 - COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇ. E FINANCEIRA

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	<b>3.454.160.512,63</b>	<b>3.163.536.674,01</b>	<b>3.163.424.056,81</b>	<b>-3.454.160.512,63</b>
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>3.454.160.512,63</b>	<b>3.163.536.674,01</b>	<b>3.163.424.056,81</b>	<b>-3.454.160.512,63</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>402.748.440,76</b>	<b>138.089.866,90</b>	<b>96.896.074,43</b>	<b>96.896.074,43</b>	<b>393.159.797,19</b>	<b>50.782.436,04</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	402.748.440,76	138.089.866,90	96.896.074,43	96.896.074,43	393.159.797,19	50.782.436,04
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>127.502.933,74</b>	<b>2.642.299,99</b>	<b>89.339.520,66</b>	<b>89.339.520,66</b>	<b>40.757.293,17</b>	<b>48.419,90</b>
Investimentos	2.523.839,02	2.642.299,99	4.597.025,59	4.597.025,59	520.693,52	48.419,90
Inversões Financeiras	124.979.094,72	-	84.742.495,07	84.742.495,07	40.236.599,65	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>530.251.374,50</b>	<b>140.732.166,89</b>	<b>186.235.595,09</b>	<b>186.235.595,09</b>	<b>433.917.090,36</b>	<b>50.830.855,94</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>6.983,42</b>	<b>24.627.889,00</b>	<b>23.959.577,73</b>	<b>675.294,69</b>	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	6.983,42	24.627.889,00	23.959.577,73	675.294,69	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	<b>5.575,92</b>	<b>5.575,92</b>	-	-
Investimentos	-	5.575,92	5.575,92	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>6.983,42</b>	<b>24.633.464,92</b>	<b>23.965.153,65</b>	<b>675.294,69</b>	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201013 - COORDENACAO DE EXECUCAO ORC. E FINANCEIRA

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	-	-	-	-
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>	-	-	-	-
<b>Receita Industrial</b>	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201013 - COORDENACAO DE EXECUCAO ORC. E FINANCEIRA

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	-	-	-	-
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito - Mercado Interno</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito - Mercado Externo</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>DÉFICIT</b>	-	-	3.454.160.512,63	3.454.160.512,63
<b>TOTAL</b>	-	-	3.454.160.512,63	3.454.160.512,63
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	2.326.216.124,34	2.048.954.719,94	2.048.842.102,74	-2.326.216.124,34
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Outras Despesas Correntes</b>	-	-	2.326.216.124,34	2.048.954.719,94	2.048.842.102,74	-2.326.216.124,34
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	1.127.944.388,29	1.114.581.954,07	1.114.581.954,07	-1.127.944.388,29
<b>Investimentos</b>	-	-	19.032.189,58	5.674.195,36	5.674.195,36	-19.032.189,58
<b>Inversões Financeiras</b>	-	-	1.108.912.198,71	1.108.907.758,71	1.108.907.758,71	-1.108.912.198,71
<b>Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	-	-	3.454.160.512,63	3.163.536.674,01	3.163.424.056,81	-3.454.160.512,63
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Interna</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Externa</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017

PAGINA 3

SUBTÍTULO 201013 - COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇ. E FINANCEIRA

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	<b>3.454.160.512,63</b>	<b>3.163.536.674,01</b>	<b>3.163.424.056,81</b>	<b>-3.454.160.512,63</b>
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>3.454.160.512,63</b>	<b>3.163.536.674,01</b>	<b>3.163.424.056,81</b>	<b>-3.454.160.512,63</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>402.748.440,76</b>	<b>138.089.866,90</b>	<b>96.896.074,43</b>	<b>96.896.074,43</b>	<b>393.159.797,19</b>	<b>50.782.436,04</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	402.748.440,76	138.089.866,90	96.896.074,43	96.896.074,43	393.159.797,19	50.782.436,04
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>127.502.933,74</b>	<b>2.642.299,99</b>	<b>89.339.520,66</b>	<b>89.339.520,66</b>	<b>40.757.293,17</b>	<b>48.419,90</b>
Investimentos	2.523.839,02	2.642.299,99	4.597.025,59	4.597.025,59	520.693,52	48.419,90
Inversões Financeiras	124.979.094,72	-	84.742.495,07	84.742.495,07	40.236.599,65	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>530.251.374,50</b>	<b>140.732.166,89</b>	<b>186.235.595,09</b>	<b>186.235.595,09</b>	<b>433.917.090,36</b>	<b>50.830.855,94</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>6.983,42</b>	<b>24.627.889,00</b>	<b>23.959.577,73</b>	<b>675.294,69</b>	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	6.983,42	24.627.889,00	23.959.577,73	675.294,69	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	<b>5.575,92</b>	<b>5.575,92</b>	-	-
Investimentos	-	5.575,92	5.575,92	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>6.983,42</b>	<b>24.633.464,92</b>	<b>23.965.153,65</b>	<b>675.294,69</b>	-





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201013 - COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO ORC. E FINANCEIRA

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
<b>Diferido</b>	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>20.234.096,03</b>	<b>16.620.292,28</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>20.234.096,03</b>	<b>16.620.292,28</b>

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>2.783.270,01</b>	<b>1.282.906,38</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>341.749.382,10</b>	<b>695.624.749,73</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>17.450.826,02</b>	<b>15.337.385,90</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>674.985,51</b>	<b>-</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>322.190.271,58</b>	<b>679.004.457,45</b>			

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>20.118.799,87</b>	<b>15.946.167,11</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>938.875.930,73</b>	<b>908.432.878,85</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos	20.118.799,87	15.946.167,11	Execução dos Atos Potenciais Passivos	938.875.930,73	908.432.878,85
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	20.118.799,87	15.946.167,11	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	450.000,00	200.000,00
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	938.425.930,73	908.232.878,85
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>20.118.799,87</b>	<b>15.946.167,11</b>	<b>TOTAL</b>	<b>938.875.930,73</b>	<b>908.432.878,85</b>

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-336.181.331,30</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>-2.784.780,79</b>
Operação de Crédito	-92,99
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-2.784.687,80
<b>TOTAL</b>	<b>-338.966.112,09</b>







**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201013 - COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇ. E FINANCEIRA

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
<b>Diferido</b>	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>20.234.096,03</b>	<b>16.620.292,28</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>20.234.096,03</b>	<b>16.620.292,28</b>

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>2.783.270,01</b>	<b>1.282.906,38</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>341.749.382,10</b>	<b>695.624.749,73</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>17.450.826,02</b>	<b>15.337.385,90</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>674.985,51</b>	<b>-</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>322.190.271,58</b>	<b>679.004.457,45</b>			

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>20.118.799,87</b>	<b>15.946.167,11</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>938.875.930,73</b>	<b>908.432.878,85</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos	20.118.799,87	15.946.167,11	Execução dos Atos Potenciais Passivos	938.875.930,73	908.432.878,85
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	20.118.799,87	15.946.167,11	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	450.000,00	200.000,00
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	938.425.930,73	908.232.878,85
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>20.118.799,87</b>	<b>15.946.167,11</b>	<b>TOTAL</b>	<b>938.875.930,73</b>	<b>908.432.878,85</b>

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-336.181.331,30</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>-2.784.780,79</b>
Operação de Crédito	-92,99
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-2.784.687,80
<b>TOTAL</b>	<b>-338.966.112,09</b>



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	201013 - COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇ. E FINANCEIRA
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>1.205.427.414,28</b>	<b>379.335.866,69</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>3.376.747.947,21</b>	<b>1.072.591.490,97</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>3.376.747.947,21</b>	<b>1.072.591.490,97</b>
Ingressos Extraorçamentários	182.910,59	135.940,61
Transferências Financeiras Recebidas	3.375.622.459,56	1.068.317.824,31
Arrecadação de Outra Unidade	942.577,06	4.136.966,05
Demais Recebimentos	-	760,00
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-2.171.320.532,93</b>	<b>-693.255.624,28</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-304.865.112,74</b>	<b>-288.010.341,14</b>
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-301.960.217,51	-285.305.560,40
Defesa Nacional	-270.822,13	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-2.516.000,00	-2.516.200,00
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-74.323,10	-154.830,74
Organização Agrária	-10.000,00	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201013 - COORDENACAO DE EXECUCAO ORC. E FINANCEIRA

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-33.750,00	-33.750,00
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-1.864.832.642,16</b>	<b>-399.800.516,71</b>
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-1.149.960,74	-2.074.791,05
Outras Transferências Concedidas	-1.863.682.681,42	-397.725.725,66
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	<b>-1.622.778,03</b>	<b>-5.444.766,43</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-1.110,25	-135.940,61
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-490,00	-
Transferências Financeiras Concedidas	-1.621.177,78	-5.308.825,82
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-1.203.927.050,65</b>	<b>-385.557.733,60</b>
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-1.203.927.050,65</b>	<b>-385.557.733,60</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1.198.754.995,65	-381.716.281,24
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-5.172.055,00	-3.841.452,36
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 201013 - COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇ. E FINANCEIRA

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>1.500.363,63</b>	<b>-6.221.866,91</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>1.282.906,38</b>	<b>7.504.773,29</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>2.783.270,01</b>	<b>1.282.906,38</b>



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	201013 - COORDENACAO DE EXECUCAO ORC. E FINANCEIRA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>1.205.427.414,28</b>	<b>379.335.866,69</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>3.376.747.947,21</b>	<b>1.072.591.490,97</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>3.376.747.947,21</b>	<b>1.072.591.490,97</b>
Ingressos Extraorçamentários	182.910,59	135.940,61
Transferências Financeiras Recebidas	3.375.622.459,56	1.068.317.824,31
Arrecadação de Outra Unidade	942.577,06	4.136.966,05
Demais Recebimentos	-	760,00
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-2.171.320.532,93</b>	<b>-693.255.624,28</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-304.865.112,74</b>	<b>-288.010.341,14</b>
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-301.960.217,51	-285.305.560,40
Defesa Nacional	-270.822,13	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-2.516.000,00	-2.516.200,00
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-74.323,10	-154.830,74
Organização Agrária	-10.000,00	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201013 - COORDENACAO DE EXECUCAO ORC. E FINANCEIRA

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-33.750,00	-33.750,00
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-1.864.832.642,16</b>	<b>-399.800.516,71</b>
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-1.149.960,74	-2.074.791,05
Outras Transferências Concedidas	-1.863.682.681,42	-397.725.725,66
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	<b>-1.622.778,03</b>	<b>-5.444.766,43</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-1.110,25	-135.940,61
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-490,00	-
Transferências Financeiras Concedidas	-1.621.177,78	-5.308.825,82
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-1.203.927.050,65</b>	<b>-385.557.733,60</b>
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-1.203.927.050,65</b>	<b>-385.557.733,60</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1.198.754.995,65	-381.716.281,24
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-5.172.055,00	-3.841.452,36
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 201013 - COORDENACAO DE EXECUCAO ORC. E FINANCEIRA

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>1.500.363,63</b>	<b>-6.221.866,91</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>1.282.906,38</b>	<b>7.504.773,29</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>2.783.270,01</b>	<b>1.282.906,38</b>





TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201013 - COORDENACAO DE EXECUCAO ORC. E FINANCEIRA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>3.388.777.681,82</b>	<b>1.076.320.025,31</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>-780,00</b>	<b>3.172.014,96</b>
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-780,00	3.172.014,96
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>3.387.107.502,14</b>	<b>1.068.318.493,66</b>
Transferências Intragovernamentais	3.387.107.182,91	1.068.317.824,31
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	319,23	669,35
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>727.602,62</b>	<b>3.864.565,60</b>
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	727.602,62	3.864.565,60
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>943.357,06</b>	<b>964.951,09</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201013 - COORDENACAO DE EXECUCAO ORC. E FINANCEIRA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	943.357,06	964.951,09
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>3.361.461.417,58</b>	<b>1.102.628.247,79</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>281.845.459,87</b>	<b>313.406.534,38</b>
Uso de Material de Consumo	-	3.008,17
Serviços	281.845.459,87	313.403.526,21
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	-	<b>590,41</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	590,41
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>1.881.367.332,28</b>	<b>414.916.633,10</b>
Transferências Intragovernamentais	1.621.177,78	5.308.825,82
Transferências Intergovernamentais	11.200.000,00	649.600,00
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	1.863.186.816,39	403.892.829,37
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	5.359.338,11	5.065.377,91
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>1.198.247.761,40</b>	<b>374.300.136,98</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	727.293,44	2.259.565,60
Desincorporação de Ativos	1.197.520.467,96	372.040.571,38



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201013 - COORDENACAO DE EXECUCAO ORC. E FINANCEIRA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
<b>Tributárias</b>	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	864,03	4.352,92
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	864,03	4.352,92
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>27.316.264,24</b>	<b>-26.308.222,48</b>

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201013 - COORDENACAO DE EXECUCAO ORC. E FINANCEIRA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>3.388.777.681,82</b>	<b>1.076.320.025,31</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>-780,00</b>	<b>3.172.014,96</b>
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-780,00	3.172.014,96
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>3.387.107.502,14</b>	<b>1.068.318.493,66</b>
Transferências Intragovernamentais	3.387.107.182,91	1.068.317.824,31
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	319,23	669,35
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>727.602,62</b>	<b>3.864.565,60</b>
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	727.602,62	3.864.565,60
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>943.357,06</b>	<b>964.951,09</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201013 - COORDENACAO DE EXECUCAO ORC. E FINANCEIRA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	943.357,06	964.951,09
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>3.361.461.417,58</b>	<b>1.102.628.247,79</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>281.845.459,87</b>	<b>313.406.534,38</b>
Uso de Material de Consumo	-	3.008,17
Serviços	281.845.459,87	313.403.526,21
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	-	<b>590,41</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	590,41
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>1.881.367.332,28</b>	<b>414.916.633,10</b>
Transferências Intragovernamentais	1.621.177,78	5.308.825,82
Transferências Intergovernamentais	11.200.000,00	649.600,00
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	1.863.186.816,39	403.892.829,37
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	5.359.338,11	5.065.377,91
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>1.198.247.761,40</b>	<b>374.300.136,98</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	727.293,44	2.259.565,60
Desincorporação de Ativos	1.197.520.467,96	372.040.571,38



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201013 - COORDENACAO DE EXECUCAO ORC. E FINANCEIRA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
<b>Tributárias</b>	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	864,03	4.352,92
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	864,03	4.352,92
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>27.316.264,24</b>	<b>-26.308.222,48</b>

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201032 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/AP

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
<b>Diferido</b>	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>684.621.435,70</b>	<b>484.500.158,55</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>684.621.435,70</b>	<b>484.500.158,55</b>

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	-	-	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	-	-
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>684.621.435,70</b>	<b>484.500.158,55</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	-	-
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>684.621.435,70</b>	<b>484.500.158,55</b>

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	-	-	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>TOTAL</b>	-	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	-
<b>Recursos Vinculados</b>	-
<b>TOTAL</b>	-





TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201032 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/AP
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>242.496.484,51</b>	<b>11.656.316,60</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>118.725.170,64</b>	<b>2.800.000,00</b>
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	118.725.170,64	2.800.000,00
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>123.771.313,87</b>	<b>8.856.316,60</b>
Reavaliação de Ativos	7.912.724,21	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	115.858.589,66	8.856.316,60
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	-	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201032 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/AP
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>42.375.207,36</b>	<b>18.377,83</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>85.571,94</b>	<b>18.377,83</b>
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	85.571,94	18.377,83
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>6.017.271,26</b>	-
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	6.017.271,26	-
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>36.272.364,16</b>	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	36.272.364,16	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201032 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/AP
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
<b>Tributárias</b>	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>200.121.277,15</b>	<b>11.637.938,77</b>

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201033 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RO

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
<b>Diferido</b>	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>3.345.765.145,96</b>	<b>3.379.107.101,67</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>3.345.765.145,96</b>	<b>3.379.107.101,67</b>

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	-	-	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	-	-
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>3.345.765.145,96</b>	<b>3.379.107.101,67</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	-	-
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>3.345.765.145,96</b>	<b>3.379.107.101,67</b>

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	-	-	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>TOTAL</b>	-	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	-
<b>Recursos Vinculados</b>	-
<b>TOTAL</b>	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201032 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/AP
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>242.496.484,51</b>	<b>11.656.316,60</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>118.725.170,64</b>	<b>2.800.000,00</b>
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	118.725.170,64	2.800.000,00
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>123.771.313,87</b>	<b>8.856.316,60</b>
Reavaliação de Ativos	7.912.724,21	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	115.858.589,66	8.856.316,60
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	-	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201032 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/AP
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>42.375.207,36</b>	<b>18.377,83</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>85.571,94</b>	<b>18.377,83</b>
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	85.571,94	18.377,83
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>6.017.271,26</b>	-
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	6.017.271,26	-
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>36.272.364,16</b>	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	36.272.364,16	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201032 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/AP
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
<b>Tributárias</b>	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>200.121.277,15</b>	<b>11.637.938,77</b>

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015







**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201034 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RR

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
<b>Diferido</b>	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>3.119.450.142,39</b>	<b>3.123.937.907,46</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>3.119.450.142,39</b>	<b>3.123.937.907,46</b>

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	-	-	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	-	-
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>3.119.450.142,39</b>	<b>3.123.937.907,46</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	-	-
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>3.119.450.142,39</b>	<b>3.123.937.907,46</b>

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	-	-	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>TOTAL</b>	-	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	-
<b>Recursos Vinculados</b>	-
<b>TOTAL</b>	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201033 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RO
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>105.750.683,93</b>	<b>4.875.212,24</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>25.567.974,19</b>	-
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	25.567.974,19	-
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>80.182.709,74</b>	<b>4.362.498,96</b>
Reavaliação de Ativos	2.349.323,35	3.612.173,23
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	77.833.386,39	750.325,73
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	-	<b>512.713,28</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201033 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RO
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	512.713,28
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>139.092.639,64</b>	<b>2.888.445,11</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>432.894,43</b>	<b>77.480,56</b>
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	432.894,43	77.480,56
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>117.607.107,65</b>	<b>627.031,20</b>
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	117.607.107,65	627.031,20
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>21.052.637,56</b>	<b>2.183.933,35</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	8.577.232,86	1.192.861,11
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	12.475.404,70	991.072,24



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201033 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/RO
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
<b>Tributárias</b>	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>-33.341.955,71</b>	<b>1.986.767,13</b>

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 31/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201035 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/AC

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
<b>Diferido</b>	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>143.882.399,72</b>	<b>120.281.518,34</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>143.882.399,72</b>	<b>120.281.518,34</b>

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	-	-	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	-	-
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>143.882.399,72</b>	<b>120.281.518,34</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	-	-
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>143.882.399,72</b>	<b>120.281.518,34</b>

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	-	-	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>TOTAL</b>	-	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	-
<b>Recursos Vinculados</b>	-
<b>TOTAL</b>	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201035 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/AC
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>138.435.453,82</b>	<b>4.947.857,60</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>17.239.877,69</b>	<b>1.549.369,58</b>
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	17.239.877,69	1.549.369,58
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>121.195.576,13</b>	<b>2.577.166,71</b>
Reavaliação de Ativos	21.188.015,96	232.346,31
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	100.007.560,17	2.344.820,40
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	-	<b>821.321,31</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-





TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201035 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/AC
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	821.321,31
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>114.834.572,44</b>	<b>6.590.956,50</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>110.817,32</b>	<b>9.937,88</b>
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	110.817,32	9.937,88
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>18.420.426,51</b>	<b>787.230,04</b>
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	18.420.426,51	787.230,04
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>96.303.328,61</b>	<b>5.793.788,58</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	92.319.402,30	4.944.132,79
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	3.983.926,31	849.655,79



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201035 - SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIAO/AC
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
<b>Tributárias</b>	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>23.600.881,38</b>	<b>-1.643.098,90</b>

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201045 - DEPARTAMENTO DE ÓRGÃOS EXTINTOS

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>Receitas Orçamentárias</b>	-	-	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>671.118,11</b>	<b>610.813,22</b>
<b>Ordinárias</b>	-	-	<b>Ordinárias</b>	<b>613.704,00</b>	<b>610.813,22</b>
<b>Vinculadas</b>	-	-	<b>Vinculadas</b>	<b>57.414,11</b>	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	57.414,11	-
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>621.118,11</b>	<b>599.958,95</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>112.295,77</b>	<b>19.006,25</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	621.118,11	590.010,88	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Sub-repasse Recebido	621.118,11	590.010,88	Independentes da Execução Orçamentária	112.295,77	19.006,25
Independentes da Execução Orçamentária	-	9.948,07	Movimento de Saldos Patrimoniais	112.295,77	19.006,25
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	-	9.948,07	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>187.504,35</b>	<b>19.006,25</b>	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	-	<b>29.054,70</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	75.208,58	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	-	29.054,70
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	112.295,77	19.006,25	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	112.295,77	19.006,25			
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>5.773,58</b>	<b>45.682,55</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>30.982,16</b>	<b>5.773,58</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.773,58	45.682,55	Caixa e Equivalentes de Caixa	30.982,16	5.773,58
<b>TOTAL</b>	<b>814.396,04</b>	<b>664.647,75</b>	<b>TOTAL</b>	<b>814.396,04</b>	<b>664.647,75</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201045 - DEPARTAMENTO DE ÓRGÃOS EXTINTOS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	-	-	-	-
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>	-	-	-	-
<b>Receita Industrial</b>	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201045 - DEPARTAMENTO DE ÓRGÃOS EXTINTOS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	-	-	-	-
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito - Mercado Interno</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito - Mercado Externo</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>DÉFICIT</b>	-	-	671.118,11	671.118,11
<b>TOTAL</b>	-	-	671.118,11	671.118,11
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	671.118,11	595.909,53	595.909,53	-671.118,11
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	-	-	57.414,11	57.414,11	57.414,11	-57.414,11
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Outras Despesas Correntes</b>	-	-	613.704,00	538.495,42	538.495,42	-613.704,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Investimentos</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	-	-	671.118,11	595.909,53	595.909,53	-671.118,11
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Interna</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Externa</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 3

SUBTÍTULO 201045 - DEPARTAMENTO DE ÓRGÃOS EXTINTOS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	<b>671.118,11</b>	<b>595.909,53</b>	<b>595.909,53</b>	<b>-671.118,11</b>
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>671.118,11</b>	<b>595.909,53</b>	<b>595.909,53</b>	<b>-671.118,11</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>131.218,34</b>	-	-	-	<b>131.218,34</b>	-
Pessoal e Encargos Sociais	8.687,06	-	-	-	8.687,06	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	122.531,28	-	-	-	122.531,28	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>131.218,34</b>	-	-	-	<b>131.218,34</b>	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-	-





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201045 - DEPARTAMENTO DE ÓRGÃOS EXTINTOS

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
<b>Diferido</b>	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.519.690,95</b>	<b>463.494,54</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.519.690,95</b>	<b>463.494,54</b>

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>30.982,16</b>	<b>5.773,58</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>75.208,58</b>	<b>131.218,34</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>1.488.708,79</b>	<b>457.720,96</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	-	-
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>1.444.482,37</b>	<b>332.276,20</b>

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	-	-	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>TOTAL</b>	-	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-44.226,42</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	-
<b>TOTAL</b>	<b>-44.226,42</b>





TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	201045 - DEPARTAMENTO DE ÓRGÃOS EXTINTOS
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>25.208,58</b>	<b>-39.908,97</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>733.413,88</b>	<b>618.965,20</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>733.413,88</b>	<b>618.965,20</b>
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	621.118,11	599.958,95
Arrecadação de Outra Unidade	112.295,77	19.006,25
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-708.205,30</b>	<b>-658.874,17</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-595.909,53</b>	<b>-619.963,36</b>
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-538.495,42	-609.333,06
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-57.414,11	-10.630,30
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201045 - DEPARTAMENTO DE ÓRGÃOS EXTINTOS

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	-	-19.904,56
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-19.904,56
Outras Transferências Concedidas	-	-
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	-112.295,77	-19.006,25
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-112.295,77	-19.006,25
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>25.208,58</b>	<b>-39.908,97</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 201045 - DEPARTAMENTO DE ÓRGÃOS EXTINTOS

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	5.773,58	45.682,55
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	30.982,16	5.773,58



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201045 - DEPARTAMENTO DE ÓRGÃOS EXTINTOS
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>1.772.061,67</b>	<b>618.965,20</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>1.659.765,90</b>	<b>599.958,95</b>
Transferências Intragovernamentais	621.118,11	599.958,95
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.038.647,79	-
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	-	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>112.295,77</b>	<b>19.006,25</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201045 - DEPARTAMENTO DE ÓRGÃOS EXTINTOS
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	112.295,77	19.006,25
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>715.865,26</b>	<b>659.877,87</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	-	<b>19.904,56</b>
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	19.904,56
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>595.909,53</b>	<b>619.963,36</b>
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	57.414,11	10.630,30
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	538.495,42	609.333,06
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>7.659,96</b>	<b>1.003,70</b>
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	7.659,96	1.003,70
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>112.295,77</b>	<b>19.006,25</b>
Transferências Intragovernamentais	112.295,77	19.006,25
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	-	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201045 - DEPARTAMENTO DE ÓRGÃOS EXTINTOS
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
<b>Tributárias</b>	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>1.056.196,41</b>	<b>-40.912,67</b>

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201060 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/AC

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>Receitas Orçamentárias</b>	-	-	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>245.158.151,52</b>	<b>227.439.078,04</b>
<b>Ordinárias</b>	-	-	<b>Ordinárias</b>	<b>245.006.505,54</b>	<b>226.680.588,68</b>
<b>Vinculadas</b>	-	-	<b>Vinculadas</b>	<b>151.645,98</b>	<b>758.489,36</b>
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Operação de Crédito		15.470,43
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	39.068,99	603.743,65
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	112.576,99	139.275,28
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>245.219.569,24</b>	<b>227.494.838,85</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>64.147,63</b>	<b>72.232,21</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	245.158.040,13	227.285.892,53	Resultantes da Execução Orçamentária	2.169,42	-
Repasse Recebido	64.799,38	37.570,36	Sub-repasse Devolvido	2.169,42	-
Sub-repasse Recebido	245.093.240,75	227.248.322,17	Independentes da Execução Orçamentária	61.978,21	72.232,21
Independentes da Execução Orçamentária	61.529,11	208.946,32	Movimento de Saldos Patrimoniais	61.978,21	72.232,21
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	61.529,11	6.745,24	Aporte ao RPPS	-	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	202.201,08	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-			
Aporte ao RGPS	-	-			
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>269.845,47</b>	<b>308.673,31</b>	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>51.549,55</b>	<b>221.181,70</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	188.621,30	207.416,87	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	33.587,13	193.361,40
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	17.962,42	27.820,30	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	17.962,42	27.820,30
Outros Recebimentos Extraorçamentários	63.261,75	73.436,14	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	1.112,61	1.203,93			
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	170,93	-			
Arrecadação de Outra Unidade	61.978,21	72.232,21			
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>71.020,21</b>	-	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>286.586,22</b>	<b>71.020,21</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	71.020,21	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	286.586,22	71.020,21
<b>TOTAL</b>	<b>245.560.434,92</b>	<b>227.803.512,16</b>	<b>TOTAL</b>	<b>245.560.434,92</b>	<b>227.803.512,16</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201060 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/AC

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	-	-	-	-
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>	-	-	-	-
<b>Receita Industrial</b>	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201060 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/AC

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	-	-	-	-
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito - Mercado Interno</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito - Mercado Externo</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>DÉFICIT</b>	-	-	245.158.151,52	245.158.151,52
<b>TOTAL</b>	-	-	245.158.151,52	245.158.151,52
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	245.140.218,62	244.955.597,32	244.955.597,32	-245.140.218,62
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	-	-	242.467.981,07	242.467.981,07	242.467.981,07	-242.467.981,07
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Outras Despesas Correntes</b>	-	-	2.672.237,55	2.487.616,25	2.487.616,25	-2.672.237,55
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	17.932,90	13.932,90	13.932,90	-17.932,90
<b>Investimentos</b>	-	-	17.932,90	13.932,90	13.932,90	-17.932,90
<b>Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	-	-	245.158.151,52	244.969.530,22	244.969.530,22	-245.158.151,52
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Interna</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Externa</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 3

SUBTÍTULO 201060 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/AC

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	<b>245.158.151,52</b>	<b>244.969.530,22</b>	<b>244.969.530,22</b>	<b>-245.158.151,52</b>
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>245.158.151,52</b>	<b>244.969.530,22</b>	<b>244.969.530,22</b>	<b>-245.158.151,52</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>23.460,65</b>	<b>207.416,87</b>	<b>33.587,13</b>	<b>33.587,13</b>	<b>133.408,18</b>	<b>63.882,21</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	<b>23.460,65</b>	<b>207.416,87</b>	<b>33.587,13</b>	<b>33.587,13</b>	<b>133.408,18</b>	<b>63.882,21</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>23.460,65</b>	<b>207.416,87</b>	<b>33.587,13</b>	<b>33.587,13</b>	<b>133.408,18</b>	<b>63.882,21</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-	-





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201060 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/AC

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
<b>Diferido</b>	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.637.863,37</b>	<b>16.335.712,99</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.637.863,37</b>	<b>16.335.712,99</b>

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>286.586,22</b>	<b>71.020,21</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>254.820,05</b>	<b>232.082,87</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>1.351.277,15</b>	<b>16.264.692,78</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>3.768,01</b>	<b>32.954,38</b>
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>1.379.275,31</b>	<b>16.070.675,74</b>

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	-	-	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>2.578.041,36</b>	<b>1.088.969,49</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	2.578.041,36	1.088.969,49
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	2.578.041,36	1.088.969,49
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>TOTAL</b>	<b>2.578.041,36</b>	<b>1.088.969,49</b>

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>77.113,31</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>-45.347,14</b>
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-24.951,91
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-20.395,23
<b>TOTAL</b>	<b>31.766,17</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201060 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/AC

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>229.498,91</b>	<b>242.346,21</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>245.299.680,80</b>	<b>227.594.891,36</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>245.299.680,80</b>	<b>227.594.891,36</b>
Ingressos Extraorçamentários	17.962,42	27.820,30
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	170,93	-
Transferências Financeiras Recebidas	245.219.569,24	227.494.838,85
Arrecadação de Outra Unidade	61.978,21	72.232,21
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-245.070.181,89</b>	<b>-227.352.545,15</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-244.987.980,73</b>	<b>-227.249.394,90</b>
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-2.501.526,83	-2.441.796,80
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-242.487.566,51	-224.808.802,03
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 30/01/2017	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	201060 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/AC
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	1.112,61	1.203,93
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-91,11</b>	<b>-3.097,74</b>
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-91,11	-3.097,74
Outras Transferências Concedidas	-	-
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	<b>-82.110,05</b>	<b>-100.052,51</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-17.962,42	-27.820,30
Transferências Financeiras Concedidas	-64.147,63	-72.232,21
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-13.932,90</b>	<b>-171.326,00</b>
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-13.932,90</b>	<b>-171.326,00</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-13.932,90	-171.326,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 201060 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/AC

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>215.566,01</b>	<b>71.020,21</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>71.020,21</b>	<b>-</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>286.586,22</b>	<b>71.020,21</b>



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201060 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/AC
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>245.754.895,83</b>	<b>231.206.437,67</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	<b>5.960,40</b>	<b>9.198,07</b>
Contribuições Sociais	5.960,40	9.198,07
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>245.661.389,48</b>	<b>231.134.205,46</b>
Transferências Intragovernamentais	245.219.569,24	230.362.036,07
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	441.820,24	772.169,39
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>31.528,14</b>	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	31.528,14	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>56.017,81</b>	<b>63.034,14</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-





TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201060 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/AC
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	56.017,81	63.034,14
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>260.424.670,27</b>	<b>217.941.921,27</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>119.889,95</b>	<b>62.734,34</b>
Remuneração a Pessoal	70.519,43	19.072,77
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	49.370,52	43.661,57
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>242.654.545,46</b>	<b>212.405.484,53</b>
Aposentadorias e Reformas	77.363.637,20	73.286.510,28
Pensões	164.932.939,33	138.841.420,25
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	357.968,93	277.554,00
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>2.089.153,92</b>	<b>2.111.536,88</b>
Uso de Material de Consumo	8.228,58	3.476,19
Serviços	2.073.249,75	2.106.960,16
Depreciação, Amortização e Exaustão	7.675,59	1.100,53
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>-</b>	<b>17,21</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	17,21
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>66.507,63</b>	<b>3.310.596,51</b>
Transferências Intragovernamentais	64.147,63	3.141.630,51
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	2.360,00	168.966,00
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>15.494.573,31</b>	<b>43.996,44</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	2.169,42	43.996,44
Desincorporação de Ativos	15.492.403,89	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201060 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/AC
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
<b>Tributárias</b>	-	<b>2.128,56</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	2.128,56
Contribuições	-	-
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	-	<b>5.426,80</b>
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	2.200,44
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	3.226,36
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>-14.669.774,44</b>	<b>13.264.516,40</b>

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201061 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/AP

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>Receitas Orçamentárias</b>	-	-	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>1.134.922.736,47</b>	<b>1.010.366.367,22</b>
<b>Ordinárias</b>	-	-	<b>Ordinárias</b>	<b>994.207.316,35</b>	<b>882.807.281,69</b>
<b>Vinculadas</b>	-	-	<b>Vinculadas</b>	<b>140.715.420,12</b>	<b>127.559.085,53</b>
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	140.134.510,98	126.496.294,05
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	86.441,40	578.606,73
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	494.467,74	484.184,75
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>1.135.089.597,04</b>	<b>1.010.522.235,79</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>217.069,24</b>	<b>207.120,94</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	1.135.025.295,60	1.010.071.922,13	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Repasse Recebido	124.520,53	124.569,03	Independentes da Execução Orçamentária	217.069,24	207.120,94
Sub-repasse Recebido	1.134.900.775,07	1.009.947.353,10	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	8.290,61	-
Independentes da Execução Orçamentária	64.301,44	450.313,66	Movimento de Saldos Patrimoniais	208.778,63	207.120,94
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	64.301,44	30.515,23	Aporte ao RPPS	-	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	419.798,43	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-			
Aporte ao RGPS	-	-			
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>848.315,64</b>	<b>413.612,77</b>	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>90.625,09</b>	<b>104.326,39</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	3.523,68	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	3.523,68	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	622.246,59	201.536,52	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	79.579,36	102.894,76
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	17.290,42	1.431,63	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	7.522,05	1.431,63
Outros Recebimentos Extraorçamentários	208.778,63	207.120,94	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	208.778,63	207.120,94			
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>258.034,01</b>	-	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>965.515,89</b>	<b>258.034,01</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	258.034,01	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	965.515,89	258.034,01
<b>TOTAL</b>	<b>1.136.195.946,69</b>	<b>1.010.935.848,56</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.136.195.946,69</b>	<b>1.010.935.848,56</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201061 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/AP

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	-	-	-	-
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>	-	-	-	-
<b>Receita Industrial</b>	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201061 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/AP

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	-	-	-	-
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito - Mercado Interno</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito - Mercado Externo</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>DÉFICIT</b>	-	-	1.134.922.736,47	1.134.922.736,47
<b>TOTAL</b>	-	-	1.134.922.736,47	1.134.922.736,47
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	1.134.868.381,87	1.134.246.135,28	1.134.246.135,28	-1.134.868.381,87
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	-	-	1.080.261.948,01	1.080.261.948,01	1.080.261.948,01	-1.080.261.948,01
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Outras Despesas Correntes</b>	-	-	54.606.433,86	53.984.187,27	53.984.187,27	-54.606.433,86
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	54.354,60	54.354,60	54.354,60	-54.354,60
<b>Investimentos</b>	-	-	54.354,60	54.354,60	54.354,60	-54.354,60
<b>Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	-	-	1.134.922.736,47	1.134.300.489,88	1.134.300.489,88	-1.134.922.736,47
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Interna</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Externa</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 3

SUBTÍTULO 201061 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/AP

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	<b>1.134.922.736,47</b>	<b>1.134.300.489,88</b>	<b>1.134.300.489,88</b>	<b>-1.134.922.736,47</b>
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>1.134.922.736,47</b>	<b>1.134.300.489,88</b>	<b>1.134.300.489,88</b>	<b>-1.134.922.736,47</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>43.415,24</b>	<b>201.536,52</b>	<b>79.579,36</b>	<b>79.579,36</b>	<b>165.372,40</b>	<b>-0,00</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	43.415,24	201.536,52	79.579,36	79.579,36	165.372,40	-0,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>43.415,24</b>	<b>201.536,52</b>	<b>79.579,36</b>	<b>79.579,36</b>	<b>165.372,40</b>	<b>-0,00</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	<b>3.523,68</b>	<b>3.523,68</b>	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	3.523,68	3.523,68	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	<b>3.523,68</b>	<b>3.523,68</b>	-	-





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201061 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/AP

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
<b>Diferido</b>	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>11.781.022,95</b>	<b>96.963.806,79</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>11.781.022,95</b>	<b>96.963.806,79</b>

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>965.515,89</b>	<b>258.034,01</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>632.014,96</b>	<b>304.932,89</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>10.815.507,06</b>	<b>96.705.772,78</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	-	<b>4.464.895,51</b>
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>11.149.007,99</b>	<b>92.193.978,39</b>

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>115.497,15</b>	<b>94.938,25</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>960,00</b>	<b>960,00</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos	115.497,15	94.938,25	Execução dos Atos Potenciais Passivos	960,00	960,00
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	115.497,15	94.938,25	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	960,00	960,00
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>115.497,15</b>	<b>94.938,25</b>	<b>TOTAL</b>	<b>960,00</b>	<b>960,00</b>

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>259.986,40</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>73.514,53</b>
Seguridade Social (Exceto RGPS)	1,54
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.995,88
Outros Recursos Vinculados a Fundos	70.517,11
<b>TOTAL</b>	<b>333.500,93</b>





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 30/01/2017	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	201061 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/AP
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>761.836,48</b>	<b>258.034,01</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>1.135.315.666,09</b>	<b>1.010.730.788,36</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>1.135.315.666,09</b>	<b>1.010.730.788,36</b>
Ingressos Extraorçamentários	17.290,42	1.431,63
Transferências Financeiras Recebidas	1.135.089.597,04	1.010.522.235,79
Arrecadação de Outra Unidade	208.778,63	207.120,94
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-1.134.553.829,61</b>	<b>-1.010.472.754,35</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-1.054.966.851,62</b>	<b>-930.918.453,26</b>
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-555.105.075,85	-515.388.265,14
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-117.604,19	-117.675,58
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-499.744.171,58	-415.412.512,54
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201061 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/AP

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-79.362.386,70</b>	<b>-79.345.748,52</b>
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-79.362.386,70	-79.345.748,52
Outras Transferências Concedidas	-	-
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	<b>-224.591,29</b>	<b>-208.552,57</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-7.522,05	-1.431,63
Transferências Financeiras Concedidas	-217.069,24	-207.120,94
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-54.354,60</b>	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-54.354,60</b>	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-54.354,60	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>707.481,88</b>	<b>258.034,01</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 201061 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/AP

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	258.034,01	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	965.515,89	258.034,01



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201061 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/AP
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>1.139.819.728,63</b>	<b>1.027.432.802,47</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>1.135.089.597,04</b>	<b>1.027.200.299,85</b>
Transferências Intragovernamentais	1.135.089.597,04	1.027.200.299,85
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>4.521.352,96</b>	<b>25.381,68</b>
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	4.521.352,96	25.381,68
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>208.778,63</b>	<b>207.120,94</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201061 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/AP
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	208.778,63	207.120,94
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>1.220.487.404,20</b>	<b>943.530.978,86</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>733.055.641,32</b>	<b>535.532.752,51</b>
Remuneração a Pessoal	610.780.907,26	425.232.753,07
Encargos Patronais	79.362.386,70	79.345.748,52
Benefícios a Pessoal	42.912.347,36	30.954.250,92
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>476.719.545,91</b>	<b>380.347.577,04</b>
Aposentadorias e Reformas	341.333.636,51	267.492.719,30
Pensões	134.662.079,32	110.609.763,74
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	723.830,08	2.245.094,00
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>10.427.589,19</b>	<b>10.260.292,27</b>
Uso de Material de Consumo	68.470,53	41.495,69
Serviços	10.359.118,66	10.218.796,58
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>-</b>	<b>837,49</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	837,49
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>236.423,84</b>	<b>17.304.983,43</b>
Transferências Intragovernamentais	217.069,24	17.304.983,43
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	19.354,60	-
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>48.203,94</b>	<b>56.457,45</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	56.457,45
Desincorporação de Ativos	48.203,94	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201061 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/AP
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
<b>Tributárias</b>	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	-	28.078,67
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	28.078,67
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>-80.667.675,57</b>	<b>83.901.823,61</b>

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201062 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/RO

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>Receitas Orçamentárias</b>	-	-	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>1.229.323.006,19</b>	<b>934.670.964,64</b>
<b>Ordinárias</b>	-	-	<b>Ordinárias</b>	<b>442.092.328,94</b>	<b>705.818.383,64</b>
<b>Vinculadas</b>	-	-	<b>Vinculadas</b>	<b>787.230.677,25</b>	<b>228.852.581,00</b>
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	785.825.114,51	40.948.206,68
			Operação de Crédito		186.114.660,41
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	6.416,20	463.571,58
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	1.399.146,54	1.326.142,33
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>1.207.888.012,06</b>	<b>933.600.420,40</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>217.071,97</b>	<b>213.687,41</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	1.207.242.618,74	933.518.304,65	Resultantes da Execução Orçamentária	2.100,00	-
Repasso Recebido	11.702,32		Sub-repasso Devolvido	2.100,00	
Sub-repasso Recebido	1.207.230.916,42	933.518.304,65	Independentes da Execução Orçamentária	214.971,97	213.687,41
Independentes da Execução Orçamentária	645.393,32	82.115,75	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	10.425,14	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	500.000,99	17.441,66	Movimento de Saldos Patrimoniais	204.546,83	201.335,98
Demais Transferências Recebidas	5.543,69	700,00	Movimentações para Incorporação de Saldos		12.351,43
Movimentação de Saldos Patrimoniais	139.848,64		Aporte ao RPPS	-	-
Movimentações para Incorporação de Saldos		63.974,09	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-			
Aporte ao RGPS	-	-	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>64.408.482,17</b>	<b>233.941,96</b>
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>175.309.163,80</b>	<b>1.671.667,23</b>	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	69.255,40	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	108.448.715,77	69.267,10	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	565.782,09	72.433,71
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	2.867.966,75	1.239.555,90	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	63.773.444,68	161.508,25
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	63.787.934,45	161.508,25	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	204.546,83	201.335,98			
Arrecadação de Outra Unidade	204.546,83	201.335,98			
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>153.493,62</b>	-	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>89.402.109,15</b>	<b>153.493,62</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	153.493,62	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	89.402.109,15	153.493,62
<b>TOTAL</b>	<b>1.383.350.669,48</b>	<b>935.272.087,63</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.383.350.669,48</b>	<b>935.272.087,63</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201062 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/RO

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	-	-	-	-
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>	-	-	-	-
<b>Receita Industrial</b>	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201062 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/RO

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	-	-	-	-
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito - Mercado Interno</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito - Mercado Externo</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>DÉFICIT</b>	-	-	1.229.323.006,19	1.229.323.006,19
<b>TOTAL</b>	-	-	1.229.323.006,19	1.229.323.006,19
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	1.229.299.770,19	1.226.438.761,44	1.117.990.045,67	-1.229.299.770,19
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	-	-	1.203.291.759,40	1.201.393.513,59	1.095.330.909,74	-1.203.291.759,40
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Outras Despesas Correntes</b>	-	-	26.008.010,79	25.045.247,85	22.659.135,93	-26.008.010,79
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	23.236,00	16.278,00	16.278,00	-23.236,00
<b>Investimentos</b>	-	-	23.236,00	16.278,00	16.278,00	-23.236,00
<b>Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	-	-	1.229.323.006,19	1.226.455.039,44	1.118.006.323,67	-1.229.323.006,19
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Interna</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Externa</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 3

SUBTÍTULO 201062 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/RO

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	<b>1.229.323.006,19</b>	<b>1.226.455.039,44</b>	<b>1.118.006.323,67</b>	<b>-1.229.323.006,19</b>
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>1.229.323.006,19</b>	<b>1.226.455.039,44</b>	<b>1.118.006.323,67</b>	<b>-1.229.323.006,19</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>492.962,59</b>	<b>1.239.555,90</b>	<b>565.782,09</b>	<b>565.782,09</b>	<b>1.166.736,40</b>	-
Pessoal e Encargos Sociais	2.675,84	553.314,39	149.234,67	149.234,67	406.755,56	-0,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	490.286,75	686.241,51	416.547,42	416.547,42	759.980,84	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>492.962,59</b>	<b>1.239.555,90</b>	<b>565.782,09</b>	<b>565.782,09</b>	<b>1.166.736,40</b>	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	<b>69.267,10</b>	<b>69.255,40</b>	<b>11,70</b>	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	69.267,10	69.255,40	11,70	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	<b>69.267,10</b>	<b>69.255,40</b>	<b>11,70</b>	-





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201062 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/RO

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
<b>Diferido</b>	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>96.483.141,22</b>	<b>78.374.837,65</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>96.483.141,22</b>	<b>78.374.837,65</b>

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>89.402.109,15</b>	<b>153.493,62</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>111.331.172,29</b>	<b>1.805.885,59</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>7.081.032,07</b>	<b>78.221.344,03</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	-	-
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>14.848.031,07</b>		<b>SALDO PATRIMONIAL</b>		<b>76.568.952,06</b>

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>450.000,00</b>		- <b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>48.786,94</b>	<b>144.278,92</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos	450.000,00		- Execução dos Atos Potenciais Passivos	48.786,94	144.278,92
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-		- Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	450.000,00		- Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-		- Obrigações Contratuais a Executar	48.786,94	144.278,92
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-		- Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>450.000,00</b>		- <b>TOTAL</b>	<b>48.786,94</b>	<b>144.278,92</b>

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-20.094.588,52</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>-1.834.474,62</b>
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-1.711.624,10
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.371,14
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-124.221,66
<b>TOTAL</b>	<b>-21.929.063,14</b>



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	201062 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/RO
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>89.264.893,53</b>	<b>212.321,62</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>1.271.880.493,34</b>	<b>933.963.264,63</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>1.271.880.493,34</b>	<b>933.963.264,63</b>
Ingressos Extraorçamentários	63.787.934,45	161.508,25
Transferências Financeiras Recebidas	1.207.888.012,06	933.600.420,40
Arrecadação de Outra Unidade	204.546,83	201.335,98
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-1.182.615.599,81</b>	<b>-933.750.943,01</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-1.083.891.725,87</b>	<b>-905.832.930,77</b>
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-209.899.865,69	-180.490.610,12
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-873.986.328,13	-725.342.320,65
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-4.638,36	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201062 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/RO

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-893,69	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-34.733.357,29</b>	<b>-27.542.816,58</b>
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-34.733.357,29	-27.542.816,58
Outras Transferências Concedidas	-	-
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	<b>-63.990.516,65</b>	<b>-375.195,66</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-63.773.444,68	-161.508,25
Transferências Financeiras Concedidas	-217.071,97	-213.687,41
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-16.278,00</b>	<b>-58.828,00</b>
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-16.278,00</b>	<b>-58.828,00</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-16.278,00	-58.828,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>89.248.615,53</b>	<b>153.493,62</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 201062 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/RO

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	153.493,62	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	89.402.109,15	153.493,62



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201062 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/RO
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>1.208.098.770,59</b>	<b>935.173.076,18</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>1.207.888.012,06</b>	<b>934.945.918,25</b>
Transferências Intragovernamentais	1.207.888.012,06	934.945.918,25
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>6.211,70</b>	<b>25.821,95</b>
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	6.211,70	25.821,95
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>204.546,83</b>	<b>201.335,98</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-





TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201062 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/RO
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	204.546,83	201.335,98
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>1.298.380.305,46</b>	<b>858.242.904,19</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>338.417.712,34</b>	<b>191.640.161,02</b>
Remuneração a Pessoal	277.729.817,33	152.496.426,54
Encargos Patronais	38.883.924,14	27.542.816,58
Benefícios a Pessoal	18.973.076,96	11.600.917,90
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	2.830.893,91	-
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>952.186.617,36</b>	<b>660.103.416,91</b>
Aposentadorias e Reformas	802.822.160,22	551.071.175,57
Pensões	148.465.796,46	108.495.759,53
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	898.660,68	536.481,81
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>5.584.622,22</b>	<b>4.879.601,67</b>
Uso de Material de Consumo	79.160,32	105.201,72
Serviços	5.505.461,90	4.774.399,95
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>291.849,97</b>	<b>1.610.807,92</b>
Transferências Intragovernamentais	217.071,97	1.610.807,92
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	74.778,00	-
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>1.894.068,16</b>	<b>4.428,00</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	328,00
Incorporação de Passivos	2.100,00	4.100,00
Desincorporação de Ativos	1.891.968,16	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201062 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/RO
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
<b>Tributárias</b>	<b>5.435,41</b>	<b>4.488,67</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.435,41	4.488,67
Contribuições	-	-
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>-90.281.534,87</b>	<b>76.930.171,99</b>

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201063 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/RR

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>Receitas Orçamentárias</b>	-	-	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>791.236.503,21</b>	<b>682.208.125,17</b>
<b>Ordinárias</b>	-	-	<b>Ordinárias</b>	<b>686.985.733,07</b>	<b>551.344.514,89</b>
<b>Vinculadas</b>	-	-	<b>Vinculadas</b>	<b>104.250.770,14</b>	<b>130.863.610,28</b>
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	103.495.034,75	92.607.920,04
			Operação de Crédito		37.344.948,80
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	45.161,12	292.555,48
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	710.574,27	618.185,96
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>784.833.127,43</b>	<b>681.884.140,08</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>6.700.219,14</b>	<b>5.613.293,71</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	784.483.990,19	681.289.869,52	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Repasso Recebido	30.664,03	4.226,00	Independentes da Execução Orçamentária	6.700.219,14	5.613.293,71
Sub-repasso Recebido	784.453.326,16	681.285.643,52	Movimento de Saldos Patrimoniais	6.700.219,14	5.610.638,13
Independentes da Execução Orçamentária	349.137,24	594.270,56	Movimentações para Incorporação de Saldos		2.655,58
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	349.134,95	262.631,75	Aporte ao RPPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2,29		Aporte ao RGPS	-	-
Movimentações para Incorporação de Saldos		331.638,81			
Aporte ao RPPS	-	-			
Aporte ao RGPS	-	-			
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>14.004.298,23</b>	<b>7.403.333,05</b>	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>622.453,96</b>	<b>1.039.147,80</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	5.058.021,06	1.364,20	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1.075,20	490,00
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	2.218.980,83	1.202.106,65	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	590.573,28	452.702,04
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	23.581,67	582.002,55	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	23.583,96	582.002,55
Outros Recebimentos Extraorçamentários	6.703.714,67	5.617.859,65	Outros Pagamentos Extraorçamentários	7.221,52	3.953,21
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		7.221,52	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	7.221,52	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	3.497,82		Demais Pagamentos		3.953,21
Arrecadação de Outra Unidade	6.700.216,85	5.610.638,13			
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>426.906,45</b>	-	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>705.155,80</b>	<b>426.906,45</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	426.906,45	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	705.155,80	426.906,45
<b>TOTAL</b>	<b>799.264.332,11</b>	<b>689.287.473,13</b>	<b>TOTAL</b>	<b>799.264.332,11</b>	<b>689.287.473,13</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201063 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/RR

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	-	-	-	-
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>	-	-	-	-
<b>Receita Industrial</b>	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201063 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/RR

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	-	-	-	-
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito - Mercado Interno</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito - Mercado Externo</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>DÉFICIT</b>	-	-	791.236.503,21	791.236.503,21
<b>TOTAL</b>	-	-	791.236.503,21	791.236.503,21
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	791.188.377,77	788.994.200,80	783.936.179,74	-791.188.377,77
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	-	-	755.473.203,09	754.410.118,39	749.365.971,94	-755.473.203,09
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Outras Despesas Correntes</b>	-	-	35.715.174,68	34.584.082,41	34.570.207,80	-35.715.174,68
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	48.125,44	23.321,58	23.321,58	-48.125,44
<b>Investimentos</b>	-	-	48.125,44	23.321,58	23.321,58	-48.125,44
<b>Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	-	-	791.236.503,21	789.017.522,38	783.959.501,32	-791.236.503,21
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Interna</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Externa</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 3

SUBTÍTULO 201063 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/RR

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	<b>791.236.503,21</b>	<b>789.017.522,38</b>	<b>783.959.501,32</b>	<b>-791.236.503,21</b>
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>791.236.503,21</b>	<b>789.017.522,38</b>	<b>783.959.501,32</b>	<b>-791.236.503,21</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>1.068.581,93</b>	<b>1.202.106,65</b>	<b>590.573,28</b>	<b>590.573,28</b>	<b>1.191.172,97</b>	<b>488.942,33</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	<b>1.068.581,93</b>	<b>1.202.106,65</b>	<b>590.573,28</b>	<b>590.573,28</b>	<b>1.191.172,97</b>	<b>488.942,33</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.068.581,93</b>	<b>1.202.106,65</b>	<b>590.573,28</b>	<b>590.573,28</b>	<b>1.191.172,97</b>	<b>488.942,33</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	<b>1.669,70</b>	<b>1.075,20</b>	<b>305,50</b>	<b>289,00</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	<b>954,12</b>	<b>954,12</b>	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	<b>715,58</b>	<b>121,08</b>	<b>305,50</b>	<b>289,00</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	<b>1.669,70</b>	<b>1.075,20</b>	<b>305,50</b>	<b>289,00</b>





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201063 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/RR

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
<b>Diferido</b>	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>717.955,80</b>	<b>812.443,45</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>717.955,80</b>	<b>812.443,45</b>

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>705.155,80</b>	<b>426.906,45</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>7.766.233,22</b>	<b>2.316.943,11</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>12.800,00</b>	<b>385.537,00</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>77.792,93</b>	<b>474.410,56</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>7.126.070,35</b>	<b>1.978.910,22</b>			

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>16.013,48</b>		<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>1.907.028,85</b>	<b>1.909.727,30</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos	16.013,48		Execução dos Atos Potenciais Passivos	1.907.028,85	1.909.727,30
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-		Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	16.013,48		Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-		Obrigações Contratuais a Executar	1.907.028,85	1.909.727,30
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-		Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>16.013,48</b>		<b>TOTAL</b>	<b>1.907.028,85</b>	<b>1.909.727,30</b>

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-7.006.084,94</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>-54.992,48</b>
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-6.229,22
Operação de Crédito	-29.689,93
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-9.814,14
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-9.259,19
<b>TOTAL</b>	<b>-7.061.077,42</b>





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201063 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/RR

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>301.570,93</b>	<b>437.684,78</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>791.560.423,77</b>	<b>688.076.780,76</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>791.560.423,77</b>	<b>688.076.780,76</b>
Ingressos Extraorçamentários	23.581,67	582.002,55
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	3.497,82	-
Transferências Financeiras Recebidas	784.833.127,43	681.884.140,08
Arrecadação de Outra Unidade	6.700.216,85	5.610.638,13
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-791.258.852,84</b>	<b>-687.639.095,98</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-726.765.998,59</b>	<b>-622.661.050,74</b>
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-412.654.148,49	-361.530.420,58
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-314.104.628,58	-261.137.851,68
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201063 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/RR

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-7.221,52	7.221,52
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-57.769.051,15</b>	<b>-58.778.795,77</b>
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-57.769.051,15	-58.778.795,77
Outras Transferências Concedidas	-	-
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	<b>-6.723.803,10</b>	<b>-6.199.249,47</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-23.583,96	-582.002,55
Transferências Financeiras Concedidas	-6.700.219,14	-5.613.293,71
Demais Pagamentos	-	-3.953,21
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-23.321,58</b>	<b>-10.778,33</b>
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-23.321,58</b>	<b>-10.778,33</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-23.321,58	-10.778,33
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 201063 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/RR

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>278.249,35</b>	<b>426.906,45</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	426.906,45	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	705.155,80	426.906,45



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201063 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/RR
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>792.048.735,05</b>	<b>690.282.878,61</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	<b>6.634.095,72</b>	<b>5.603.643,20</b>
Contribuições Sociais	6.634.095,72	5.603.643,20
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>31.257,46</b>	<b>228,60</b>
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	31.257,46	228,60
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>784.833.127,43</b>	<b>684.672.236,65</b>
Transferências Intragovernamentais	784.833.127,43	684.672.236,65
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>515.390,77</b>	<b>3,83</b>
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	515.390,77	3,83
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>34.863,67</b>	<b>6.766,33</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201063 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/RR
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	34.863,67	6.766,33
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>772.250.311,26</b>	<b>692.620.406,72</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>449.835.961,30</b>	<b>419.452.002,12</b>
Remuneração a Pessoal	358.385.351,90	339.396.088,81
Encargos Patronais	62.669.846,98	58.776.268,60
Benefícios a Pessoal	28.780.762,42	21.088.390,51
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	191.254,20
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>309.827.048,26</b>	<b>258.612.822,09</b>
Aposentadorias e Reformas	233.787.479,00	196.167.469,17
Pensões	75.506.332,93	62.025.121,08
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	533.236,33	420.231,84
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>5.149.590,34</b>	<b>4.897.056,70</b>
Uso de Material de Consumo	134.356,02	66.817,05
Serviços	5.015.234,32	4.830.239,65
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>-</b>	<b>240,22</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	240,22
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>6.710.740,72</b>	<b>8.735.573,84</b>
Transferências Intragovernamentais	6.700.219,14	8.730.373,51
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	10.521,58	5.200,33
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>22.296,69</b>	<b>159.277,88</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	1.438,00
Incorporação de Passivos	5.289,52	157.839,88
Desincorporação de Ativos	17.007,17	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201063 - SUP. DE ADMINISTRAÇÃO DO MP/RR
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTÃO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
<b>Tributárias</b>	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>704.673,95</b>	<b>763.433,87</b>
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	704.673,95	763.433,87
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>19.798.423,79</b>	<b>-2.337.528,11</b>

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201064 - COORDENAÇÃO-GERAL DE ORGÃOS EXTINTOS NO RJ

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>Receitas Orçamentárias</b>	-	-	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>946.168.328,17</b>	<b>798.468.372,47</b>
<b>Ordinárias</b>	-	-	<b>Ordinárias</b>	<b>946.168.328,17</b>	<b>653.406.916,16</b>
<b>Vinculadas</b>	-	-	<b>Vinculadas</b>	-	<b>145.061.456,31</b>
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Operação de Crédito	-	145.061.456,31
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>945.834.818,61</b>	<b>798.541.357,23</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>701.734,69</b>	<b>549.558,11</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	945.825.401,17	798.541.357,23	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Repasso Recebido	-	10.779,68	Independentes da Execução Orçamentária	701.734,69	549.558,11
Sub-repasso Recebido	945.825.401,17	798.530.577,55	Movimento de Saldos Patrimoniais	701.734,69	549.558,11
Independentes da Execução Orçamentária	9.417,44	-	Aporte ao RPPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	9.417,44	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-			
Aporte ao RGPS	-	-			
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>11.162.404,26</b>	<b>836.408,86</b>	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>9.982.203,44</b>	<b>21.833,14</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	404.724,74	265.017,61	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	17.109,92	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	10.065.362,27	21.833,14	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	9.965.093,52	21.833,14
Outros Recebimentos Extraorçamentários	692.317,25	549.558,11	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	692.317,25	549.558,11			
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>338.002,37</b>	-	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>482.958,94</b>	<b>338.002,37</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	338.002,37	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	482.958,94	338.002,37
<b>TOTAL</b>	<b>957.335.225,24</b>	<b>799.377.766,09</b>	<b>TOTAL</b>	<b>957.335.225,24</b>	<b>799.377.766,09</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201064 - COORDENAÇÃO-GERAL DE ORGÃOS EXTINTOS NO RJ

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	-	-	-	-
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>	-	-	-	-
<b>Receita Industrial</b>	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201064 - COORDENAÇÃO-GERAL DE ORGÃOS EXTINTOS NO RJ

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	-	-	-	-
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito - Mercado Interno</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito - Mercado Externo</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>DÉFICIT</b>	-	-	946.168.328,17	946.168.328,17
<b>TOTAL</b>	-	-	946.168.328,17	946.168.328,17
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	946.168.328,17	945.763.603,43	945.763.603,43	-946.168.328,17
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	-	-	945.563.089,62	945.209.699,53	945.209.699,53	-945.563.089,62
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Outras Despesas Correntes</b>	-	-	605.238,55	553.903,90	553.903,90	-605.238,55
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Investimentos</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	-	-	946.168.328,17	945.763.603,43	945.763.603,43	-946.168.328,17
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Interna</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Externa</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 3

SUBTÍTULO 201064 - COORDENAÇÃO-GERAL DE ORGÃOS EXTINTOS NO RJ

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	<b>946.168.328,17</b>	<b>945.763.603,43</b>	<b>945.763.603,43</b>	<b>-946.168.328,17</b>
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>946.168.328,17</b>	<b>945.763.603,43</b>	<b>945.763.603,43</b>	<b>-946.168.328,17</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	<b>265.017,61</b>	<b>17.109,92</b>	<b>17.109,92</b>	-	<b>247.907,69</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	265.017,61	17.109,92	17.109,92	-	247.907,69
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	<b>265.017,61</b>	<b>17.109,92</b>	<b>17.109,92</b>	-	<b>247.907,69</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-	-





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201064 - COORDENAÇÃO-GERAL DE ORGÃOS EXTINTOS NO RJ

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
<b>Diferido</b>	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>482.958,94</b>	<b>989.737,79</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>482.958,94</b>	<b>989.737,79</b>

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>482.958,94</b>	<b>338.002,37</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>752.901,18</b>	<b>349.376,73</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	-	<b>651.735,42</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	-	-
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>269.942,24</b>		<b>SALDO PATRIMONIAL</b>		<b>640.361,06</b>

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	-	-	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>TOTAL</b>	-	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-258.567,88</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>-11.374,36</b>
Operação de Crédito	-11.374,36
<b>TOTAL</b>	<b>-269.942,24</b>



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	201064 - COORDENAÇÃO-GERAL DE ORGÃOS EXTINTOS NO RJ
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>144.956,57</b>	<b>338.002,37</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>956.592.498,13</b>	<b>799.112.748,48</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>956.592.498,13</b>	<b>799.112.748,48</b>
Ingressos Extraorçamentários	10.065.362,27	21.833,14
Transferências Financeiras Recebidas	945.834.818,61	798.541.357,23
Arrecadação de Outra Unidade	692.317,25	549.558,11
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-956.447.541,56</b>	<b>-798.774.746,11</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-945.780.713,35</b>	<b>-798.203.354,86</b>
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-553.903,90	-350.414,61
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-945.226.809,45	-797.852.940,25
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/01/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201064 - COORDENAÇÃO-GERAL DE ORGÃOS EXTINTOS NO RJ

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	-10.666.828,21	-571.391,25
Dispêndios Extraorçamentários	-9.965.093,52	-21.833,14
Transferências Financeiras Concedidas	-701.734,69	-549.558,11
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>144.956,57</b>	<b>338.002,37</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCICIO 2016 PERIODO Anual

TITULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSAO 30/01/2017 PAGINA 3

SUBTITULO 201064 - COORDENAÇÃO-GERAL DE ORGÃOS EXTINTOS NO RJ

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	338.002,37	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	482.958,94	338.002,37



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201064 - COORDENAÇÃO-GERAL DE ORGÃOS EXTINTOS NO RJ
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>946.611.494,98</b>	<b>799.090.915,34</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>945.834.818,61</b>	<b>798.541.357,23</b>
Transferências Intragovernamentais	945.834.818,61	798.541.357,23
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>84.359,12</b>	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	84.359,12	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>692.317,25</b>	<b>549.558,11</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-





TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201064 - COORDENAÇÃO-GERAL DE ORGÃOS EXTINTOS NO RJ
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	692.317,25	549.558,11
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>947.134.183,46</b>	<b>798.185.536,67</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>653.464,97</b>	<b>102.414,38</b>
Remuneração a Pessoal	651.735,42	101.116,46
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	1.729,55	1.297,92
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>945.778.983,80</b>	<b>797.449.205,06</b>
Aposentadorias e Reformas	169.062.990,64	146.174.974,19
Pensões	776.163.818,81	650.924.826,36
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	552.174,35	349.404,51
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	-	-
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>701.734,69</b>	<b>549.558,11</b>
Transferências Intragovernamentais	701.734,69	549.558,11
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	-	<b>84.359,12</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	84.359,12
Desincorporação de Ativos	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201064 - COORDENAÇÃO-GERAL DE ORGÃOS EXTINTOS NO RJ
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	20113 - MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
<b>Tributárias</b>	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>-522.688,48</b>	<b>905.378,67</b>

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015